

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SÓCIO-
TERRITORIAIS NA BOLÍVIA**

MARCELO ARGENTA CÂMARA

ORIENTADOR: PROF. DR. ÁLVARO LUIZ HEIDRICH

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SÓCIO-
TERRITORIAIS NA BOLÍVIA**

MARCELO ARGENTA CÂMARA

Orientador: Prof.Dr. Álvaro Luiz Heidrich

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves (PPG-Geografia-UFF)

Profa.Dra. Claudia Wasserman (PPG-História – UFRGS)

Prof.Dr. Oscar Alfredo Sobarzo Mino (PPG-Geografia – UFRGS)

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
como requisito para obtenção do Título de
Mestre em Geografia.**

Porto Alegre, Março de 2007



Mural na sede da Federação de Trabalhadores Campesinos do Trópico de Cochabamba.
Fonte: Marcelo Curia/P2

DEDICATÓRIA

“En los pueblos indígenas originarios en Bolivia, en todo lo que es Abia Yala, siempre hemos estado de pie, siempre hemos estado luchando, manteniendo nuestra costumbre, nuestra realidad, nuestros derechos, y en ese proceso de 513 años, 180 años desde la fundación de la republica”

(Sixto Jumpiri, dirigente da Consaq).

Quero dedicar esse trabalho, como uma homenagem distante mas honesta, ao puro boliviano. Porque ao longo desses cinco anos de idas e vindas, através do seu sorriso aberto e do seu exemplo diário de luta e de resistência, me fez buscar a cada dia a coerência necessária para uma transformação possível.

AGRADECIMENTOS

Ao **Prof.Dr. Álvaro Luiz Heidrich**, pela orientação sábia e paciente que me proporcionou ao longo da construção desse trabalho.

À **CAPES**, à **UFRGS** e ao **PPG/GEA**, pela oportunidade que me proporcionaram (na verdade, pelo privilégio) de tornar este trabalho uma realidade.

Ao **Marcelo Curia**, pela companhia e amizade nessa grande jornada que foi a construção desse trabalho pelas estradas bolivianas. Através de sua lente ele é, de certa forma, o co-autor desse trabalho.

Aos professores **Dirce Suertegaray** e **Álvaro Heidrich**, pelas aulas na graduação em Geografia na UFRGS. Pois a partir delas, me foi possível vislumbrar um caminho. Agradeço igualmente ao professor **Carlos Arturi**, pela disciplina ministrada no PPG-POL, que foi uma das experiências de saber acadêmico mais prazerosas à qual tive oportunidade de participar. Serão modelos a ser seguidos .em minha vida profissional.

Ao meu pai, **Darcy**; à minha mãe, **Julieta**; ao meu irmão, **Rogério**; à minha irmã, **Luciane**. Porque souberam entender os momentos em que os deixei de lado, mesmo sabendo o quanto são importantes para mim.

À **Carmen**, por nunca ter deixado de acreditar.

À **ATM**, por ter sido, por longo tempo, indispensável para a sobrevivência na Babilônia. E à **Facção MMS**, pela amizade, companheirismo e atenção com que estiveram ao lado nos momentos difíceis de finalização deste trabalho. Muito respeito.

Ao **Alexandre Rosa Porcino**, por ter acreditado em mim num momento em que eu desistia de acreditar.

Ao **Gonzalo Tinajeros** e à sua família, por terem me proporcionado o carinho de uma família e de amigos nos dias em que estive lá.

A todos aqueles com quem compartilhamos (eu e o Curia) a estrada na Bolívia, e que ajudaram a tornar os momentos longe de casa numa segunda casa. Lembro agora, especialmente, do nosso irmão boliviano-com-(imenso)-coração-brasileiro **Grover Arispe**; dos nossos anfitriões em Cochabamba, **Marcelão Dadalto** e **André Evangelista**; da generosidade do engenheiro **Guillermo Cáceres**; do parceiro **Beto Azambuja**; do nosso irmão argentino-com-(imenso)-coração-revolucionário **Favio Giorgio**; a cada um daqueles que pode ter sido esquecido aqui, mas que também esteve lá, e compartilhou; e aos vários anônimos com quem compartilhamos cervezas, chichas y hojas de coca, em puros momentos de alegria, descontração e, acima de tudo, de aprendizagem.

e também ...

Ao **Northon Roberto Côrrea**. Por ter, lá em 1989, rabiscado um mapa num envelope de papel pardo, enquanto almoçávamos no balcão da Tia Catarina, ali na Assis Brasil, no bairro Sarandi. Naquele mapa, que eu guardo até hoje, estavam escritos nomes como *La Paz* e *frente Cementerio*, lugar de onde, anos depois, eu parti várias vezes para o interior do Altiplano. O Northon morreu muito cedo, com 33 anos, e não me deu tempo de agradecer por aquele mapa que me apresentou a um mundo desconhecido, e que naquele momento mudava os caminho que eu iria seguir.

RESUMO

Este trabalho enfoca a importância das identidades baseadas em aspectos relacionados ao território enquanto bases para a formação e a ação dos movimentos sociais na Bolívia. Partindo de uma abordagem multidisciplinar, que procura compreender os aspectos relacionados à formação de identidades, as teorias sobre os movimentos sociais, relacionando-os e tomando como fio de articulação o território e os aspectos a ele relacionados. Essa articulação mostra-se essencial para a compreensão do crescente protagonismo exercido pelos movimentos sociais bolivianos nos últimos anos que, a partir de um discurso calcado naquilo que denominamos identidades socio-territoriais, puderam romper com as estruturas herdadas de anos de exploração colonial.

Palavras-chave: Identidades; Território; Movimentos Sociais; Territorialidade, Bolívia.

ABSTRACT

This paper focuses on the importance territorial based identities as the bases for the formation and the action of the bolivian social movements. Starting from a multidiscipline approach, that focuses on understanding the identities formation and the theories envolved with the social movements, we relate them with the complex aspects involved in the territory and all of its aspects. This approaching shows itself essential for the understanding of the increasing protagonism of the bolivian social movements, showed in the last few years. They, with a speech based on what we call the social-territorial identities, had been able to break with the structures inherited from years of colonial exploration.

Key words: Identities; Territory; Social Movements; Territoriality; Bolívia.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: MAPA AMÉRICA DO SUL (NO DESTAQUE, BOLÍVIA).....	17
FIGURA 2: MAPA BOLÍVIA. DIVISÃO DEPARTAMENTAL.	23
FIGURA 3: FOTO DE CHIPIRIRI, PROVÍNCIA DO CHAPARE, COCHABAMBA, BOLÍVIA (SETEMBRO, 2001).....	24
FIGURA 4: MAPA DEPARTAMENTO COCHABAMBA – PROVÍNCIAS CHAPARE, CARRASCO, TIRAQUE.....	25
FIGURA 5: FOTO DE VILLA TUNARI, PROVÍNCIA DO CHAPARE, COCHABAMBA, BOLÍVIA. JULHO/2004.....	27
FIGURA 6: FOTO DE ACAMPAMENTO DA UMOPAR NA REGIÃO DE IRVIRGARZAMA, PROVÍNCIA CHAPARE, COCHABAMBA, SETEMBRO 2001.....	30
FIGURA 7: FOTO DE MERCADO PRIMÁRIO DE FOLHA DE COCA. CHIPIRIRI. SETEMBRO 2001.	35
FIGURA 8: FOTO DE COCHABAMBA. JULHO 2004.	36
FIGURA 9: FOTO DE AMPLIADO DO MOVIMENTO COCALERO. CHIPIRIRI, PROVÍNCIA CHAPARE, COCHABAMBA, BOLÍVIA. JULHO 2004.	38
FIGURA 10: FOTO DE MERCADO PRIMÁRIO DE FOLHA DE COCA. IRVIRGARZAMA, PROVÍNCIA CHAPARE, COCHABAMBA, BOLÍVIA. JULHO 2004.....	42
FIGURA 11: FOTO DO COMÉRCIO DE RUA EM LA PAZ. SETEMBRO 2003.	64
FIGURA 12: FOTO DO CENTRO DE LA PAZ. VISTA DAS PLAZAS SAN FRANCISCO E DE LOS HEROES. SETEMBRO 2003.....	149
FIGURA 13: MAPA LA PAZ. ZONAS MOBILIZAÇÃO.....	150
FIGURA 14: FOTO DE ÁREA CENTRAL DE EL ALTO. JULHO 2005.	152
FIGURA 15: FOTO DE LA PAZ, VISTA DESDE LA CEJA DE EL ALTO. AGOSTO 2005.....	154
FIGURA 16: FOTO DO CENTRO DE LA PAZ. JULHO 2005.....	158

FIGURA 17: FOTO DA PERIFERIA DE LA PAZ. JULHO 2005.	160
FIGURA 18: FOTO DO CENTRO DE LA PAZ. JULHO 2005.....	163
FIGURA 19: FOTO DE MANIFESTAÇÃO MOVIMENTO COCALERO. CHIMORÉ. SETEMBRO 2001.	165
FIGURA 20: MAPA BOLÍVIA. ZONAS DE INFLUÊNCIA DOS PRINCIPAIS MOVIMENTOS SOCIAIS.	174

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: PERDAS TERRITORIAIS BOLIVIANAS..... 68

QUADRO 2: CONTRADIÇÕES IMPOSTAS SOBRE O ESPAÇO ANDINO..... 130

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
I.....	14
II	16
INTRODUÇÃO.....	
O Movimento <i>Cocalero</i>	26
O “Encontro”	33
A Construção de Identidades.....	38
3 METODOLOGIA	
I.....	44
II	46
III.....	56
IV	58
4 QUE PAÍS É ESSE?.....	
I.....	60
II	64
5 MOVIMENTOS SOCIAIS	
I.....	70
II	75
III.....	80
IV	82

V.....	84
VI.....	89
6 IDENTIDADES SÓCIO TERRITORIAIS.....	
Introdução.....	91
Identidades.....	92
Identidade Étnicas.....	99
Identidades Nacionais.....	100
Território.....	102
Territorialidade.....	110
Desterritorialização.....	114
Identidade e Território.....	115
7 CONFLITO DE TERRITORIALIDADES.....	
I - Estruturas de Organização Sócio-Política e Territorial no Espaço Andino.....	117
I.a - Territorialidade Originária.....	118
I.b - Territorialidade Colonial.....	125
I.c. - Algumas observações.....	129
II - O CONAMAQ e o retorno ao ayllu.....	130
III – As duas <i>Bolívias</i>.....	136
IV - A formação social <i>abigarrada</i>.....	140
V - Felipe Quispe e a conscientização aymara.....	143
VI - Paisagens.....	147
VII – El Alto.....	151
VIII – A Fejuve de El Alto.....	155
IX - Cotidiano.....	157
X - A “Guerra do Gás”: conflito de territorialidades.....	166

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	183
ANEXOS	190

APRESENTAÇÃO

“A pessoa que tomou estas notas morreu (...); a pessoa que está agora reorganizando e polindo estas mesmas notas, eu, não sou mais eu, pelo menos não sou o mesmo que era antes. Esse vagar sem rumo pelos caminhos de nossa Maiúscula América me transformou mais do que me dei conta”.
(Ernesto Che Guevara. *De moto pela América do Sul*)

“O pesquisador, durante o processo de pesquisa, é alguém que está em processo de aprendizagem, de transformações. Ele se ressignifica no campo”.
(Maria Teresa de Assunção Freitas. *A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa*)

I

Este é a conclusão de um trabalho feito na estrada. É, ainda que também seja o resultado de meses de leituras e redações, um trabalho “estradeiro”.

É importante para mim defini-lo assim, mesmo sabendo dos riscos que corro a partir desse reconhecimento. Abrir um trabalho acadêmico assumindo seu lado “estradeiro”, é correr o risco de sofrer “acusações”: de que seja um trabalho empirista, de que não priorizou (ou utilizou) os rigores metodológicos, de que não aprofundou a investigação teórica.

Mas creio também que ao não fazê-lo estaria cometendo uma injustiça com todo o processo que levou à sua construção. Seria desmerecer as jornadas profundas de descobertas no coração de uma terra desconhecida que, conhecendo, aprendi a respeitar. Seria esquecer dos momentos em que a solidão me fez aprender a vencer a timidez, e a buscar

repouso com desconhecidos, e assim aprender mais sobre as gentes do que qualquer livro me havia podido ensinar.

Posteriormente, foram se elaborando percursos de método que permitiram acolher as observações e as leituras na construção de um corpo único e coerente, entre si (observações com teoria) e com os propósitos deste trabalho. Creio que o resultado final, se não atingiu plenamente seus objetivos, com certeza não economizou esforços para tanto.

Este é um trabalho que parte de uma premissa: o sentimento de imenso respeito por uma terra chamada América Latina, por suas gentes, seus sorrisos e suas dores. Escrevo essas palavras assumindo mais uma vez o risco de que possa ser acusado de parcialidades ou desvios, de que as afinidades confundissem o olhar do investigador. Mas o faço porque, mesmo buscando respeitar o rigor acadêmico que me é exigido, acredito que o engajamento é parte essencial da conduta do investigador social comprometido com a transformação da sociedade. Quero, honesta e humildemente, acreditar que essas páginas possam contribuir de alguma forma para que novos olhares se lancem sobre a América Latina, olhares com o mesmo respeito e a mesma ânsia de transformação que me acompanharam ao longo de sua realização.

Sei do quanto é difícil a própria conceituação do que é uma “América Latina”. Ribeiro (1986) mostrava da dificuldade de se estabelecer critérios objetivos para essa suposta característica que une, num mesmo conceito e numa mesma região, países tão diferentes entre si como o são, para que não seja necessário nos distanciarmos, Brasil e Bolívia (para não citar aqui exemplos mais distantes como os dos países da América Central), à parte de uma inegável continuidade continental.

Mas, talvez tenha sido a partir de uma constatação extremamente simples que me tenha sido possível abrir os olhos ao fato de que, sim, algo nos une: a insistência de

argentinos, uruguaios, peruanos, bolivianos, equatorianos, em definir a si mesmos como sul-americanos; e mais, definir os cidadãos dos Estados Unidos como norte-americanos, e não simplesmente americanos como eles e, por incrível que pareça, nós brasileiros, tão comumente os definimos, como se a utilização do termo América fosse alguma espécie de exclusividade legada aos estadunidenses por alguma divindade, esquecendo que mesmo em qualquer Atlas escolar nossos países aparecem lá inseridos dentro de formações continentais denominadas “América do Sul” e “América Central”.

Regiões as quais, apesar de suas muitas e diversas diferenças que alguns não tardariam em apontar, compartilham, do passado, uma herança colonial que legou, ao presente, uma insistente dificuldade em assumir um projeto próprio para se lançar ao futuro. Um futuro que tenha a cara, a cor, a intensidade e a vibração – a identidade – dessa região, chamada a Pátria Grande, por Artigas; Nuestra América, por Martí; Abia Yala, pelos indígenas originários do altiplano andino. Ou, simplesmente, América Latina.

II

A Bolívia passou pela primeira vez na minha vida em 1991. Na verdade, eu passei por ela pela primeira vez naquele ano. Vinte anos de idade, mochila nas costas, um razoável conhecimento de espanhol depois de dois anos de viagens à Patagônia, fazia minha segunda grande incursão solitária pelo continente viajando para a lendária Machu Picchu. A Bolívia nessa ocasião foi pra mim, da mesma forma que para os viajantes apressados que eu hoje critico, um corredor de passagem.



Figura 1: Mapa América do Sul (no destaque, Bolívia)

Passaram-se quase dez anos até que eu voltasse para lá. Foi em março de 2001, após uma jornada que havia iniciado na Patagônia Argentina, que novamente desembarquei em La Paz, sede do governo boliviano a 3.600 metros de altitude, cidade improvável incrustada nas paredes de um vale escavado em meio ao altiplano andino. Uma sinfonia de sons e de cores que fascinam e desafiam, numa linha tênue a separar o caos urbano de uma inusitada harmonia.

Nos quase dois meses que permaneci na Bolívia naquela oportunidade pude conhecer as mais diferentes faces de um país fantástico, buscando uma verdadeira imersão no *modus vivendi* boliviano. Mas devo admitir que o fato que mais me chamava a atenção não era nenhuma paisagem natural ou relíquia arquitetônico-arqueológica, ambos quesitos nos quais o país possui inegáveis riquezas. Era, isso sim, nas ruas de La Paz que a Bolívia se mostrava em bruto.

Quase que diariamente, anunciadas de longe pelo pipocar de fogos de artifício, marchas de protesto tomavam as ruas, tornando lento o já conturbado trânsito *paceño* e fazendo ressoar frente aos demais suas mensagens e reivindicações. Essas mesmas marchas que me surpreendiam eram vistas com aparente naturalidade por pedestres e motoristas. Afinal, como um dia me diria uma jornalista espanhola radicada na cidade, “*si no hay marcha, no es La Paz*”.

Era abril de 2001, e se completava um ano dos acontecimentos que ficaram conhecidos como a “Guerra da Água”, ocasião em que uma mobilização popular de proporções até então inéditas havia tomado a cidade de Cochabamba, terceira maior cidade em população e relevância econômica no país, exigindo a retirada de um consórcio internacional que havia recebido a concessão sobre os serviços privatizados de distribuição de águas e coleta de esgotos. A reversão da privatização, com o “convite” à retirada do consórcio liderado pela estadunidense Bechtel, tornou-se uma vitória inédita (provavelmente a nível mundial) dos movimentos populares bolivianos, embora um ano depois o quadro não

sugerisse estabilidade¹. Movimentos distintos, sob distintas lideranças, mas num uníssono na exigência por mudanças, davam à Bolívia, ou ao menos a La Paz, uma atmosfera de tensão latente, ainda que a cidade aparentemente seguisse seu ritmo habitual.

De tudo o que era possível observar daquela situação, até então desconhecida para mim, havia uma questão que surpreendia mais: era o fato de que nos freqüentes contatos com o Brasil, por telefone ou correio eletrônico, eu percebesse que aqui nada se falava sobre aquela situação. A Bolívia, país com o qual o Brasil possui a maior faixa de fronteira terrestre, país de onde parte o gasoduto que abastece alguns dos principais centros urbanos brasileiros, vivia uma perigosa convulsão social, mas isso não parecia interessar à grande mídia brasileira.

A proximidade do primeiro de maio daquele ano veio acompanhada de uma longa marcha de protesto iniciada em Cochabamba sob a liderança de nomes como Óscar Olivera e Evo Morales. A intenção dessa marcha era unir-se aos protestos das *juntas vecinales*² do departamento de La Paz que pediam, entre outras demandas, a renúncia do presidente Hugo Banzer, general e ex-ditador, eleito presidente em 1997, como único fator possível, naquele momento, para a condução a uma (frágil) estabilidade.

No dia 24 de abril as marchas chegaram à cidade de La Paz, devidamente recebidas pela repressão armada pela polícia boliviana. Pelas ruas da cidade não circulavam

¹ O leitor familiarizado com os acontecimentos do cenário boliviano poderá estranhar a ausência de uma análise de um momento fundamental que foi o da Guerra da Água, ocorrida em Cochabamba, em abril do ano 2000. Isto se deu de forma intencional. Nossa opção neste trabalho foi por uma metodologia que privilegiasse a parte relacional na construção das análises (entrevistas, observações de campo). Porém, apesar de algumas tentativas, não foi possível obtermos entrevistas com membros da Coordenadora de Águas, movimento que liderou aquelas mobilizações. Estivemos reunidos com Oscar Olivera, principal líder do movimento, em três momentos (por duas vezes em La Paz e uma em Porto Alegre, no Fórum Social Mundial de 2005), mas em todas estas não tivemos a oportunidade de um encontro à parte que se enquadrasse em nossos objetivos, e nossa análise teria, assim, de ficar restrita às pesquisas bibliográficas. Ainda assim, temos de agradecer a extrema cordialidade com que Olivera nos recebeu a cada um destes encontros, e por ter nos colocado em contato com alguns interlocutores que acabaram sendo fundamentais para este trabalho, dos quais destaco a jornalista Claudia Espinoza. Sobre a Guerra da Água sugerimos a Revista do Osal, n° 2 (www.clacso.org.ar).

² Associações de vizinhos, ligas de bairro.

carros, apenas marchas que desfilavam pelo *prado*³ bradando gritos de protesto em meio aos fogos de artifício. Eu, na companhia de Carmen, minha companheira brasileira que havia ido até lá para interromper nossos quase três meses de afastamento, acompanhava os protestos num misto de admiração e de receio diante do ambiente inegavelmente tenso que cercava a cidade. Na Plaza de los Heroes, junto à Igreja de San Francisco, principal ponto de concentração das manifestações populares em La Paz, a multidão emanava uma vibração intensa, que parecia estar prestes a explodir.

E explodiu. De repente, em resposta a algumas pedras lançadas por um grupo de estudantes, começaram a voar os projéteis de gás lacrimogêneo, a multidão se dispersava desordenadamente derrubando carrinhos, barracas e até mesmo pessoas, enquanto os policiais avançavam pela praça⁴. Assustados, nos refugiamos num dos velhos prédios que servem de local para os pequenos negócios de artesanato da *calle Sagárnaga*⁵, junto com alguns comerciantes e transeuntes. Com portas e janelas fechadas, ouvíamos os gritos que logo se transformavam num silêncio tenso, enquanto o gás penetrava pelas frestas, fazendo arder olhos e narinas. Mesmo a fumaça de jornais que queimamos no chão não conseguia minimizar os efeitos do gás. Um bebê, filho de uma comerciante, chorava convulsivamente, com certeza sem entender porque lhe doía tanto para respirar. Uma menina, de uns cinco ou seis anos, desgarrada da mãe durante a correria, chorava e segurava firme na minha mão. Carmen também chorou.

O saldo daquela tarde foi de duas mortes. Antonia Mamani, uma senhora de 87 anos que vivia em uma casa precária junto à praça, não resistiu aos gases e morreu asfixiada dentro de sua residência. Era viúva de um ex-combatente da Guerra do Chaco, vivia do pagamento de pensão pelo Estado, atrasado pela falta de documentos, e, segundo os vizinhos,

³ Termo pelo qual são conhecidas as grandes avenidas de pista dupla e canteiros centrais.

⁴ "Y cuando los últimos lustracachos descendían de la cabeza del Calahumana, (...) reventaron los primeros gases. Era la respuesta de la policía a las piedras de una veintena de universitarios (de San Simón) con vocación guerrillera: vainas de gas en parábola, rebotando contra el suelo y peligrosamente rectas; un enjambre de 35 motos siguiendo instrucciones a gritos: 'Economía de munición, tenemos que trabajar con el viento, allá están hartos huevones'". (ORDUÑA: 2001a, p. 10).

⁵ Principal rua de comércio artesanal em La Paz.

eventualmente “completava” sua renda pedindo esmolas em frente à Igreja. Daniel Vela, motorista, morreu ao ser atingido na nuca por um dos projéteis de gás⁶.

Não sei se foi exatamente naquele dia, mas o certo é que, a partir de algum dentre esses momentos, a Bolívia calou em mim com um compromisso: voltar. No mesmo ano, menos de quatro meses após haver retornado ao Brasil, eu já percorria novamente as estradas bolivianas. Dessa vez o destino era uma região tropical no interior do departamento⁷ de Cochabamba, conhecida como Chapare, com o objetivo de conhecer o movimento que despontava como principal protagonista do cenário de lutas sociais na Bolívia: o movimento *cocalero*.

O que aconteceu a partir dali vai transparecer nas páginas que se seguem.

⁶ Pulso Semanário, 27 Abril a 3 Maio, 2001.

⁷ Divisão político-territorial do país, equivalente a um estado no Brasil.

INTRODUÇÃO

Escrever hoje sobre a Bolívia não é uma tarefa fácil (não que algum dia tenha sido). Mas o que torna essa tarefa particularmente difícil nos dias atuais é o fato de que, atualmente, qualquer um que tenha tido um mínimo acesso a veículos de informações no ano que passou (2006) sabe mencionar alguns dos principais eventos políticos mais ou menos recentes ocorridos no país andino (eleição de Evo Morales à presidência, nacionalização das reservas de hidrocarbonetos com a subsequente “tomada” das instalações da Petrobrás, entre outros) e, principalmente, tem sobre esses acontecimentos uma opinião moldada de acordo com a visão e a interpretação estereotipada dos fatos brindada ao leitor comum por 9 entre 10 veículos de comunicação nacionais.

A preocupação inicial aqui, a partir do afirmado acima, é evitar que as interpretações sobre os sucessos e fracassos de um governo legitimamente eleito, governo este sujeito a pressões dos mais variados calibres tanto do campo de seus aliados quanto de seus opositores, e naturalmente passível de cometer acertos e erros, venha a influenciar na análise e interpretação daquilo que se coloca nas páginas que se seguem. Portanto, desde já colocamos: **este não é um trabalho sobre o governo de Evo Morales**. Não estaremos discorrendo aqui, de forma específica, sobre o processo eleitoral que o levou à presidência, nem sobre os processos que se instalaram após a sua chegada ao governo, ainda que, obviamente, muitos desses temas se relacionem profundamente com aqueles sobre os quais estaremos nos dedicando aqui.

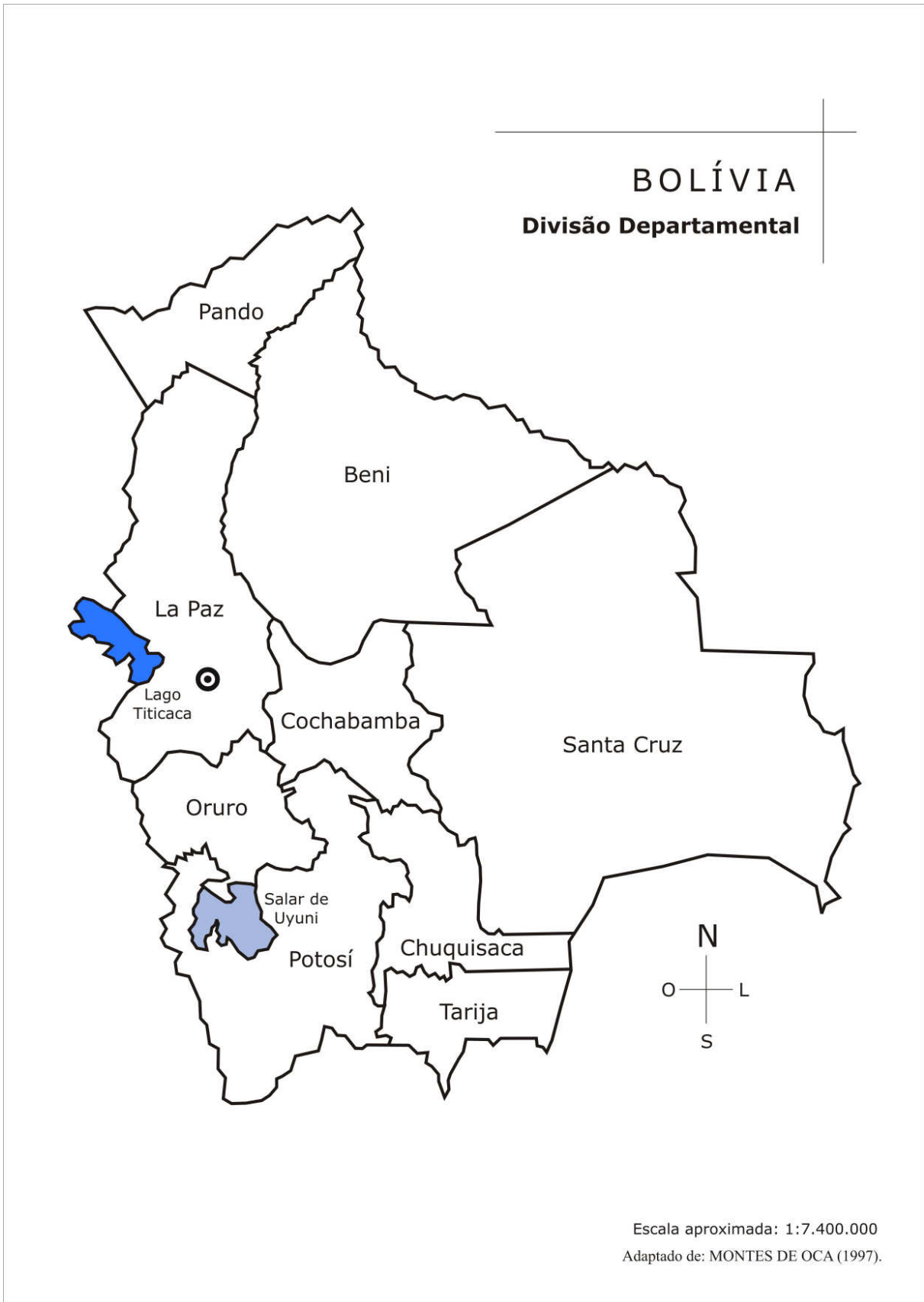


Figura 2: Mapa Bolívia. Divisão Departamental.

Na realidade, o trabalho que se inicia a partir destas páginas teve início em 2001, e seu foco se projeta sobre os processos acontecidos entre aquele ano e a eleição de Evo Morales à presidência (dezembro de 2005). Pois em 2001, o então deputado Evo Morales, por mais que vislumbrasse a possibilidade de concorrer à presidência do país, era “apenas” a principal liderança de um movimento social vinculado a uma causa bastante específica: o combate à erradicação forçosa dos plantios da folha de coca na região tropical do departamento de Cochabamba conhecida como Chapare⁸. Este movimento, junto com outros que também serão objeto de nossa análise, se destacava num quadro de intensa mobilização social (descrito brevemente na apresentação deste trabalho) que viria a propor mudanças profundas na organização social, política e territorial boliviana. Movimentos que, através de formas de mobilização diferenciadas lograram romper com estruturas rigidamente excludentes, perpetuadas ao longo da história boliviana, e que agora viram-se confrontadas por uma nova atitude capaz de re-escrever, com outros matizes, a história boliviana daqui para a frente.



Figura 3: Foto de Chipiriri, Província do Chapare, Cochabamba, Bolívia (Setembro, 2001).
Fonte: Marcelo Curia/P2.

⁸ A divisão política do território boliviano estrutura-se em departamentos, províncias, cantões e localidades (MONTES DE OCA: 1997). “O Chapare é o nome de uso mais estendido para referir-se a uma ampla região que, na realidade, compreende as zonas tropicais (de aproximadamente 2.000 msnm para baixo) de três províncias: o próprio Chapare, Carrasco e Tiraque”. (SPEDDING: 2005, p.91).

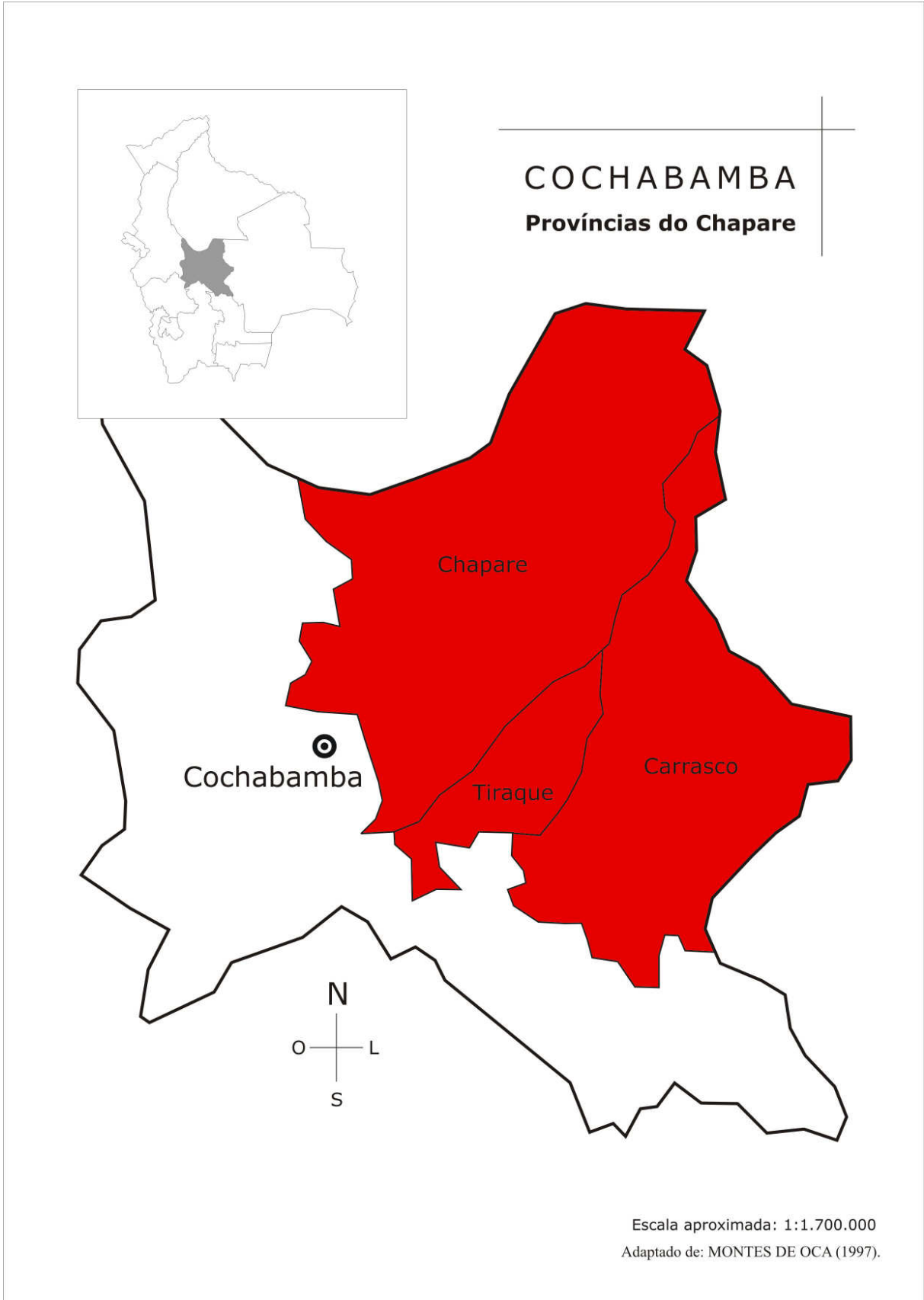


Figura 4: Mapa Departamento Cochabamba – Províncias Chapare, Carrasco, Tiraque.

O Movimento *Cocalero*⁹

O movimento liderado por Morales¹⁰, conhecido popularmente como movimento *cocalero*, é uma unidade administrativa que congrega as seis Federações do Trópico de Cochabamba em torno a um ente organizacional único, chamado Coordenadora, criado oficialmente em 1992. Essas federações consistiam no agrupamento de sindicatos camponeses, existentes na região desde o começo de sua ocupação massiva, iniciada com a Reforma Agrária de 1953 (GARCÍA: 2005).

O trópico de Cochabamba é a região a leste da Cordilheira dos Andes, caracterizando uma faixa de transição entre a altitude e aridez do altiplano e as planícies úmidas do chamado Oriente boliviano. É uma região de relevo acidentado e cortada por inúmeros rios, fatores que dificultavam sua ocupação antes da construção de estradas que permitissem sua ligação com as demais regiões do país.

⁹ Optei aqui, como em vários outros casos ao longo deste trabalho, por não traduzir as expressões que não encontram um similar específico na língua portuguesa, evitando, assim, descaracterizar nomes ou expressões próprias dos contextos analisados que ficariam descontextualizadas.

¹⁰ Ainda que estando na Presidência da República, Evo Morales permanece sendo a maior autoridade da Coordenadora das Federações Camponesas do Trópico de Cochabamba, uma deferência do movimento à sua mais expressiva liderança histórica.



Figura 5: Foto de Villa Tunari, Província do Chapare, Cochabamba, Bolívia. Julho/2004.
Fonte: Marcelo Curia/P2.

A ocupação efetiva da região, ainda que tivesse havido tentativas de jesuítas a partir do século XVII, só se daria a partir da década de 1920, e seria impulsionada definitivamente com a Reforma Agrária de 1953, cujo projeto de modernização da agricultura do país contemplava a expansão da fronteira agrícola em direção às então pouco povoadas terras baixas. A ocupação daqueles territórios se daria da forma praticamente espontânea que caracterizou a distribuição de terras pelo governo nacionalista, e para lá se dirigiam pioneiros em busca de novas oportunidades, oriundos do meio rural altiplânico, ou mesmo mineiros em busca de novas oportunidades. À princípio, as culturas desenvolvidas na região eram a yuca (mandioca), o milho e a walusa. A folha de coca tinha seu cultivo direcionado ao consumo dos próprios camponeses, uma vez que as dificuldades de comunicação faziam com que a finalidade comercial dos cultivos se visse restringida. Os primeiros sindicatos camponeses datam dessa onda de ocupação (SPEDDING: 2005).

Até o início dos anos 1970 se construíram pontes sobre os principais rios da região, o que facilitou o acesso dos camponeses a mercados distantes, impulsionando o cultivo comercial da folha de coca, para abastecimento das grandes cidades e em especial das

regiões mineiras. Esse aumento da produção da folha de coca coincidiu com o aumento da demanda da folha pelas *fábricas* produtoras de cocaína e isso detonou uma nova onda de ocupação da região, voltada agora especificamente à produção de coca ou às novas ocupações que surgiam dentro do processo produtivo da cocaína¹¹. Regimes de partição das unidades de propriedade atraíram novos camponeses interessados na produção, uma população flutuante estimulada pelos altos preços pagos pelos traficantes e pela facilidade de produção da coca numa zona onde o controle efetivo era exercido pelo narcotráfico.

Os preços da folha de coca, estimulados pelo período que ficou conhecido como o do *boom* da cocaína na Bolívia (décadas 1970-1980), mantiveram-se em alta até meados da década de 1980, quando o governo do presidente Victor Paz Estenssoro partiu para a ofensiva contra a produção de folhas de coca voltadas ao abastecimento do narcotráfico. O momento crucial desta guinada foi a promulgação da *Ley del Regimen de la Coca y Sustâncias Controladas*, a controvertida Lei 1008, de Julho de 1988, que ao mesmo tempo em que reconhecia a coca como um cultivo tradicional e ancestralmente ligado aos povos andinos e às tradições por eles legadas à população boliviana, impunha não só uma classificação aos cultivos (diferindo-os entre produção necessária e *excedentaria*), como também às regiões produtoras, classificadas como zonas de produção tradicional e zonas de produção *excedentaria* em transição.

O artigo 9º da referida lei define as zonas de produção tradicional como aquelas onde “histórica, social e agroecologicamente se cultivou a coca, a mesma que serviu aos usos tradicionais”, e inclui nesse hall as zonas produtoras do departamento de La Paz (províncias de Nor e Sud Yungas). Já o artigo 10º define as zonas de produção *excedentaria* como aquelas “resultado de um processo de colonização espontânea ou dirigida, que sustentou a expansão dos cultivos *excedentarios* no crescimento da demanda para usos ilícitos”. As

¹¹ Trabalhos como os de “pisacoca”, que consistiam em pisotear as folhas em meio a um conjunto de compostos químicos, com a finalidade de extrair o alcalóide e fabricar a pasta base. Ainda hoje é possível ouvir entre a população local descrições bastante vivas de como se realizavam estes trabalhos.

características apontadas no artigo são claras para definir a região que a lei buscava enquadrar nessa definição: o Chapare cochabambino¹².

A lei 1008, além dessa classificação de cultivos e de zonas produtoras, propunha um programa de erradicação dos cultivos *excedentarios*, que pressupunha a adesão voluntária de camponeses interessados em cambiar o cultivo ilegal da folha de coca por cultivos alternativos, adequados às condições do Chapare, através de uma compensação financeira por hectare de coca entregue à erradicação (US\$ 2.500 por hectare oferecido à erradicação).

A crescente militarização do Chapare, dificultando a ação do narcotráfico, fez com que a adesão às medidas previstas na lei fosse representativa. Afinal, grande parte da população envolvida no circuito produtivo da cocaína era flutuante, e com a produção prejudicada pela presença militar, o decréscimo populacional da região foi evidente¹³. Isso, aliado à baixa dos preços pagos pela coca, tornava os cultivos desinteressantes aos produtores. Assim, estima-se que de 1998 a 1994 a erradicação voluntária tenha não só crescido como atingido o seu limite, ou seja, após essa data praticamente 100% dos cultivos remanescentes destinavam-se ao consumo tradicional, o que, do ponto de vista dos camponeses, punha um fim às motivações internas (*chapareñas*) para a adesão à erradicação voluntária.

¹² A íntegra da Lei 1008 se encontra disponível na página *web* da agência da ONU de combate ao narcotráfico: http://www.unodc.org/unodc/es/legal_library/bo/legal_library_1989-10-20_1988-25.html

¹³ Spedding (2005) coloca que tais flutuações, evidentes para a observação, são de impossível quantificação, uma vez que a natureza ilícita da atividade do narcotráfico impedia qualquer levantamento de maior precisão em relação aos aspectos demográficos do Chapare.



Figura 6: Foto de Acampamento da Umopar na região de Irvirgarzama, Província Chapare, Cochabamba, Setembro 2001.

Fonte: Marcelo Curia/P2.

Porém a Bolívia não é um país que vive apenas de suas motivações internas. Em 1997, o general Hugo Banzer assumia pela segunda vez a presidência da República, após ter sido o protagonista de uma das mais sangrentas ditaduras da América do Sul, no período 1971-1978. Banzer, que no período em que esteve à frente do governo havia sido acusado de ligações com o narcotráfico, assumia novamente o governo com o objetivo de livrar-se dessa

sombra que pairava sobre sua biografia, propondo-se agora o papel de democrata e, a partir da promulgação do Plano Dignidade (PD), em 1998, assumia a missão de ser o presidente que poria um fim na história do narcotráfico boliviano.

O PD declarava guerra ao narcotráfico, assumindo o compromisso de erradicar os 38.000 hectares que, segunda a DEA¹⁴, permaneciam sendo cultivados no Chapare com o intuito de manter a produção de cocaína. Banzer, em seu afã *erradicacionista*, militarizou definitivamente o Chapare, e deflagrou o processo de resistência aguerrida exercida pelas federações que aglutinavam os camponeses que permaneceram na região, apesar das pressões governamentais e da prática desaparecimento do “grande” narcotráfico¹⁵.

O PD estabelecia prazos para a adesão voluntária, após os quais viria a erradicação forçosa. Dadas as condições colocadas acima, ficaram estabelecidas as peças para o início de um conflito vigoroso entre as partes em oposição. O movimento *cocalero*, dotado de uma adesão aguerrida e de um conhecimento profundo da região conseguiu transformar a tarefa da UMOPAR¹⁶ num verdadeiro martírio. A questão era uma só: nenhum dos cultivos alternativos propostos pelo governo era capaz de contrapor-se aos ganhos oferecidos pelo cultivo de coca, mesmo aquela destinada aos mercados tradicionais. Afinal, a coca é considerada um cultivo praticamente espontâneo, que requer cuidados mínimos e que oferece a possibilidade de uma colheita a cada três meses. Afora alguns poucos produtores dotados de maior poder de capital, os cultivos alternativos (cítricos, banana, abacaxi, palmito) não eram capazes de competir por mercados com produções já estabilizadas dos mesmos produtos como as oriundas do Equador. É desse contexto que surge a liderança de Evo Morales.

¹⁴ Drugs Enforcement Agency, agência do governo estadunidense de combate ao narcotráfico, que participa e colabora em ações nas regiões de interesse do governo daquele país.

¹⁵ Este é um tema delicado, sobre o qual não cabe depositarmos nossa atenção neste trabalho. Mas o fato é que os discursos das duas frentes em oposição, governo (de então) e *cocaleros*, sempre foi explicitamente discordante. Enquanto os primeiros clamavam pela necessidade da erradicação total dos cultivos *chapareños*, os segundos defendiam-se na argumentação de que a coca *excedentaria* já havia desaparecido, restando apenas cultivos destinados ao mercado tradicional. Após três oportunidades de visitas à região é possível concluir que o narcotráfico não desapareceu por completo, ainda que suas dimensões sejam infinitamente inferiores às aquelas do período do auge da produção de cocaína no Chapare, nos anos 1980, período que os moradores da região narram como o do “narcotráfico a céu aberto”.

¹⁶ Unidade Móvel de *Patrulhagem Rural*, conhecidos popularmente como “leopardos”, força policial concebida pelo governo com a finalidade de combate ao narcotráfico.

Cabe aqui abrir um parêntese: o movimento *cocalero*, como brevemente descrito acima, é um movimento que nasce com uma explícita finalidade econômica, ou seja, defende a permanência dos cultivos da folha de coca por razões de subsistência dos camponeses estabelecidos no Chapare. O movimento *cocalero* é, portanto, um movimento que, à princípio, tem uma demanda bastante específica e pontualmente localizada no espaço.

Porém, é possível sugerir dois aspectos que forneceram ao movimento as prerrogativas para que ultrapassasse suas limitações de origem e se propusesse, a partir de determinado momento, como um movimento social com um discurso aglutinador de setores distintos em torno a uma causa comum.

O primeiro é o Decreto Supremo 21060 (DS.21060). Esse decreto, lançado em 1986 durante a presidência de Victor Paz Estenssoro e sob a coordenação do então Ministro da Economia, Gonzalo Sanchez de Lozada, modificava o papel da estatal mineira COMIBOL, transformando-a de empresa diretamente atuante no setor mineiro em administradora de contratos. Na prática, a medida representava a diminuição do papel da empresa, lançando milhares de famílias no desemprego, e dando início ao processo de re-localização, pelo qual se acelerou a migração das zonas mineiras às periferias dos grandes centros, e à região *cocalera* do Chapare. Com isso, não era só um novo contingente populacional que se somava à região do trópico de Cochabamba: com esse novo aporte, uma tradição sindical mineira se deslocava aos meios rurais fortalecendo a organização *cocalera*, assim como, também uma compreensão diferenciada dos acontecimentos, que relacionava aquele contexto a um contexto mais amplo de luta contra a globalização, se juntava à compreensão que aquele movimento fazia de si mesmo¹⁷. É o primeiro dos elementos que transforma a demanda *cocalera* numa demanda nacional.

¹⁷ Cabe ressaltar que apesar dos eufemismos governamentais, as medidas que permitiam a “capitalização” das estatais bolivianas sempre foram compreendidas como privatizações, e estas eram parte do repertório de medidas de ajuste defendidas para a região pelo Consenso de Washington.

O segundo é a ingerência estadunidense nos programas de erradicação da folha de coca, especialmente a partir da adoção do PD¹⁸. A participação dos Estados Unidos na gestão do PD sempre foi clara, seu apoio econômico e logístico nunca foi ocultado, e seus programas de auxílio econômico à Bolívia estiveram explicitamente condicionados aos avanços da erradicação no Chapare. Dessa forma, foi possível ao movimento *cocalero* capitalizar essa oposição forânea como uma intromissão nos interesses internos bolivianos, como uma afronta à soberania nacional, e como um menosprezo a um elemento arraigado na cultura boliviana: o consumo tradicional da folha de coca.

Traduzindo estes dois pontos em elementos frontais de um discurso que não mais se propunha como localizado, mas que ansiava pela adesão geral de bolivianos e bolivianas, os *cocaleros* colocavam-se à frente de um processo que mudaria a face do país.

O “Encontro”

Quando em abril de 2001 cruzei as ruas de La Paz surpreendido com a agitação popular que tomava conta não só da sede do governo como também de boa parte do país, travei meu primeiro contato com esse movimento que se projetava como um protagonista entre os protagonistas, e que projetava sua maior liderança como uma das maiores lideranças entre as lideranças. *Cocaleros* e Evo Morales disputavam espaço nas capas dos principais jornais à frente de uma marcha que partia de Cochabamba e que prometia avançar sobre as ruas de La Paz com uma agenda complexa de demandas, que buscavam abranger as intenções dos diferentes atores que a protagonizavam¹⁹.

¹⁸ “Una guerra que comenzó con el Plan Dignidad, en 1998, para sacar al país del circuito ‘coca-cocaína hasta el 2002’ y acabar con las 38.000 hectáreas de coca excedentaria en el Chapare, según cálculos del Departamento de Estado de los Estados Unidos”. (DÁVILA, 2000, p.13).

¹⁹ A “Marcha por la dignidad y soberanía” defendia o slogan “Por la recuperación de la patria”, e contava com a participação das federações camponesas do Trópico de Cochabamba, a Coordinadora de Águas, grupos *cocaleros* da região dos Yungas, minérios de Potosi, entre outros. A diversidade de demandas encontrava unidade no clamor pela destituição do governo do general Hugo Bánzer. (Pulso Semanario, La Paz, 20 a 26 Abril, 2001).

Ao mesmo tempo, em La Paz, em ruas como a Sagárnaga, uma das camisetas mais procuradas pelos turistas ostentava um dos principais slogans defendidos pelos *cocaleros*: “a folha de coca não é cocaína”, (ou, “a folha de coca não é droga”). Nos chamados bares autóctones, cervejas eram servidas acompanhadas por potes cheios de folhas de coca, oferecidas como “aperitivo”. A cultura boliviana era ostentada com orgulho em diversos ambientes, e a folha de coca colocava-se como um dos protagonistas dessa onda.

Foi em meio a esse contexto que foram feitas as primeiras observações que conduziram a este trabalho. Porque ali era possível encontrar umnexo que ligava aquele movimento que se projetava à frente da demanda nacional, a um quadro social receptivo a um discurso gerado em um meio diferente do seu (rural *versus* urbano), e que apesar de à princípio trazer uma demanda que não lhe dizia respeito, a propunha num tom que transformava àquela demanda em uma causa comum a todos. Assim, um movimento com uma causa específica, vindo de uma origem específica e vinculado a um tema polêmico, conseguia se tornar uma referência nacional.

De que forma se pronunciava o discurso *cocalero*? O deputado Evo Morales afirmava então, em entrevista ao autor:

La hoja de coca es, la parte esencial de la cultura quechua-aymara, es lo central entre los quechuas-aymaras, y cuando hablan de “coca cero” es como si estuvieran hablando del Apocalipsis andino. Cuando hablan de “coca cero” es como si estuvieran hablando de cero de quechuas-aymaras. Es el genocidio (Evo Morales Ayma).

Assim apresentada, a folha de coca ganhava uma representação que a ligava às mais profundas raízes culturais andinas, frente ao que a desapareção dos plantios de coca representaria o fim de parte dessa herança cultural legada pelos povos originários.

Laserna (1996) apresenta estudos segundo os quais entre 60 e 80% da população rural boliviana consome a folha de coca na forma tradicional do *acullico* (mastigação). A variação dos índices se dá pelo tipo de pesquisa realizada, e pelo público entrevistado (masculino e feminino), uma vez que entre os homens o hábito é mais difundido como suplemento alimentar nas jornadas de trabalho. O autor coloca que, em expandindo-se a pesquisa para o consumo em infusões e preparos medicinais, o público consumidor chegaria a 90% da população rural.

O autor demonstra a importância desse padrão de consumo na relação com a característica migrante da população boliviana, que traz do campo para a cidade seus hábitos, ampliando assim a demanda total de consumo tradicional da folha de coca (LASERNA: 1996).



Figura 7: Foto de Mercado primário de folha de coca. Chipiriri. Setembro 2001.
Fonte: Marcelo Curia/P2.

Na mesma entrevista Evo Morales ainda citava a questão da ingerência externa: “*Entonces, veo que el Plan Dignidad, el Plan Colombia, el Plan Puebla-Panamá,*

juntándolos están, es un plan de guerra, pero un plan de exterminio, fundamentalmente, de campesinos indígenas originarios”. (Evo Morales Ayma).

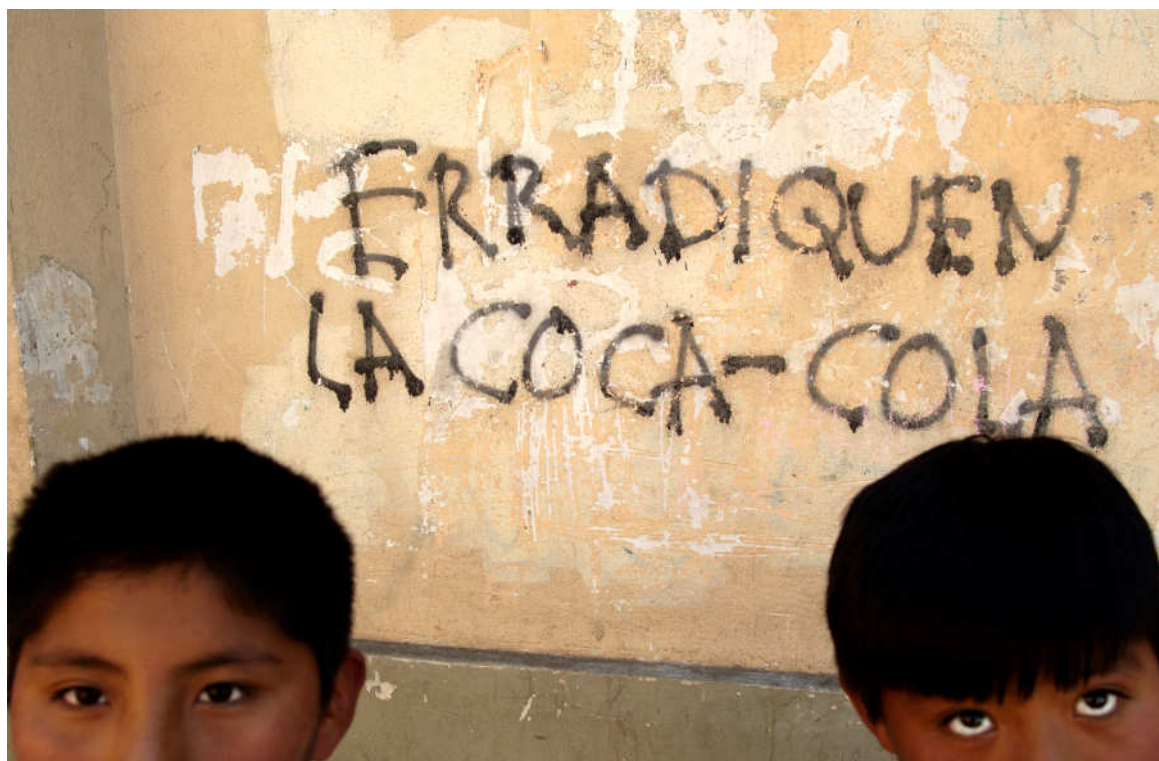


Figura 8: Foto de Cochabamba. Julho 2004.
 Fonte: Marcelo Curia/P2.

Ainda que em nenhum momento tenha sido ocultada a participação dos Estados Unidos na gestação e execução do PD, expô-la com frequência e intensidade angariava apoios à causa *cocalera*²⁰. A voluntariosa dedicação com que o governo boliviano (de Banzer) levava adiante o programa de erradicação merecia elogios do embaixador estadunidense Manuel Rocha, que afirmava, em Abril de 2001, que *“Bolívia es el país em la región (andina) que mejor cumplió en la lucha contra el narcotráfico; (en Washington) están admirados de lo que pasó em estos tres años en Bolívia”* (La Razón, 18/04/2001, p.Política, 3-A). Tanta admiração se traduzia, completava a nota, no envio de um pacote de ajuda a ser aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos, no total de 101 milhões de dólares, a serem

²⁰ “Cualquier gobierno tiene además un margen muy estrecho de maniobra por la fuerte dependencia y las exigencias del gobierno de EE.UU y su embajador – llamado con frecuencia “el virrey” – ante todo en su obsesión por la erradicación de la hoja de coca sin contemplar su costo social ni otras posibles alternativas”. (ALBÓ, 2004, p.54). A imprensa boliviana normalmente se refere à Embaixada dos Estados Unidos apenas com a expressão “a embaixada”, sem referenciar o país.

divididos entre desenvolvimento alternativo e combate à produção ilegal e *excedentaria* da coca.

Assim, um nacionalismo de fortes tons anti-imperialistas que sempre foi um sentimento presente nas mobilizações populares bolivianas, era resgatado agora como um discurso em defesa da soberania nacional, e colocava-se como um dos elementos que tornava a causa *cocalera* uma causa de “todos” os bolivianos²¹.

Quanto à projeção do movimento *cocalero* dentro do campo social, Evo Morales inseria a causa do movimento como uma das faces do conflito social vivido na Bolívia:

Los compañeros que están en el Chapare, en el Trópico de Cochabamba, son quechuas y aymaras, son mineros despedidos, son gente que frente a la crisis económica, ya no solamente gente de la ciudad que no encuentra trabajo, van al Chapare o a otras zonas de la Amazonía a buscar tierra; antes iban a la ciudad, ahora la gente de la ciudad sale, claro, si no encuentra trabajo, la crisis económica; entonces, la lucha de los compañeros campesinos del altiplano es nuestra lucha, y nuestra lucha es la lucha de ellos (Evo Morales Ayma).

Colocando a existência do movimento *cocalero* como resultado de conduções desastrosas na vida sócio-política boliviana, Morales lograva colocar-se (a si e ao movimento) como legítimo aspirante à maior liderança nacional do campo social. Como afirma Albó:

²¹ Laserna (1996) mostra como a identificação com a causa da folha de coca acaba impregnada de fatores ideológicos. Por ser um hábito, como já colocado anteriormente, acima de tudo ligado às raízes indígenas e ao meio rural, a folha de coca é, ao mesmo tempo, estigmatizada pelos mesmos setores que vêem no indígena e no campesino os elementos que justificam o atraso e a pobreza boliviana. Assim, ele demonstra como, mesmo diante de estudos que apontavam as possibilidades de aproveitamento (e inclusive de expansão) dos cultivos de coca na produção de infusões industrializadas como o Tri-Mate (composto de coca com outros dois tipos de chás), ministros de governo abertamente anti-indígenas optavam pelo enrijecimento da militarização erradicatória.

Por otra parte, el conflicto de la hoja de coca, amplificado artificialmente por la presión norteamericana, ha fortalecido más bien a las organizaciones de aquella región dandóles de paso una percepción del papel que juega la dependencia internacional de su problemática (2004, p.55).



Figura 9: Foto de Ampliado do movimento cocalero. Chipiriri, Província Chapare, Cochabamba, Bolívia. Julho 2004.

Fonte: Marcelo Curia/P2.

A Construção de Identidades

Foi diante desse cenário que surgiram as primeiras observações que conduziram a este trabalho, e junto com elas foram levantados os primeiros questionamentos e as primeiras hipóteses.

Em primeiro lugar chamava a atenção, pelos motivos anteriormente expostos, o movimento *cocalero*. Pois se pensarmos que aquela mobilização tomava como referência um recurso natural que é, antes de mais nada um recurso agrícola, mas que manejado dentro do discurso do movimento alcançava todo um valor simbólico que extrapolava em muito a sua

simples dimensão material, é justo que reconheçamos que estamos diante de um contexto que merece ser observado com maior cuidado.

Dentro do habilidoso discurso *cocalero* a folha de coca aparecia sob diversos matizes. Era o recurso econômico, necessário à subsistência das famílias *chapareñas*, e frente ao qual nenhum outro cultivo alternativo era capaz de se justificar enquanto valor produtivo. E mesmo quando se admitia a existência do narcotráfico, esta era interpretada como mais uma das mazelas da vida boliviana, única alternativa disponível a campesinos sem opções viáveis de subsistência.

Mas a folha de coca também era o hábito cultural, uma herança legada pelas grandes civilizações andinas que habitaram o espaço que viria a formar o país Bolívia: mantê-la é preservar as tradições, mantendo viva a memória de um período mítico de glórias e harmonias; deixá-la desaparecer significa esquecer as tradições, e quem sabe assim (como na fala anterior de Evo Morales), ver desaparecer definitivamente não só a cultura, mas os próprios herdeiros das civilizações passadas.

E, por fim, ao preservar a folha de coca frente às pressões externas, ao levar esse símbolo genuinamente andino à frente de um movimento que pede a “*recuperación de la patria*”, em mobilizações nas quais, ao invés da bandeira tricolor boliviana, os manifestantes ostentavam orgulhosamente a multicolorida *whipala* (bandeira que simbolizava as 4 regiões em que se dividia o Império Inca), podemos supor que esse movimento, ou essa coalizão de movimentos, propõe e quer, na verdade, refundar a pátria: uma pátria que resgate os valores de uma “pátria” mítica, que ficou em algum lugar do passado, mas que evoca valores de justiça e igualdade, dos quais os herdeiros das populações originárias são hoje carentes.

Foi dessa forma que chegamos à primeira hipótese que conduziu este trabalho: o movimento *cocalero* (não apenas ele, mas ele num primeiro momento) conseguia alcançar

apoio popular para além de sua causa e origens imediatas porque propunha um eixo comum de valores aos quais não só os outros movimentos, mas principalmente o boliviano e a boliviana comuns, podiam se identificar. Ou seja: a força e o protagonismo exercido por aqueles “novos” movimentos residia em que eles eram propositores de identidades.

Castells (1996) observando este tipo de manifestações de identidade, define a proposta desses movimentos como sendo uma “identidade de resistência”, que seria, segundo o autor:

criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (p. 24).

Destacarei na definição de Castells dois pontos que julgo, à princípio, fundamentais. Em primeiro lugar, que a “necessidade” do encontro a partir da proposição identitária é sim resultado de processos de exclusão social. Esse destaque é importante para que se faça uma ressalva em relação ao viés que este trabalho toma, pelo menos até este momento: não estamos nos esquivando da análise das causas mais profundas que fazem com que a Bolívia seja um país onde exclusão social seja fator presente desde seus primórdios, mas buscamos aqui compreender quais os fatores que fazem com que, após séculos dessa exclusão quase “natural”, tenham surgido movimentos contundentes e vigorosos o suficiente para romper com o (des)equilíbrio de poder vigente há séculos. (A análise do caso boliviano virá no desenvolvimento deste trabalho). Mas o importante é que ao nos percebermos identificados a uma causa comum (os bolivianos), teremos maiores condições de resistir ao inimigo comum.

O segundo ponto a destacar é a questão dos “princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos”: os movimentos

buscam a “recuperação” da pátria, ou como afirmamos acima, sua refundação com base em valores distintos daqueles presentes na constituição do Estado boliviano.

A análise do discurso desses movimentos, tomando agora como referência as bases materiais sobre as quais ele se refere, nos traz à definição de **Identidade Sócio-Territorial**, assim proposta por Haesbaert:

trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte ou transpassa o território (1999, p.178).

Quando o discurso de defesa da folha de coca é proferido, podemos encontrar nele referências que se encaixam na definição apresentada acima. Pois, se o movimento defende a soberania boliviana para a manutenção de determinado cultivo, defende, portanto, a soberania boliviana sobre seu território, e faz da defesa dessa soberania um dos elementos para a construção dessa identidade. Tomada como aspecto material, mas evidentemente ancorada em aspectos simbólicos fundamentais, a identidade sócio-territorial dialoga com as diferentes dimensões do território, e obtém assim o referencial concreto que lhe dá subsídio para que seja percebida e vivida em sua totalidade.



Figura 10: Foto de Mercado primário de folha de coca. Irvirgarzama, Província Chapare, Cochabamba, Bolívia. Julho 2004.

Fonte: Marcelo Curia/P2.

Os discursos de identidade, processos dinâmicos de construção social, têm, em muitos momentos, na questão territorial (cuja análise é própria da Geografia), um de seus pressupostos. É Claval (1999b) quem afirma que “o sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo; dotá-lo de uma base espacial ancora-o na realidade”(p.16).

Este trabalho se propõe, assim, discutir a construção de identidades pelos movimentos sociais bolivianos como um dos referenciais para a ação desses movimentos frente as estruturas sócio-territorial-políticas de exclusão herdadas do sistema colonial. Faz isso a partir de uma ponte entre a cultura e a política, tendo como mediadora a abordagem espacial geográfica, baseada no território. Este é visto aqui como a forma de apropriação ao mesmo tempo material e simbólica do espaço, portanto não só fonte de recursos como também base para a identificação. Propõe-se aqui, assim, um trabalho que parte da Geografia Cultural (que nos forneceu o ferramental utilizado nas primeiras observações) e projeta-se como um trabalho de Geografia Política.

A estrutura deste trabalho terá início, a seguir, com a apresentação das questões metodológicas. Em seguida, será traçado um quadro representativo da Bolívia e sua formação, de forma a caracterizar o país em seu contexto atual. Os dois capítulos seguintes tratarão de aspectos teóricos: um (a) sobre os Movimentos Sociais; e o outro (b) sobre a relação entre Identidade e Território. De posse desses referenciais partiremos para a análise do caso, à qual se seguirão as conclusões finais.

3 METODOLOGIA

I

*“Deixai toda esperança, ó vós que entraís!”
Inferno, Canto III, 9
A Divina Comédia, Dante Alighieri*

Um dos apoios com os quais contei para a realização das pesquisas de campo na Bolívia foi o do jornalista Luis Gómez. Eu o conhecia por um trabalho seu publicado na revista brasileira Fórum, além de já haver lido alguns de seus textos que eventualmente são divulgados através do portal *Rebelión*²², mas só fui conhecê-lo pessoalmente num encontro totalmente casual durante a cerimônia indígena de investidura do presidente Evo Morales ao cargo, realizada nas ruínas de Tiahuanaco, em meio àquele atribulado setor reservado aos jornalistas. Mexicano há anos radicado na Bolívia, Gómez é autor de um trabalho de longo acompanhamento dos movimentos sociais bolivianos, e era, naquela época, responsável pelas oficinas de jornalismo da NarcoNews, ONG norte-americana que acompanha os resultados (na maioria das vezes, negativos) das políticas anti-drogas dos Estados Unidos²³.

Alguns dias depois desse nosso primeiro contato pessoal, nos encontrávamos pela primeira vez para efetivamente conversar, trocar opiniões, e para que eu pudesse receber dele algumas sugestões e indicações para o meu trabalho. Sentados numa mesa de um confortável café da praça Avaroa, no agradável bairro *paceño* de Sopocachi, Gómez a certo momento, em seu estilo peculiar de indagação, interrompeu a conversa e falou com seriedade, lançando-me um olhar direto: “Você já leu a “Divina Comédia”, de Dante? Você conhece a abertura do “Inferno”? Pois o que eu te digo é: esqueça tudo o que você sabe. Quando entrar

²² www.rebelion.org

²³ Gómez é também o autor de um dos mais contundentes retratos da Guerra do Gás, o livro intitulado “*El Alto de pie – Una insurrección aymara en Bolivia*”.

em El Alto, ou em Achacachi, você estará entrando em outro mundo. Portanto, deixa todo teu conhecimento do lado de fora, e te permite aprender”.

O alerta tinha sua razão de ser, e por mais que eu provavelmente já o soubesse, talvez não o tivesse racionalizado até ouvir aquelas palavras. Gómez, que naquele momento me abria uma rede de contatos importantíssimos para meu trabalho, além da não menos importante confiança com que me brindava ao me receber, era alguém que sabia como poucos a importância da integração desprovida de pré-conceitos, desprovida daquele olhar que a tudo pretende projetar a sua própria matriz formadora. “Pois você sabe”, ele me dizia sério em certo momento, “eu sou um aymara!”. E por mais que isso já fosse uma espécie de recurso admitido por mim como necessário para realizar meu trabalho, naquele momento ficava explícita a necessidade de, assim como o mexicano Gómez me dizia, tornar-me (quando necessário) um aymara.

A escolha dessa passagem para introduzir o tópico metodológico desta dissertação aconteceu porque ela, ao meu ver, explicita, a partir de um momento vivido no campo, o fio condutor das opções metodológicas que orientam esse trabalho.

O que penso é que querer compreender a realidade social boliviana implica num trabalho que se desenvolva em duas escalas distintas. Se, num primeiro momento, penso no aspecto das manifestações mais diretas dos movimentos sociais, em suas expressões, em suas mobilizações, e na própria construção desse conjunto de maneiras distintas de externar suas realidades, creio que aí é necessária uma abordagem que privilegie essa escala de acontecimentos, aplicada à análise microsocial, e as opções teórico-metodológicas adequadas a essa abordagem. Segundo Sautu et al (2005):

o recorte da realidade que fazem as teorias microsociais se centra na análise das relações sociais, dos vínculos das pessoas com seu entorno físico e social, suas ações e desempenhos em suas posições ou intersecções sociais, suas orientações, valores e

crenças para com o meio e consigo mesmos, assim como suas interpretações de suas experiências cotidianas (p.59).

Mas, se ao mesmo tempo, considero que essas formas de expressão, essa construção de cotidianos, se dá sobre uma base estrutural, e mais, se essas manifestações na verdade se dão em relação a essa base estrutural, é essa base que deve ser analisada, e aí temos de pensar numa escala de abordagem mais ampla, numa análise macrosocial, que possa dar conta da diversidade de fatores que contribuem a essa construção:

A investigação macrosocial têm como propósito abordar o estudo da estrutura social, das instituições, as sociedades e suas culturas, incluindo questões vinculadas aos processos históricos; enquanto o enfoque microsocialem tem em conta a experiência individual e a interação social que são fontes de criação de significados e de bases para a ação concertada e a criação e a recriação da ordem social. Essa distinção de abordagens define os objetivos e as estratégias metodológicas de uma investigação: não há temas macrosociais ou microsociais; há, isso sim, um mesmo que pode ser abordado desde diferentes perspectivas, dando lugar a diferentes investigações (SAUTU et al, 2005, p.52).

Portanto, nesse trabalho haverá o trânsito entre escalas que vão da micro à macro análise, e as escolhas teórico-metodológicas, a construção de nosso arcabouço teórico-metodológico, deverá dar conta dessa amplitude, de forma coerente, e possibilitando que ao final, tenha sido possível conjugar os esforços empíricos e analíticos para a obtenção de um resultado que atinja os objetivos propostos, de construção científica aliada a um trabalho com uma interação social que permeie todas as suas etapas de construção.

II

Em relação à micro-escala, desde o início minha opção foi por uma abordagem que privilegiasse as relações construídas no cotidiano dos grupos observados, e que permitisse, a partir daí, apreender os aspectos e mecanismos que levavam à construção da coesão social presente no cenário que eu vinha observando. Foi nesse sentido que minha

opção foi por iniciar esse trabalho a partir de uma base teórico-metodológica, inspirada na Fenomenologia. Isso implica numa compreensão que vê o método fenomenológico como aquele que toma os significados e a experiência como bases para a construção da realidade, a partir de duas categorias básicas: o cotidiano e a cultura²⁴.

A fenomenologia trabalha com a noção de espaço-existencial ou vivido, definido como

a estrutura íntima do espaço tal qual nos aparece em nossas experiências concretas de mundo como membros de um grupo cultural. Ele é intersubjetivo e, portanto, permeia todos os membros daquele grupo, pois todos foram socializados de acordo com o conjunto de experiências, signos e símbolos (RELPH, citado por HOLZER, 2001, p.106).

Ou seja, a partir de um arcabouço de experiências comuns se dá a construção de signos e símbolos que permeiam a todos os membros do grupo, construindo assim sua identidade. Compreender a experiência implica, portanto, em buscar, dentro dos limites possíveis, compartilhar da experiência. Como diria o jornalista “mexicano-aymara”, implica em (tentar) esquecer tudo o que se sabe. Ou como nos coloca Suertegaray, essa perspectiva

implica colocar-se ‘no lugar de’, ou seja, (...) captar o sentido dado pelos atores, agentes, grupos envolvidos ao vivido. Para trabalhar nesta perspectiva utiliza-se uma variabilidade de fontes e instrumentais técnicos, entre elas as entrevistas qualitativas (2005: p.62).²⁵

²⁴ Segundo Gohn (1997), “os pressupostos básicos da fenomenologia são: abordagem subjetivista dos fenômenos, importância da consciência dos indivíduos no questionamento cotidiano da vida social, busca da intencionalidade da consciência, importância da experiência na vida dos indivíduos, gerando hábitos e atitudes cognitivas” (p. 136).

²⁵ “Trata-se de interrogar os homens sobre a experiência que têm daquilo que os envolve, sobre o sentido que dão à sua vida e sobre a maneira pela qual modelam os ambientes e desenham as paisagens para neles afirmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças” (CLAVAL: 2001, p. 42)

A opção pela abordagem fenomenológica nos aproxima das correntes da Geografia humanista. Tomando uma afirmativa de Gohn (1997) sobre o método fenomenológico, vemos que:

A fenomenologia tenta tornar explícita a consciência daquilo que está latente na vida cotidiana, mas que se encontra dissimulado. O entendimento da vida cotidiana não deve ser a mera aceitação do senso comum, mas a busca dos significados sociais dos fenômenos que servem para configurar os fatos cotidianos. (137)

Claval (2001) aponta, quando analisa a contribuição da fenomenologia e das filosofias críticas à Geografia:

a sociedade não é um sistema que existe desde sempre, suas regras resultam de iniciativas humanas e, quando fazem nascer desigualdades sociais, é normal que muitas pessoas se mostrem descontentes com a situação que lhes é imposta e lutem por mais justiça social. (...) Os geógrafos não devem desviar-se da análise da contestação social, do desenvolvimento de movimentos de oposição e do surgimento de culturas críticas e de contraculturas. (...) O que é fundamental para os geógrafos de inspiração humanista ou radical não é a distribuição espacial dos fatos sociais, mas a maneira como as pessoas vivem nos lugares onde residem ou os que visitam, deles extraíndo uma experiência. (p. 45-46)

Assim, estabelece-se que os métodos utilizados devam permitir a aproximação com a experiência cotidiana do grupo observado, e a compreensão dos significados dados por estes às suas experiências cotidianas. A opção pela entrevista qualitativa, modelo sugerido na citação de Suertegaray, encaixa-se dentro desses objetivos. Sautu et al (2005) afirmam que as estratégias metodológicas qualitativas propõem uma “ênfase nas práticas sociais cotidianas (...) como guias que oferecem um marco de referência para formular os objetivos de investigação” (p.46).

As metodologias qualitativas estão relacionadas ao paradigma construtivista, e assumem a realidade como subjetiva e múltipla, e não objetiva, como no paradigma quantitativo-positivista. Elas utilizam-se de métodos tais como as entrevistas, a observação, a

narrativa e a análise do discurso, buscando, a partir de um pressuposto no qual a interação é necessária para a investigação da realidade, uma análise em profundidade em relação ao contexto.

Já a perspectiva quantitativa, ligada ao paradigma positivista, postula, implicitamente, a neutralidade do observador e da técnica utilizada por ele, sendo, segundo a análise de Thiollent (1980), enganadora. Segundo esse autor, na “perspectiva crítica tal neutralidade é negada em prol de uma concepção na qual a técnica de pesquisa considerada (...) é apresentada como técnica de relacionamento ou de comunicação entre o pólo investigador e o pólo investigado, ambos socialmente determinados” (p. 23).

A questão é que as teorias quantitativas, por sua utilização de esquemas de comprovação estatísticos, por sua suposta neutralidade, pretendem-se superiores, ou mais eficientes em relação às teorias qualitativas. Já estas são criticadas como meras construções subjetivas, baseadas num empirismo simplificante, sem contar com um rigoroso amparo teórico-epistemológico. Assumindo todas as metodologias qualitativas como meros exercícios empiristas, a crítica quantitativo-positivista contribui, segundo Thiollent, para que a escolha de temas de teses assuma tendências elitistas (Thiollent: 1980). A questão ressaltada pelo autor, com a qual concordamos, é que a, partir dessa super-teorização, “o estudo dos problemas sociais gritantes é desprezado e **a elaboração de novos modos de relacionamento entre mundo acadêmico e mundo real desaparece enquanto preocupação crítica**” (grifo nosso)(THIOLLENT, 1980, p.19).

Como afirma Thiollent (1980), referente às críticas feitas ao empirismo, estas devem ser compreendidas como a “crítica de um enfoque tendencioso (...); isto não pode ser interpretado como recusa em examinar pormenorizadamente a realidade concreta e as opiniões que se manifestam a respeito dela”. (p.19) Ou seja, a abordagem qualitativa, que recusa a crítica fácil sob a alcunha empirista, deve amparar-se no conhecimento teórico adequado e numa rigorosa vigilância epistemológica. Não pode haver a pretensão de explicar os fenômenos sem passar pela elaboração teórica, que é resultado da mediação de um corpo

teórico preexistente. Essa teoria e os conceitos deverão (ou melhor dizendo, poderão) ser retificados, enriquecidos ou comprovados pelas evidências trazidas pela observação. Mas não podemos nunca basear-nos na “‘ilusão da imaculada percepção’, mito cognitivo segundo o qual seria possível observar ou perceber o real sem conceitos ou categorias preexistentes ao ato de observar ou perceber” (THIOLLENT, 1980, p.20)

Dentro dos métodos e técnicas de produção de dados que os autores sugerem para as abordagens qualitativas, neste trabalho a opção se deu por estudos de caso a partir da observação participante e não-participante, com a utilização de entrevistas não-diretivas e a análise de documentos (impressos/visuais/auditivos).

Segundo Thiollent, a pesquisa-participante é:

um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante no qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitos. Nesse caso, a participação é sobretudo participação dos pesquisadores, e consiste em aparente identificação com os valores e os comportamentos que são necessários para a sua aceitação no grupo considerado (1998, p. 15).

A questão que se coloca aqui é: até onde podemos nos definir como participantes da situação investigada? O que significa a participação na observação, conforme a definição proposta por Thiollent?

Em primeiro lugar, creio que há uma distinção que auxilia essa compreensão, que é a feita entre as metodologias de Pesquisa-Ação e Pesquisa-Participante, propostas pelo mesmo autor. Enquanto a Pesquisa-Ação envolve um processo de pesquisa que se dá de forma concomitante ao desenvolvimento de processo que se investiga, e onde a investigação é parte constitutiva dos resultados obtidos no processo observado, a Pesquisa Participante é aquela resultante da observação. Portanto, vejo-a como a pesquisa realizada por alguém externo ao

processo observado, mas que observa dentro de uma condição privilegiada. Essa condição privilegiada, que me colocou na posição de “observador-privilegiado”, é o que o autor expõe com a expressão “estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitos”. Ou seja, o privilégio aqui se refere à condição excepcional de aceitação diante de indivíduos ou coletivos aos quais não somos familiares.

A aproximação realizada para a realização desse trabalho teve, desde o princípio, a compreensão de que essa condição específica de “observador-privilegiado” era vital para seu sucesso, e para obtê-la, alguns aspectos foram fundamentais.

Em primeiro lugar, ainda que não haja uma elaboração teórica sobre o tema, quero aqui considerar essencial para a realização do trabalho a experiência prévia em viagens pela região, especificamente em uma modalidade de viagem que vou chamar aqui de “viagem de inserção/imersão”. Como já exposto anteriormente, foi ao longo de uma viagem pelo território observado que travei contato com o tema aqui trabalhado. Foi, também, como resultado das observações realizadas a partir dessa situação que foram traçadas, desde os primeiros momentos, as primeiras hipóteses para a interpretação dos acontecimentos observados.

Assim, torna-se importante expor os dois primeiros vetores de abordagem ao tema, uma vez que imprimem características fundamentais às opções assumidas posteriormente, e aqui expostas: (a) as viagens de imersão/inserção; e (b) o trabalho jornalístico.

O que expressamos como viagem de imersão é aquela jornada de introdução, de contato profundo com a cultura do local onde nos encontramos, despojando-nos, no máximo limite possível, de nossas referências de origem para absorvermos as referências com

as quais travamos contato. Expondo num sentido prático: abdicando de roteiros pré-estabelecidos, não impondo limites temporais, abdicando ao máximo de todas as formas de contato que de antemão caracterizem o observador como agente externo, visitante momentâneo, intruso, turista. Dessa forma, acredito ser possível eliminarmos os “filtros” de nossas referências prévias e pré-conceitos, e conseguimos assim expor-nos a um contato sem intermediários²⁶.

Com toda a certeza esta não é uma abordagem simples, especialmente quando se trata de um país estrangeiro, com um idioma distinto, e onde predominam formas de organização particulares, especialmente quando comparadas ao modelo ocidentalizado predominante no Brasil. Foi vital, para a superação desse ponto, contar já com uma razoável experiência em jornadas pelos países sul-americanos, sempre de maneira que priorizava os aspectos acima mencionados.

Da mesma forma, a experiência adquirida na realização de trabalhos jornalísticos forneceu as estratégias de abordagem aos temas, contextos e situações propostos nos objetivos. A aproximação necessária para a realização de um trabalho de cunho jornalístico sério, de captação de informações, de absorção do ambiente no qual nos inserimos, é confluyente com as abordagens mencionadas para a imersão em viagens. A riqueza de situações vividas ao longo dos mais de quatro anos de convívio com o tema é um atestado inquestionável da funcionalidade da estratégia escolhida. O caráter científico deste documento específico que está sendo redigido agora priva de detalhes a maior parte dessas experiências, mas creio que deve ser dado o devido crédito à aproximação privilegiada que essas experiências legaram, e à conseqüente compreensão dos fenômenos observados que possibilitou. Oportunidades únicas como a visita à região do Chapare em companhia do então

²⁶Apoiando-me em Freitas (2002): “Na investigação qualitativa de cunho sócio-histórico vai-se a campo com uma preocupação inicial, um objetivo central, uma questão orientadora. Para buscar compreender a questão formulada é necessário inicialmente uma aproximação, ou melhor, uma imersão no campo para familiarizar-se com a situação ou com os sujeitos a serem pesquisados. Para tal, o pesquisador freqüenta os locais em que acontecem os fatos nos quais está interessado, preocupando-se em observá-los, entrar em contato com pessoas, conversando e recolhendo material produzido por elas ou a elas relacionado. Procura dessa maneira trabalhar com dados qualitativos que envolvem a descrição pormenorizada das pessoas, locais e fatos envolvidos. A partir daí, ligados à questão orientadora, vão surgindo outras questões que levarão a uma compreensão da situação estudada”. (p.28)

deputado Evo Morales, como integrantes de sua comitiva pessoal, carecem, acredito, de maiores explicações quanto à sua importância. Ao mesmo tempo, nos davam a credencial necessária para a circulação em meios que, de outra forma, nos seriam restritos.

Acho válido aqui abrir um parêntesis para destacar que ao longo da realização dessa investigação, por diversas vezes redigi trabalhos jornalísticos para órgãos de imprensa escrita brasileira e sul-americana (revistas, jornais), tendo temas bolivianos como tópico. Esses trabalhos me proviam de recursos auxiliares para a realização das viagens à Bolívia, que mesmo sendo um país de custo interno acessível quando comparado ao custo de vida brasileiro, é um país estrangeiro, para onde o deslocamento sempre implica em gastos expressivos. A realização desses trabalhos, mesmo que algumas vezes não versando diretamente sobre o mesmo tema central desta dissertação, trouxeram um aporte essencial no sentido de aproximação e compreensão mais profundas da sociedade boliviana. Ao mesmo tempo, inegavelmente, trouxeram a proximidade e a simpatia com o país.

A relação de “observador-privilegiado” só se constrói a partir da relação com interlocutores-privilegiados. Aqui é o momento de destacar o apoio recebido por jornalistas locais que, ao abrirem suas redes de contatos, me propuseram a possibilidade de reduzir em proporções muito interessantes o grau de estranheza à chegada de um visitante estrangeiro. Foram esses *interlocutores privilegiados*, agentes com um profundo grau de inserção junto aos grupos com os quais desejávamos nos aproximar, que nos possibilitaram compartilhar parte dessa condição. A escolha desses interlocutores não foi aleatória: são membros de órgãos de imprensa comprometidos com causas sociais, com a observação e interpretação dos eventos observados ao longo dos últimos cinco anos e que foram as origens de nosso trabalho. Ao mesmo tempo, estes jornalistas tornaram-se contatos frequentes, dando-nos oportunidades de discussão, debates e alargamento da compreensão, já em solo boliviano. A menção que fazemos aqui aos seus nomes é não só no sentido de detalhar todo o processo metodológico, mas também com a intenção de fazer jus à colaboração, ao respeito e à amizade com que receberam o pesquisador *gringo*. São eles: Gustavo Guzman (ex-Pulso Semanário, atual jornalista *free-lancer*), Claudia Espinoza (ex-Pulso Semanário, atual editora do IndyMedia) e Luis Gómez (ex-NarcoNews, atual jornalista *free-lancer*).

A realização simultânea de um trabalho jornalístico junto à investigação científica também me colocou frente a outra classe de contatos privilegiados, que foram os investigadores acadêmicos bolivianos que trabalham, ainda que sob perspectivas eventualmente diversas entre si, sobre o mesmo tema. A busca pela bibliografia produzida localmente, que pudesse orientar no trabalho, me levou ao encontro de seus autores, muitos dos quais citados ao longo deste documento e referenciados em sua Bibliografia, entre os quais quero destacar o contato realizado com o Prof. Álvaro García Linera (atual vice-presidente boliviano), e, em especial, com o Prof.Dr. Luis Tapia, que em reiterados momentos me brindou sua cordialidade, atenção e orientação.

A produção de dados para o trabalho se deu através da aplicação de entrevistas não-diretivas. Segundo Thiollent essa modalidade é também chamada de “entrevista aprofundada”, e refere-se à modalidade de entrevistas na “qual a conversação é iniciada a partir de um tema geral sem estruturação do problema por parte do investigador” (1980, p.35). Ou seja, não são apresentadas perguntas, como num questionário, mas sim há uma introdução do tema geral, a partir do qual desenvolve-se um diálogo entre as duas partes, permitindo que o fluxo de informações se dê de forma espontânea. Como afirma o autor, nessa modalidade “o questionário é substituído por uma instrução ou tema chave a partir do qual o respondente falará sem responder a perguntas pré-determinadas” (THIOLLENT, 1980, p.33).

Essa modalidade de diálogo é importante pois possibilita o acesso ao “registro de experiências de vida guardadas na memória das pessoas” (SAUTU et al, 2005, p.48). Segundo estes autores, as vantagens das entrevistas não-diretivas são: (a) a riqueza informativa nas palavras e nas interpretações dos entrevistados; (b) a oportunidade que dá ao investigador de aclarar suas dúvidas, dentro de uma situação de interação direta, flexível, personalizada e espontânea; (c) permite o acesso a informações difíceis de serem observadas; e (d) é preferível por sua intimidade e comodidade (SAUTU et al, 2005). Thiollent (1980) afirma que a profundidade alcançada por essa modalidade de pesquisa está associada à captação de informações de caráter mais afetivo do que cognitivo.

Sautu et al (2005) apontam para as limitações e cuidados na utilização dessa técnica de abordagem, os quais referem-se principalmente ao papel do investigador, em especial no que diz respeito às diferenças entre entrevistador e entrevistado(s), em aspectos tais como a questão do idioma e da própria postura do entrevistador.

Esse trabalho foi aplicado dentro de uma perspectiva de abordagem qualitativa. Em primeiro lugar, isso se reflete na própria composição do universo de entrevistados. Conforme Thiollent (1980), a pesquisa não-diretiva se baseia na *intensividade* (pequeno número de pessoas e grande abertura das perguntas para maior “profundidade”) ao invés de na *extensividade* (grande número de pessoas e fechamento das perguntas).

Os entrevistados foram basicamente militantes de movimentos sociais ligados às transformações políticas na Bolívia nos últimos cinco anos. A escolha do universo de entrevistados seguiu alguns critérios, que foram: (a) lideranças de movimentos, formadores de opinião capazes de expressar o conjunto das idéias do grupo que representam; (b) a importância do movimento cujo líder ou liderança era escutada, em especial em relação aos acontecimentos do período citado; (c) intelectualidades ligadas aos movimentos e à formação de seu conjunto de propostas; (d) pesquisadores, investigadores, com trabalhos expressivos sobre o tema, entre os quais, além dos já citados, destaco os professores Pablo Mamani, Esteban Ticona e Fernando Untoja.

Dentro de nosso plano de investigação, foram realizadas entrevistas de perfis diversos, as quais classificamos aqui de *formais* e *informais*. Aquelas que definimos como *formais* foram as entrevistas realizadas com material de gravação (fitas cassete, câmara de vídeo digital formato Mini-DV), em espaços reservados, escolhidos para tal tarefa. Porém, também devem ser considerados fundamentais para a realização deste trabalho o grande número de contatos informais realizados ao longo do período de realização da investigação, que contribuiu para a formação do arcabouço teórico que permite agora a compreensão dos

fatos aqui esboçada. Incluo na categoria de contatos informais eventos tais como as jornadas de campo na região do Chapare, com visitas às famílias de *cocaleros* acompanhados por lideranças do movimento e acompanhamento de plenárias (Setembro/2001, Julho/2004), o acompanhamento de plenárias e da movimentação cotidiana da Fejuve de El Alto (Julho/2005, Janeiro-Fevereiro/2006), e o acompanhamento das plenárias em praça pública (em diversas oportunidades ao longo dos últimos cinco anos). São momentos importantes que, mesmo não gerando registros materiais a serem inseridos aqui, se fazem presentes em cada uma das interpretações propostas. Além disso, é importante colocar também que, por diversas vezes, a não utilização de materiais de gravação foi opcional, pois eles obrigatoriamente imprimiam uma distância entre entrevistador e entrevistado ao conferir papéis pré-estabelecidos, os quais buscamos sempre evitar. O universo abrangido nessas visitas foi de pessoas simples e com um respeito (em alguns momentos quase servil) a hierarquias de classe, e a utilização de microfones fez com que várias vezes fossemos chamados de “*señor periodista*”, o que, ao nosso ver, era uma menção inadequada aos nossos interesses.

Também foram utilizadas técnicas de observação indireta, as quais, segundo Thiollent (1980), consistem na análise de documentos ou de imagens relativos ao fato, entre os quais o autor destaca a leitura da imprensa.

III

Em seu livro sobre metodologia da pesquisa na investigação social, Sautu et al (2005) chamam a atenção para a diferenciação que deve ser estabelecida entre os fenômenos relacionados à agência humana e os decorrentes da estrutura social, ou seja: (a) aquilo que é construído no seio da subjetividade dos indivíduos e/ou do grupo investigado (o que procurei contemplar com a metodologia exposta no item anterior); e (b) as questões decorrentes da macroestrutura social na qual estes indivíduos ou grupos estão inseridos.

Se a intenção foi, no primeiro momento, analisar os indivíduos a partir dos significados construídos em sua cotidianidade, é importante deixar claro que em nenhum momento pensamos em desassociar esta cotidianidade da estrutura social na qual ela está inserida, mas sim considerar que as construções subjetivas não serão necessariamente idênticas entre diferentes grupos sociais que vivam formas estruturais semelhantes. O diálogo entre as duas esferas de análise é um dos objetivos propostos aqui, e é importante no sentido de mostrar que aquilo que está na superestrutura pode ser o motor que influenciará nas transformações da base estrutural.

Esse dialogar entre as diferentes esferas de análise é o objetivo de uma investigação social que busca, nas palavras de Freitas, “refletir o indivíduo em sua totalidade, articulando dialeticamente os aspectos externos com os internos, considerando a relação do sujeito com a sociedade à qual pertence” (2002, p.22).

A autora aponta que um método de investigação social que busque contemplar essa relação entre indivíduo(s) e sociedade é aquele que:

Percebe os sujeitos como históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura como criadores de idéias e consciência que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social, são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela (FREITAS, 2002, p.22).

Para a compreensão da estrutura social que é a base sobre a qual vivem e atuam os indivíduos e coletividades desse estudo, foi empregada uma abordagem narrativo-sócio-histórica. Nas palavras de Sautu et al

Os esquemas narrativo-históricos de investigação macrosocial se propõem compreender os processos sociais em forma coerente e integrada a partir de um marco analítico argumental que postula uma determinada relação entre processos sociais, políticos e econômicos (2005, p. 55).

Essa metodologia propõe uma vinculação lógica-histórica entre processos antecedentes, “como os determinantes ou ativantes de outros processos ou fenômenos vinculados e subseqüentes no tempo histórico”, permitindo compreender a sociedade, a economia e a política como “fenômenos vinculados entre si num contexto histórico-político” (SAUTU et al, 2005, p.55).

As ferramentas que nos auxiliam nessa análise são fontes documentais e/ou análises históricas, dados estatísticos, além de descrições e interpretações elaboradas por protagonistas, jornalistas e analistas políticos durante o período analisado. É a partir delas que será possível compreender a formação da base estrutural, e a partir dessa compreensão estabelecer o diálogo com as manifestações atuais dos processos sociais, compreendidos aqui como processos de transformações e mudanças inerentes ao desenvolvimento histórico e cultural das coletividades humanas.

IV

Na análise dos resultados proposta aqui, que é de cunho qualitativo, os conteúdos não tiveram sua importância avaliada de acordo à frequência com que foram citados, como nos modelos quantitativos. Foram selecionadas, segundo critérios do autor, as passagens que ilustrassem pensamentos relevantes dentro da situação investigada, e que foram sempre cotejados e referenciados em análises de outras fontes documentais (citadas anteriormente) num constante dialogar entre o empírico e o científico. A isso cabe ressaltar que este trabalho é, em toda a sua construção, permeado pela dialogicidade: houve o diálogo no campo, assim como houve o diálogo do resultado de campo com a análise bibliográfico-documental.

A opção pela abordagem qualitativa em detrimento da abordagem quantitativa se dá por diversas razões, algumas das quais cabe aqui pormenorizar. Em primeiro lugar, em relação às técnicas de produção de material, especificamente a aplicação de questionários visando a produção de material estatisticamente relevante e de resultados quantificáveis, considerei-as inadequadas tendo em vista: (a) a impossibilidade de atingir uma amostragem adequada a esses fins, dada a natureza do objeto a ser observado; (b) a limitação inerente aos questionários que possibilitariam a formulação de variáveis quantificáveis, que teriam de ser questionários de perguntas fechadas, o que implicaria numa imposição da problemática a partir de uma pré-conceituação do investigador, além da perda da riqueza do contato mais intimista proposto pelas entrevistas não-diretivas. Assim, concordamos com Freitas (em comentário sobre a obra de Bakhtin) quando afirma que

as ciências humanas não podem, por ter objetos distintos, utilizar os mesmos métodos das ciências exatas. As ciências humanas estudam o homem em sua especificidade humana, isto é, em processo de contínua expressão e criação. Considerar o homem e estudá-lo independentemente dos textos que cria significa situá-lo fora do âmbito das ciências humanas (FREITAS, 2002, p.24).

Para encerrar este tópico, e correndo o risco de parecer ousado mas sem efetivamente desejar sê-lo, quero ressaltar que houve, de minha parte, a preocupação, ou, na verdade, o objetivo, de buscar uma metodologia de trabalho que fosse capaz de conjugar a riqueza vivenciada e observada no campo, com os rigores do trabalho científico, com uma análise racional e dedicada que evitasse o mero exercício intuitivo. O cenário observado, pano de fundo de todo este trabalho, palco de intensas mobilizações e profundas transformações, é parte integrante, inerente, intrínseca a todo o processo, e não haveria como redigir estas páginas sem, por algum momento, buscar trazer um pouco desse contexto. Amparando-me nas palavras de Freitas, o que busquei aqui foi:

preservar na íntegra a variadíssima riqueza da vida, da realidade dos eventos concretos, (...) ascender a uma compreensão científica que não perdesse essas conotações de realidade viva e variada, (...) focalizando os fatos mas sem perder de vista a meta romântica de conservar toda a riqueza do objeto (2002, p.22-23).

4 QUE PAÍS É ESSE?

“No cabe duda que Bolivia es un país de grandes riquezas: diversidad cultural, biodiversidad, recursos energéticos, recursos forestales, minería, tierras fértiles, etc., pero lamentablemente sufre un mal que socava los cimientos desde su nacimiento como nación: la mala distribución de la riqueza, donde el rico es cada vez más rico y el pobre es cada vez más pobre”.

CEDIB (2005c). Serie Informativa: “Datos sobre la gestión de los recursos naturales” N.º 3 - Tierra y Territorio. Cochabamba, Bolivia: CEDIB.

I

De tudo o que tem se falado sobre a Bolívia nos últimos tempos, é possível arriscar quais as duas informações que mais tradicionalmente são divulgadas sobre o país, e as que, possivelmente, são as mais conhecidas por grande parte dos brasileiros. São elas: (1) a Bolívia é um país de população indígena; e (2) a Bolívia é o país mais pobre da América do Sul. (É importante deixar claro, desde um princípio, que não existem nexos causais entre as duas informações, mesmo sendo necessário admitir que muitas vezes a divulgação conjunta destas duas assertivas traz implícita essa idéia de causalidade, tema a ser debatido ainda neste trabalho).

Sendo assim, nos parece importante, antes de darmos continuidade ao trabalho, caracterizar de forma mais aprofundada o país sobre o qual estamos discorrendo, seja na apresentação mais detalhada das estatísticas de confirmam, sim, as informações comentadas no parágrafo anterior, seja na análise de alguns processos envolvidos na “construção” dessas estatísticas. Afinal, antes de discutirmos os movimentos sociais da Bolívia, é importante que saibamos que país é esse.

Em relação à primeira das informações, a Bolívia é, na América do Sul, o país que apresenta o maior percentual de população que se define como pertencente a algum povo originário ou indígena. Segundo o último censo (INE: 2001), entre a população de 15 anos ou mais, 30,71% se afirmavam quechuas, e 25,23% aymaras. Este percentual, somado aos dos demais grupos étnicos de origem indígena, atingia os 62,05% da população total. (É importante ressaltar que entre os demais 37,95% não identificados com nenhum grupo, estão inseridos os mestiços, o que diminui o percentual de população de origem européia a pouco menos de 15% da população do país)²⁷.

A Bolívia é um país com um território de 1.098.581km², dividido em 9 departamentos. Ao longo dessa extensão territorial encontramos quatro grandes ambientes ecológicos distintos – a região andina, os vales interandinos, as planícies (orientais) e a região amazônica – cuja variedade, de climas e solos, proporciona ao país possibilidades diversas de cultivos agrícolas, dando-lhe, assim, possibilidades de garantir sua soberania alimentar ao mesmo tempo em que tem, nos recursos agrícolas e florestais, uma importante fonte de recursos e de inserção do país no mercado internacional. A produção de soja voltada à exportação (nos departamentos da chamada “meia lua” – Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando) é um dos principais indicativos dessa possibilidade de exploração comercial desses recursos: segundo a CEPAL (2004), a soja e derivados já respondem por quase 20% das exportações bolivianas.

O destaque em relação ao aumento percentual da soja em relação ao total de produtos exportados pelo país (crescimento que acontece a partir da década de 1990) se dá em razão do fato de a Bolívia ter sido um país tradicionalmente associado à economia mineradora. Desde o início de sua ocupação, com a chegada dos espanhóis, o país teve seus principais ciclos econômicos associados à exploração de recursos minerais, dos quais a prata, explorada na região andina, foi o maior símbolo. Mas após o prático esgotamento dos veios de prata, o estanho, o petróleo e o gás natural a substituíram como carros-chefe da economia boliviana, não só respondendo por um alto percentual de suas exportações, como tendo mantido o perfil

²⁷ La Paz é o departamento com maior população aymara - 68,4%; Cochabamba, o de população quechua - 66,1%; e Santa Cruz o de maior percentual de população não identificada a nenhum grupo - 62,5% (INE: 2001).

de principal atividade econômica do país, especialmente no período de auge da mineração estatal (1952-1986)²⁸. Hoje, dados da CEPAL (2004) mostram que os recursos minerais respondem por mais de 50% das exportações bolivianas²⁹ (apenas o gás natural responde por 23,2% das exportações)³⁰.

Porém, mesmo diante deste quadro natural favorável, a Bolívia detém os piores índices sócio-econômicos do continente (só superados, para pior, pelo Haiti). Sua população, que segundo a CEPAL (2004) já atinge praticamente os 9,5 milhões de habitantes³¹, apresenta um percentual de 62,4% de habitantes abaixo da linha de pobreza, sendo que destes, 37,1% encontram-se abaixo da chamada linha de indigência³². A mortalidade infantil é de 66 mortes para cada mil nascidos vivos, e os índices de acesso à água encanada, energia elétrica e coleta de esgotos giram em torno dos 70% da população (INE: 2001).

Mas como se apresentam, internamente, estes dados? Pois, quando se fala de “país mais pobre da América do Sul” (ou Latina), mais do que basicamente enumerar estatísticas gerais, creio que também cabe pensar de que maneira essa pobreza é vista e percebida ali.

²⁸ Ayerbe (2002) mostra que, em 1952, mesmo com o status de principal atividade econômica do país, a mineração ocupava apenas 4% da população economicamente ativa (PEA), enquanto a agricultura ocupava 64% da PEA. Porém a concentração da propriedade e a baixa produtividade faziam com que o país não fosse auto-suficiente.

²⁹ Encontram-se, também, neste índice as exportações de minério de zinco, ouro, prata e estanho. Não está computada a exportação de minério de ferro.

³⁰ “*Por eso le decía, solamente un poquito de cariño para la tierra de donde se nace, porque realmente, cualquier cantidad de oro lo han sacado, quintales, toneladas, partían aviones directamente a Washington, Estados Unidos, de eso quien ha pagado algún impuesto? La plata que se ha sacado del Cerro Rico de Potosí; ahora los hidrocarburos, tenemos gas, y no es solamente el sector Chaco, el norte de La Paz tiene, tiene cualquier cantidad de elemento. Entonces, a parte de eso, también, es tan grande, tan bendecida, realmente tenemos los tres climas, tenemos el frígido, el llano, y el trópico. Y en el trópico tenemos aquí en el norte unas cuantas horas, tenemos todo, tenemos cítricos, todo, árboles, todo, cacao, todo lo que uno necesita*”. (Víctor Cortés, dirigente do CONAMAQ, entrevista ao autor).

³¹ O último censo oficial, divulgado em 2001, apontava uma população de 8.274.325 habitantes (INE: 2001).

³² A CEPAL (2004) conceitua como estando na linha de pobreza aquelas pessoas cujo ingresso é inferior ao dobro do custo de uma cesta básica de alimentos, e, na linha de indigência, inferior ao custo de uma cesta básica.

Uma das questões que sempre me chamaram a atenção em relação à pobreza boliviana é seu caráter de uniformidade na paisagem local. Em que sentido? Quando se afirma sobre a dimensão da pobreza do país, alguém que nunca esteve lá pode trazer à mente imagens semelhantes, por exemplo, às de alguma tragédia do continente africano. Nesse sentido, cabe apontar que existe uma clara divisão entre os níveis de pobreza urbanos e rurais, e estes últimos são realmente mais graves. Para se ter uma idéia, levando-se em conta apenas a população rural (27% da população total do país), 79,2% dos habitantes encontram-se abaixo da linha de pobreza, e destes, alarmantes 62,9% encontram-se abaixo da linha de indigência.

Já a pobreza que se observa no meio urbano não é, necessariamente, a pobreza degradante que se poderia imaginar. Ela salta aos olhos no perfil da arquitetura urbana, onde predominam os tons ocres do adobe, em prédios sem acabamento, nas ruas cobertas por cabos elétricos em ligações precárias, no trânsito abarrotado de veículos em péssimo estado de conservação, no comércio informal que toma conta das calçadas³³. Se formos pensar, em uma primeira observação, nada que se distancie do perfil de um bairro popular brasileiro. A grande diferença em relação ao Brasil, por exemplo, é que este é o perfil predominante na imensa maioria das urbes bolivianas.

³³ Segundo a CEPAL (2004) 50% dos trabalhadores do meio urbano são autônomos.



Figura 11: Foto do comércio de rua em La Paz. Setembro 2003.
Fonte: Marcelo Curia/P2.

Existem bairros nobres? Sim, existem. Mas, diferentemente daqui, onde a extrema pobreza é, na maioria das vezes, confinada em guetos para que não possa ser vista, e assim, talvez, esquecida, lá, são os bairros nobres que são como guetos, recolhidos, afastados e, se nosso transitar por essas cidades for relativamente rápido, aparentemente inexistentes.

II

Como se chega a esta situação? Como de um território “*tan bendecido*” nasce um país frágil, precário, e de profundas desigualdades?

Algumas das respostas residem na própria formação sócio-territorial e política do país. Em primeiro lugar, a sua própria inserção na história ocidental, que se deu através de

um processo de processo de formação de colônias de exploração³⁴. A inclusão dos novos continentes no projeto de expansão ultramarina hispânica respondia a um objetivo mercantilista de apropriação de territórios, incluindo-se aí não só a submissão dos recursos como também das populações aí encontradas, numa empresa que tinha o lucro como finalidade comum a costurar interesses diversos (MORAES: 1994).

O espaço geográfico andino presenteou aos espanhóis, desde o início desse processo, com atrativos naturais que justificavam as perspectivas de lucratividade do empreendimento. As jazidas de metais preciosos – no caso específico boliviano daquele momento, a prata – começaram a ser exploradas já em 1545, e abririam uma seqüência de ciclos econômicos marcados pela exploração monoprodutora de recursos naturais do território boliviano, em empreendimentos ligados diretamente a interesses externos. Moraes (1994) aponta como a possibilidade de remuneração do capital investido justificava a superação dos possíveis obstáculos à fixação de grandes populações, ao analisar a grande aglomeração que se formou no entorno do emblemático Cerro Rico de Potosi, fazendo com que aquela cidade tivesse, à época, uma população equivalente aos maiores centros urbanos europeus, em que pese sua localização num sítio estéril, a mais de 4.000 metros de altitude³⁵. (Símbolo das contradições herdadas por esses processos, o departamento de Potosí, cuja capital foi declarada Patrimônio Histórico da Humanidade em 1987, apresenta hoje os maiores índices de população abaixo da linha de pobreza no país – 79,7% - além do maior índice de mortalidade infantil)³⁶.

³⁴A classificação de colônias em dois tipos, colônias de povoamento e colônias de exploração, foi proposta no século XIX pelo geógrafo francês Elisee Reclus. Conforme nos mostra Andrade (1985), em comentários sobre a obra do geógrafo francês, a formação de colônias de exploração consistia na “colonização feita não para civilizar ou cristianizar os povos, (...), mas para explorar os povos e os territórios colonizados” (p.22). A obra de Reclus é pioneira na análise das conseqüências impostas por essas duas formas distintas de ocupação territorial, demonstrando que os países “resultantes de um sistema colonial de exploração são, em sua totalidade, pobres e subdesenvolvidos, em face das distorções trazidas à sua economia pela dominação estrangeira” (p.32).

³⁵ Patrício (1971) mostra que o quadro demográfico de Potosi, apesar de algumas oscilações, apresentava um crescimento populacional expressivo até o início do século XVIII, período de maior produtividade da atividade mineira, chegando a contar com 160.000 habitantes, segundo dados do ano de 1650. Moraes (1994) traça um comparativo, ao lembrar que “Potosi atinge a cifra de 150 mil habitantes em 1611, quando Sevilha – a maior cidade da Espanha – conta com apenas 100 mil” (p.83).

³⁶ Sobre a exploração da prata de Potosí, um clássico insuperável é “As Veias Abertas da América Latina”, de Eduardo Galeano. Mas, inegavelmente, a visita às minas, ainda hoje em atividade, resulta numa das experiências mais impactantes que a Bolívia pode oferecer, não apenas em razão do sítio geográfico, mas especialmente pelas condições de trabalho enfrentadas pelos mineiros.

Moraes (1994) analisa como esse padrão de ocupação com finalidade exportadora marcou, desde o século XVI, a maneira como se configuraram os territórios coloniais, naquilo que o autor define como um “padrão de instalação com um claro sentido exomorfo”, isto é, onde “os assentamentos se fazem, mesmo quando bastante interiorizados, articulados numa rede de circulação que demanda um porto, o qual engata as diferentes unidades produtivas com os circuitos (...) de realização de seus produtos” (p. 83). O espaço configura, assim, uma “bacia de drenagem”, pela qual escoam as riquezas produzidas na colônia (Moraes: 1994).

Este processo de ocupação e formação territorial associado a uma finalidade exploratória não cessou com a fim do período colonial. Ao contrário, o que ocorre após os processos de independência é algo como uma substituição das peças com a manutenção de uma mesma engrenagem. Como afirma Moraes (1994):

O advento da emancipação política das várias colônias não rompe, antes recicla reiterando a centralidade da dimensão espacial na análise da América Latina. O móvel da conquista territorial permanece ativo, exercitando-se sobre lugares, recursos naturais e populações (p.84).

É assim que a Bolívia passa a sua vida republicana mantendo um perfil de exploração do território diretamente vinculado à interesses externos. Ribeiro (1979) afirma que “*desde a independência a Bolívia desenvolveu-se como a concretização mais clara de um modelo de estado nacional dominado por um setor empresarial monoprodutor, controlado do estrangeiro*” (p.178).

Tal era a situação que, por exemplo, a exploração do estanho, primeiro grande ciclo econômico da Bolívia independente³⁷, era controlada por três grandes empresas familiares, cujos escritórios centrais encontravam-se na Europa. Segundo Ayerbe (2002), a “rosca” - formada pelas empresas Patiño, Hotschild e Aramayo - “*exercia o controle político*

³⁷ Tapia (2002) denomina esse período como o “século do estanho”.

do país, (e) praticamente não pagava impostos, o que mantinha o Estado em crise fiscal permanente, recorrendo a empréstimos externos para equilibrar suas contas” (p.96).

O que temos assim é uma formação o poder sobre o território – político, econômico, social – nas mãos das elites que conduziram o processo de independência, mantendo, portanto, as estruturas de exclusão e espoliação colonial legadas pela Coroa espanhola, que, nas palavras de Garcia (2003), “*que consagravam prestígio, propriedade e poder em função da cor da pele, do sobrenome, do idioma e da linhagem*” (p. 173). A independência significava, ao final, apenas uma mudança de “administrador”, sem mudar a “administração”³⁸.

As populações indígenas, maiorias na população boliviana desde sempre, mantiveram, assim, uma percepção diferenciada do significado da independência:

Y la historia nos dice que el Simón Bolívar libertó las cinco naciones, pero eso es falso. Porque aquí en Bolivia principalmente, no se ha liberado a los indígenas, los que se han liberado son los mestizos, (...) los mestizos, se rebelaron contra los abuelos españoles, para derrotar, encabezados por Simón Bolívar, Antonio José de Sucre, todos ellos. La liberación de los indígenas no ha sido eso, la liberación de los indígenas no ha llegado hasta ahora. Eso es lo que la gente, los aymaras y los quechuas, nunca han sido liberados. Después de liberarse los mestizos, de nuestros abuelos o tíos españoles que han estado aquí, se han liberado y después luego ellos, con más ganas, (nos) han agarrado como animales, o sea, que el aymara y quechua, ha sido visto como animales, como bestias, aquí en el Qollasuyu, en todo el Tawantinsuyu, en toda Sudamérica (Rufo Yanaricuchura, líder campesino, Achacachi).

Slater (2000) analisa a questão do impacto da formação sócio-territorial latino-americana sobre as populações originárias:

³⁸ “*En Bolivia, vuelvo a reiterar, nos gobernaba un pequeño grupo oligarca, únicamente, no era el conjunto del país representado en estas personas*”. (Genaro Flores, dirigente da FSUTCLP – Tupaj Katari, entrevista ao autor).

O enquadramento do tempo e a ordenação do espaço seguiram uma lógica externamente imposta, cujos efeitos ainda ressoam no período pós-colonial. As lutas para recuperar uma narrativa autônoma do tempo e um conjunto indígena de significados para o território da nação foram parte essencial da política após a independência (p.518).

Por fim, cabe ressaltar que a formação dos Estados latino americanos, e no caso específico, da Bolívia, se dava não só rompendo as lógicas territoriais previamente existentes, impondo assim uma nova forma de organização sobre as populações subjugadas, como, ao mesmo tempo, por seu caráter de submissão a um ordenamento territorial externamente imposto, inseriam os novos Estados numa lógica concorrencial na busca pelo estabelecimento de posições privilegiadas no provimento de recursos às nações centrais.

No caso boliviano, isso atinge contornos dramáticos. O país se viu envolvido, após a sua independência, em uma série de conflitos com países vizinhos, ao final dos quais perdeu, invariavelmente, porções preciosas de seu território. Estes conflitos, na maioria das vezes, envolveram a posse e exploração de recursos naturais, e as limitações territoriais impostas fazem com que a Bolívia tenha, hoje, menos de 50% da extensão territorial que tinha à época de sua independência (MONTES DE OCA: 1997).

Perdas territoriais bolivianas		
País	Perda territorial (km²)	Recurso associado*
Brasil	490.430	Borracha (látex)
Chile	120.000	Salitre, cobre
Perú	250.000	Prata, estanho
Argentina	170.758	
Paraguai	234.000	Petróleo, Gás Natural
Total perdas	1.265.188	
Extensão atual	1.098.581	
TOTAL	2.363.769	

Quadro 1: Perdas Territoriais Bolivianas.

Adaptado de: MONTES DE OCA, Ismael. Geografía y Recursos Naturales de Bolívia. Edobol, La Paz, Bolivia, 1997.

*O campo “recurso associado” refere-se não só à sua real exploração, mas também à suposição da existência de jazidas, caso das perdas territoriais em relação ao Paraguai (Guerra do Chaco).

Conflitos como a Guerra do Pacífico (1879-1883)³⁹ e a Guerra do Chaco (1932-1935), não só expunham a formação de um Estado por si só excludente, como, além disso, frágil – econômica, militar e politicamente – em relação aos demais. São componentes que estarão inseridos na (não) construção de um ideário nacional boliviano. Como afirma Tapia, analisando o caso boliviano:

El relato e interpretación históricos del nacionalismo privilegia en su discurso el desarrollo de la conciencia nacional, pero es un desarrollo que lejos de ser referido a ideales culturales generales o al desarrollo de una dinámica de ideas y valores en sí mismos valiosos, se lo concibe como resultado de conclusiones sacadas de frustraciones en experiencias tales como la guerra perdida con una dirección inepta y irresponsable, de los fraudes de las empresas mineras explotadores de los recursos del país sin pagar casi nada por ello, de la inorganicidad de toda empresa colectiva, porque el poder económico y político lo dividía todo excepto sus ganancias (2002, p.43)

Nesse sentido, a Guerra do Chaco tenha, talvez, o papel mais emblemático, seja por seu caráter de motivação externa, seja pela derrota nas armas, mas, principalmente, pelos questionamentos internos que desencadeou após o conflito. Nas palavras de uma liderança campesina:

Porque regresando de la Guerra del Chaco los aymaras despertaron de que no era justo, que estaban yendo también a la guerra (...), porque lo que más han enfrentado, morían nuestros abuelos. (Y) nos damos cuenta, los aymaras, de que esos señores que han decretado la guerra, (...) nos han llevado como can de cañón a enfrentarnos con los paraguayos, y perder la guerra. Ellos, (...) los militares, (...) estaban (...) haciendo fiesta, (...) y nosotros los campesinos, los mineros, (...) son los que murieron en la Guerra del Chaco, y los sobrantes han vuelto como ex combatientes. Entre ellos ya aquí ha habido un levantamiento fuerte ya contra los patrones, que no era justo la guerra del Chaco, donde han ido a defender el petróleo. Entonces desde esa fecha ya empezaron los movimientos sociales. La historia lo que nos dice es que nos estaban explotando los patrones, y donde nuestras madres se dieron de cuenta, de que cuando han ido a la guerra nuestros abuelos, nuestras abuelas pues ya se han dado cuenta de que los mestizos no iban a la guerra, solamente iban nuestros abuelos a la guerra, los aymaras. Ellos, los mestizos, no habían salido a la guerra (Rufo Yanaricuchura, líder campesino, Achacachi).

³⁹ Paradoxalmente, a Guerra do Pacífico, cujas perdas territoriais são as de menor extensão, é a de efeitos mais nefastos sobre a economia boliviana, pois lhe retira o acesso ao oceano Pacífico, quebrando, assim, a estrutura de “drenagem” exportadora do território.

5 MOVIMENTOS SOCIAIS

*“Un fantasma parece estar recorriendo el continente: el fantasma de la capacidad humana de ponerse de pie”
(Raquel Gutiérrez).*

I

Muito se tem falado sobre movimentos sociais (MS) nos últimos anos. Entre os diferentes campos da sociedade, especialmente entre aqueles que se afirmam “de esquerda” (compreendidos aqui como aqueles que buscam a igualdade social, ou como mínimo, a redução das desigualdades), após um longo período no qual suas expectativas de transformação política transitaram sobre algumas alternativas que, afinal, trouxeram mais frustrações do que respostas positivas aos anseios sobre elas depositados (sejam elas alternativas realmente implantadas ou não), parecem ter sido encontrado um consenso nos MS, vendo-os como o ator que pode responder de forma mais ou menos definitiva a esses mesmos anseios.

Podemos encontrar as bases do que afirmou acima ao observarmos o cenário latino-americano (nunca esquecendo que este é o resultado da confluência dos processos internos com as projeções sobre essa região dos fatos globais) e, assim, traçando um breve prospecto dos caminhos percorridos pela esquerda no continente, confirmar essa trajetória, se não irregular, marcada por erros e acertos.

Iniciando-se nas décadas de 1960 e 1970, passava-se de um otimismo baseado na instauração de governos de cunho popular, contemporânea da utopia *guevarista* do sonho revolucionário, eventos que encontraram oposições reacionárias e finais trágicos; como consequência, atravessou-se a longa noite das ditaduras que se abateram sobre o continente, até que o retorno da democracia nos anos 1980 significou a retomada da esperança. Assistiu-se aí a um fluir das expectativas de transformação social do continente; numa quase permanente projeção em relação ao futuro, que ao final faziam com que os maiores anseios se depositassem sobre a democracia representativa e partidária, uma conquista frente aos anos de repressão atravessados.

Porém, o retorno das democracias ao continente foi paradoxal, pois se deu em meio a dois acontecimentos que modificaram todas as estruturas e compreensões até então vigentes. O fim da União Soviética, associado a uma disseminação aparentemente sem oposição do neoliberalismo, difundido através das chamadas medidas de ajuste estrutural incentivadas pelo Consenso de Washington, pôs em cheque até mesmo as conquistas sociais estabelecidas nos marcos do *welfare state*, e impôs sobre a esquerda a necessidade de adaptação a novos tempos, tanto no sentido de suas práticas quanto no sentido de seu discurso.

Os novos governos, assumidos a partir do início da década de 1990, puderam experimentar um apoio popular inédito, como reação ao inegável sucesso do controle inflacionário que vinha sendo obtido com a nova economia, o que, ao mesmo tempo, consolidava o discurso conservador de que, em face principalmente à derrocada soviética e ao suposto fim da utopia socialista, o neoliberalismo surgia como a opção única, sem oponentes ou alternativas viáveis: o seu auto-proclamado perfil *modernizante* atraía, em torno ao ideário neoliberal, os anseios de populações cansadas de receitas falidas, e que embarcavam numa nova embalagem do tão sonhado desenvolvimento econômico (de preferência, no padrão *american way of life*).

Mas nem tudo foi sucesso. Se é verdade que as classes mais baixas experimentaram algumas conquistas, (o que à princípio se refletiu nas reeleições de governos em diferentes países do continente), também é verdade que estas se deram por sobre o empobrecimento das classes médias e o aumento da disparidade social. O retorno da democracia trazia consigo, surpreendentemente (?), um dramático agravamento dos problemas sociais e econômicos da região. E o sucesso inicial das medidas de ajuste macroeconômico não era suficiente para garantir o apoio cego e sem prazo de validade das populações atingidas.

Porém, as conquistas anteriores no campo da estabilização econômica eram inegáveis, ao menos em sua força sobre o imaginário popular, e os novos governos que se seguissem, se sentiram na contingência de assumir compromissos com a manutenção de políticas econômicas ortodoxas. Foi assim que partidos de esquerda, frustrando os anseios (de parte) das forças que os haviam conduzido ao poder, assumem o compromisso de manutenção de políticas de cunho neoliberal. O caso brasileiro foi paradigmático: o governo do PT, eleito no final de 2002, foi para muitos um retrato trágico dos resultados de opções equivocadas, de alianças fisiológicas e de compromissos assumidos para garantir a governabilidade, aplacando a pressão que certamente se abateria sobre o governo por parte de grupos da elite. O saldo foi de difícil digestão: a timidez das reformas sociais era acompanhada de uma comédia pitoresca onde se misturavam denúncias de corrupção efetuadas ao som de Lupicínio Rodrigues. Um governo que carregava as esperanças de grande parte da população, ostentando a bandeira da ética, se via manchado. O campo que o apoiava, não surpreendentemente, se viu fraturado em diversas novas frentes, cada qual a propagar uma interpretação ou uma nova estratégia capaz de manter viva a chama esquerdista.

O caso boliviano, apesar de suas especificidades, guarda diversas semelhanças com essa linha-mestra de condução política. O país que se viu fragmentado após guerras de nítida influência imperialista já buscara, a partir da Revolução de 1952, uma re-fundação sobre novas bases, as quais foram construídas por um movimento nacionalista representado num partido político (MNR, *Movimiento Nacionalista Revolucionário*) e apoiado por uma das mais importantes centrais sindicais já registradas neste continente, a COB (*Central Obrera*

Boliviana). Datam desse período conquistas históricas bolivianas como a fundação da estatal COMIBOL (Comisión Minera Boliviana) e a Reforma Agrária de 1953.

Porém, sucumbindo às pressões tanto externas quanto internas, o governo *emenerista* perdeu coesão e se viu confrontado a um golpe de Estado em 1964. A democracia só retornaria em 1982, mas foi o ano de 1985, com a eleição à presidência do mesmo Victor Paz Estensoro que havia estado à frente do governo revolucionário de 1952, que tornou-se paradigmático. Pois foi Paz que, aplicando um plano de ajustes estruturais concebidos pelo economista Jeffrey Sachs e aplicados pelo ministro da Economia Gonzalo Sánchez de Lozada, poria um final às conquistas de 1952, especialmente ao transfigurar o papel das estatais dos setores de mineração e do petróleo com o já mítico Decreto Supremo 21060 (DS21060).

Este decreto fazia das estatais, antes operadoras exclusivas em seus respectivos setores, administradoras de contratos nos quais oferecia-se a empresas estrangeiras a possibilidade de exploração do subsolo boliviano. As justificativas eram conhecidas: as empresas estatais eram mal administradas, careciam de recursos para o investimento em novas tecnologias e, portanto, traziam mais prejuízos do que lucros ao Estado.

Porém, junto a esta mudança de perfil operatório, o DS21060 trazia consigo a necessidade de re-localização dos trabalhadores mineiros que se viam subitamente desempregados. Isto daria início a um movimento migratório importantíssimo para a compreensão das mobilizações atuais. Por um lado, grandes contingentes de mineiros, carregando consigo uma tradição de organização sindical, desembarcava em centros como o trópico de Cochabamba e a periferia de La Paz. Por outro lado, a COB se via fragilizada em sua base histórica, e sofria um golpe do qual ainda hoje busca se recuperar. Assim, a inexistência, naquele momento, de um movimento social alternativo à COB, e a ausência de

alternativas políticas entre os partidos tradicionais, sepultava as esperanças trazidas com a re-democratização⁴⁰.

Sendo assim, as esperanças rumam hoje novamente para outros campos. E agora os movimentos sociais passam a ocupar o lugar de novo depositário das esperanças de toda a esquerda. Motivos para isso não faltaram. Mas a verdade é que, mais do que apenas uma nova aposta, em relação a alternativas frustradas, o atual protagonismo exercido pelos movimentos sociais, em especial em alguns países da América Latina, aponta para erros estratégicos cometidos, sobre os quais agora se propõem alternativas para a construção real do ideário da esquerda. A renovação do cenário político, tomando como base a construção da política em meios não-institucionalizados, resgatando a dimensão política do cotidiano, e assim, de alguma forma, invertendo as relações para a construção do poder, são contribuições claras trazidas pelos MS. O caso boliviano, que estamos analisando aqui, ilustra como o cenário político institucional pode ser transformado a partir das bases, transformado “*desde abajo*”⁴¹.

Alguns autores, mais entusiastas, saúdam o atual momento, visualizando nos MS os possíveis detonadores de um processo que reverta a hegemonia capitalista e dê início a um novo período de maior equidade social:

En consecuencia, estamos ante un radical viraje histórico en cuanto al papel de los sectores populares. Por primera vez en la historia del capitalismo, el movimiento social –la gente común organizada y movilizada– es una variable de la misma jerarquía, y con la misma capacidad para producir cambios de larga duración, que

⁴⁰ Sobre o caso boliviano: “*Posterior a esto, volvió la democracia, pero lamentablemente a pesar de la participación activa, y ser la vanguardia del movimiento campesino departamental en la revolución de la democracia, no fuimos participes tal como hubiéramos querido, de lo que era la estructura del Estado, en las determinaciones, o decisiones, o planificaciones de las políticas para que tengan que ver con el futuro, o con el desarrollo de nuestra región. Entonces, posterior a esto se fue sembrando un clima de inestabilidad y de bastante desencanto hacia los gobiernos que se fueron sucediendo en otros años*”. (Genaro Flores, dirigente da FSUTCLP – Tupaj Katari, entrevista ao autor)

⁴¹ Álvaro Garcia assinalava esse realce da posição dos movimentos sociais na Bolívia: “*Los movimientos sociales lo que hacen es comenzar a concentrar el mal estar; lo comienzan a visibilizar los temas preocupantes, claves, medulares, para mostrar que habían problemas, y luego son los movimientos sociales los que le dan una respuesta (...)*” (entrevista ao autor).

los estados y las empresas. Esto significa que el mundo que emerja de la actual decadencia del imperio estadounidense, estará modelado en buena medida por los movimientos sociales. En suma, que los movimientos como variable autónoma son capaces de promover la crisis del capitalismo y de contribuir a configurar el mundo que surja de dicha crisis (ZIBECHI, 2005, p.6).

II

Os MS são, com certeza, um tema complexo. Em primeiro lugar, pela dificuldade de definição de um conceito unívoco de o que é um MS. Gohn (1997) afirma que “não há **um** conceito sobre movimento social, mas **vários**, conforme o paradigma utilizado” (Gohn, 1997, p.13)(grifo nosso). Segundo a autora, é a partir de um conjunto explicativo de teorias, conceitos e categorias, que se torna possível construir as interpretações sobre a realidade social (Gohn: 1997), e este conjunto explicativo encontrou variações entre os diversos autores que já se debruçaram sobre o tema dos MS. É preciso, portanto, a partir do momento em que os escolhemos como tema de investigação, que tenhamos claro os marcos interpretativos e os níveis de análise que nos levam a construir (ou optar) por este ou aquele conceito.

O conceito do qual partimos nesta investigação é formulado por Melucci: “um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere” (2001: p.35). A interpretação desse conceito nos mostra os marcos que consideramos fundamentais para o estudo das relações sociais.

Em primeiro lugar, pensamos nos aspectos relacionados à formação da ação coletiva. Uma das críticas que nos foram dirigidas quando da apresentação desse trabalho em eventos anteriores à redação deste documento diziam respeito a uma pré-suposição de que um movimento social referir-se-ia a um coletivo homogêneo, e que propor essa denominação (e essa condição) a um movimento de dimensões nacionais (caso boliviano) e que abriga dentro de si diferentes movimentos formais, seria inadequado.

Cabe, porém, ressaltar que, ao definir o contexto boliviano dentro de um marco interpretativo de movimentos sociais não supomos homogeneidade interna. O próprio Melucci afirma que um MS “no seu interior, contém significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, freqüentemente, investe uma parte importante de suas energias para manter unidas as diferenças” (2001: p.29). Pelo próprio caráter coletivo, os MS são palcos de diversidade. A questão, como apontada pelo autor, é que, sendo coletividades reunidas em torno a um fim, este fim faz com que haja a superação das diferenças e a união em torno das afinidades existentes. Essa união pode ser resultante da construção da solidariedade mencionada pelo autor, que faz com que exista o comprometimento do coletivo em torno à causa comum. Pode, igualmente, ser resultante de um processo de construção de identidades coletivas⁴². Manter a unidade é uma das tarefas que se impõem aos MS, seja na sua constituição, seja na ação (uma vez constituídos), na luta pela concretização de seus objetivos. Portanto, a defesa de uma justificativa baseada na construção de identidades não supõe homogeneidade, mas sim a busca por elementos de comunicação interna, na gênese da ação coletiva. Slater (1994) define essa construção da identidade coletiva como um processo relacional ativo, no qual estão envolvidos também os aspectos cognitivos e emocionais da coletividade, numa “definição interativa e compartilhada das metas de sua ação e do terreno onde deverá acontecer” (p.18)⁴³.

Esta união solidária da diversidade se dá em torno a um objetivo comum, normalmente a busca pela atenção a alguma demanda. Não determinamos aqui algum tipo específico de demanda: as análises tradicionais dos MS os vinculavam a demandas materiais, mas não se pode mais reduzir a diversidade de expectativas da sociedade à mera aquisição de bens ou valores econômicos. Porém, independentemente da natureza do bem demandado, o fato de haver a demanda implica em que a condição prévia seja a sua não atenção; ou seja, se peço algo (seja o que for) é porque não o tenho. Estendendo esse pensamento: se peço, é porque creio que posso ser atendido – esse bem existe em algum lugar, e pode ser direcionado

⁴² Ernesto Laclau fala dos “eixos comuns de equivalência” como os fatores para a união da diversidade.

⁴³ Alberto Tapia Mamani, dirigente do CONSAQ, quando interpretava (em entrevista) a formação da coalizão de movimentos que levaram à eleição de Evo Morales à presidência, fazia uma afirmativa que ilustra o aqui exposto: “*Y llegó la unidad. Aunque con diferentes organizaciones, diferentes tipos de organizaciones, llegó la unidad. Por eso hoy en día estamos aquí donde estamos, ya hemos llegado*”.

a atender minha demanda. E se peço a alguém, é porque acredito que esse alguém é quem pode atendê-la. Assim, a existência de um MS pressupõe uma ausência e uma necessidade, e a identificação de um oponente que pode suprir essa carência. Melucci (2001) fala, nesse sentido, em recursos valorizados pelas partes em conflito, o que implica em uma pressão por uma redistribuição desse recurso – que uns possuem, e outros não.

Por fim, é importante destacar que a distribuição dos recursos numa determinada sociedade se dá de acordo com a organização política e social vigentes, o que pressupõe a concordância dos diferentes setores ali presentes com essa forma de organização. O questionamento quanto à distribuição de recursos pode se dar dentro dos marcos constituintes/constitutivos dessa forma de organização, o que, conseqüentemente, não implica num questionamento **da** forma de organização em si: a demanda se dá dentro de margens negociáveis. O que consideramos, e daí a adoção do conceito proposto por Melucci, é que os MS, junto à demanda específica, questionam **a** forma de organização em si: sua demanda extrapola as margens que o sistema se permite e que mantinham a compatibilidade entre os oponentes. Essa compatibilidade, uma vez iniciada a demanda, só se estabelecerá novamente sob um novo marco regulatório (salvo medidas extraordinárias, como a eliminação da demanda por forças de pressão).

Sendo assim, reconhecemos os movimentos sociais como agentes de transformação social, e não como meros demandantes; sua existência expressa a não aceitação das regras vigentes, e um questionamento profundo da sociedade como até então estabelecida. É Porto Gonçalves (2003) quem nos lembra que, na própria origem da palavra (muitas vezes esquecida sob o conceito) reside sua expressão mais bem explicitada: “movimento é, literalmente, mudança de lugar e, assim, todo movimento social é, de alguma forma, em maior ou menor grau, portador de uma outra configuração social possível” (Porto Gonçalves, 2003: p.270)

A menção às configurações sociais realça a relação dos MS com a política. Como afirma Slater: “a própria gênese da sociedade é em si política. A dimensão política tem

uma natureza dual: está inscrita nas diferentes esferas do todo social; e é constitutiva do terreno no qual se faz o todo social” (Slater: 1994, 29).

Sobre a política, segundo Bobbio (2000), “geralmente usamos o termo política para designar a esfera das ações que faz alguma referência direta ou indireta à conquista e ao exercício do poder último (ou supremo, ou soberano) em uma comunidade de indivíduos sobre um território” (p.216). Segundo este autor, o poder político é o poder exercido na polis, “que em grego significa ‘cidade’, definida pelo próprio Aristóteles como comunidade auto-suficiente de indivíduos que convivem em um **território**” (p.217)(grifo nosso).

A relação que se propõe coloca a formação do território como etapa fundamental da constituição das sociedades. Pensando o território como o espaço apropriado, que é o substrato material para o estabelecimento de qualquer comunidade; e, pensando a comunidade como uma coletividade que, compartilhando o mesmo território, tem de conjugar os interesses conflitantes numa configuração acordada por todos; temos, em fim, o poder político como aquele que equaciona tais conflitos em busca de uma configuração compatível. É o que Bobbio aponta como o “interesse de ambas as partes da relação, que é o chamado bem comum” (2000, p.217).

A questão que se coloca aí é: o que é o “bem comum”? Em primeiro lugar, se a sociedade é formada a partir de grupos com interesses conflitantes, é possível que existam diferentes concepções, dentro da coletividade, do que seria o “bem comum”. Em segundo lugar, se o poder político é aquele que busca administrar território e sociedade buscando a solução do conflito de interesses, temos que lembrar que quem o detém (o poder) o faz porque, numa inter-relação de forças entre as frações oponentes, mostrou-se a fração mais forte. Sendo assim, não seria (e muitas vezes o é) o “bem comum”, na prática, um sinônimo dos interesses únicos dos detentores do poder? E mais: se igualmente o território é administrado pelo poder político, o acesso a ele (igualitário) não termina por estar sujeito às mesmas condicionantes?

A resolução desse problema reside em como se estabelece o jogo de relações de poder. E, também, na definição (no caso da *polis*) de quem estará a cargo do poder. Vem daí a suposição da adequação do sistema de democracia representativa (no sentido de sistema mais adequado): os governantes, eleitos pelo voto direto, teoricamente representam a vontade da maioria, o que lhes confere a autoridade de decidir pelo bem comum. O conflito teria sido resolvido pela manifestação da comunidade através do voto.

Mas isso, como afirma Bobbio (2000):

trata-se de uma simples presunção fundada sobre uma útil convenção mais do que sobre argumentos racionais; (...) em uma sociedade fortemente dividida em classes contrapostas, é provável que o interesse da classe dominante seja assumido e sustentado até mesmo coercitivamente enquanto interesse coletivo (2000, p.221).

O que é importante ressaltar é que se convive, nesse caso, com algumas confusões de interpretação. Em primeiro lugar, ressaltamos que o território é gerado por relações de poder, e o poder que se exerce sobre o território, no sentido de administrá-lo e à comunidade nele baseada, é o poder político. Porém, território e política acabam confundidos com a figura do Estado: o território só existe (ou existiria) como apropriação estatal, e o poder político (poder supremo, nas palavras de Bobbio), portanto, só existe na institucionalidade vinculada ao Estado. As relações de poder, as mediações de conflitos, apenas se dariam naquelas (ou através das) instituições nas quais o Estado é soberano; ter acesso ao poder só seria possível através das regras institucionalizadas, das quais a democracia representativa é o exemplo mais fulgurante, e na qual os partidos políticos, como entidades representativas dos diferentes interesses da coletividade, os principais atores entre os poucos aptos a pleitear um lugar ao sol.

Esta concepção ignora as diferentes dimensões da apropriação do espaço; portanto, as diferentes formas de se territorializar o espaço. Partindo do princípio de que, nas relações sociais, se projetam outras formas de mediação do conflito, outras relações de poder e, portanto, outros territórios são estabelecidos por formas de poder outras que não o Estado, é possível concluir que o poder político, enquanto esfera máxima de poder sobre determinado território (aqui não mais apenas entendido como a polis); e a política, enquanto conflito de interesses e de poderes visando a aquisição do “poder político”, não podem ter sua interpretação reduzida ao que é relativo ao Estado.

Slater (1994) coloca que normalmente pensa-se a política como uma oposição binária entre Estado e sociedade civil: a política como delimitada aos domínios do poder estatal, contra o qual a sociedade civil deve organizar-se em defesa. Mas, cremos que a realidade é outra: a política se apresenta como multidimensional; ela se faz em esferas diversas, no cotidiano, em espaços outros alheios à existência do Estado, mas diretamente relacionados à vivência mesma das comunidades.

Entra aí a importância dos MS enquanto agentes de redefinição da política.
Segundo Slater (1994):

“(os) movimentos sociais desafiam e/ou redesenham as fronteiras do político. Estes movimentos podem subverter o tradicionalmente “dado” do “político” – poder do estado, partidos políticos, e afins – (...) revelando a essência política do social” (p.30)

III

Rompimento. O termo nos mostra que a ação questionadora do MS frente ao sistema se dá através do conflito entre partes antagônicas: o rompimento é o resultado (esperado) do conflito, premissa para que uma nova configuração possa vigorar. O conflito

social é a expressão da ação dos MS, e a definição de um conceito para eles implica também em compreender a problemática inerente à configuração das lutas sociais (MOURIAUX; BEROUD: 2000). E estas se dão em ambientes diversos. Porto Gonçalves (2003) afirma que “os conflitos expressam a dialética aberta dos processos instituintes (...) A conflitividade se revelaria, assim, rica de possibilidades teóricas, e porque não dizer, políticas. É nela que as bifurcações possíveis se tornam reais ou não” (p.269).

Se o paradigma inicial dos MS pressupunha um campo de lutas vinculado exclusivamente às questões da produção/distribuição de recursos (econômicos), é necessário pensar que conflitos, situações de dominação e exclusão, são inerentes e perpassam os mais diversos campos do espaço social. A dominação se projeta ao cotidiano e, ali, nas formas sensíveis da vida comum, se “naturaliza”: é dessa forma, se “justificando” no dia-a-dia, que os dominados se enquadram nos “limites de compatibilidade” do sistema. De Souza Santos (2001) nos fala de relações de dominação nas formas de produção e nas formas de reprodução: estas últimas são aquelas “mais concretas e imediatas”, presentes nos espaços de convivência, onde a dominação se torna “natural”.

Foi nesse sentido que procuramos enfatizar anteriormente que os recursos demandados pelos MS não se restringiam aos recursos materiais. A dominação, a desigualdade, não se dá somente no campo econômico. Ela se projeta em todo o espaço social, na cultura, na religião. Sendo assim, estes também são recursos sobre os quais se exige uma nova distribuição, um rompimento de limites. Exige-se uma re-pactuação sobre os valores das práticas culturais dos diferentes grupos presentes na sociedade. E, talvez, estes campos, por serem os do convívio direto e imediato dos atores sociais, sejam aqueles onde o conflito mais imediatamente se manifesta, e a partir de onde adquire suas formas de expressão.

Sendo assim, a cultura tem sido uma forma cada vez mais vigente de manifestação do conflito social. O conflito parte da cultura, por ser ela, para muitos, a forma mais direta e perceptível da dominação; porém, ele não deixa de mirar o político, a

reorganização do social. Como afirmam Alvarez, Dagnino e Escobar (2000): “os movimentos sociais são uma arena crucial para a compreensão de como esse entrelaçamento, talvez precário mas vital, do cultural e do político ocorre na prática” (p.21)⁴⁴.

É partindo, pois, do cotidiano, do mundo-vivido, que os MS trazem a novidade que faz com que recaiam sobre eles as projeções e esperanças daqueles que buscam a transformação do social. Pois eles politizam estes mesmos espaços cotidianos nos quais percebem a dominação e exclusão. Não tendo tido acesso às esferas da política institucionalizada, do Estado, criam novas esferas de ação política que fogem do controle da cultura política institucional. Agem à margem da institucionalidade, nos espaços a que foram “confinados”. Segundo Gohn (1997):

os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não-consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes eles estão questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política. Por isso eles são inovadores (...) e são lumes indicadores da mudança social (p. 12).

Essa dimensão do vivido como origem do conflito é trazida por David Slater quando fala da negação da subjetividade:

um antagonismo pode emergir quando um sujeito coletivo que foi construído numa maneira específica vê sua subjetividade subjugada ou negada por outras práticas; (...) sujeitos construídos em base a certos direitos, podem ver-se em situações nas quais esses direitos e identidades são subjugados ou negados por outras práticas (1994, p.18).

IV

⁴⁴ Álvaro García, em entrevista ao autor, conceituava essa transformação dos movimentos sociais, de coletividades construídas em torno a temas do cotidiano, para coletividades de enfrentamento com o Estado, como sendo a “*conversión del movimiento de resistencia política en movimiento de soberanía política*” (Álvaro García, entrevista ao autor).

A relação dessa interpretação dos MS com a Geografia também perpassa esses diferentes contextos até aqui apresentados, pois cada um deles expressa um questionamento à ordenação territorial vigente.

Tendo-se o território como um espaço apropriado, organizado a partir de relações de poder, e que é vivido a partir de uma relação à qual denominamos territorialidade, o questionamento trazido pelos MS implica numa reordenação territorial. Questionar o Estado, as estruturas organizacionais, implica questionar o ordenamento territorial. Essa relação é apontada por Slater (2000), em sua análise sobre a América Latina:

em várias países andinos (...), nos últimos quinze ou vinte anos, houve uma série de mobilizações, protestos e movimentos nos níveis local e regional que desafiaram a territorialidade existente no Estado. Em especial, fizeram-se novas associações entre democratização e descentralização e, na luta contra o centralismo, surgiram novas formas de subjetividade e identidade espacial. Essas formas novas, que contestam a territorialidade dada do sistema político, podem ser vistas como reflexo do político expresso espacialmente (p.513).

A apropriação do território se dá de diferentes formas (simbólicas, econômicas, ...), e nestas diferentes formas se faz sentir a exclusão que leva à mobilização social e ao conflito. O conflito social demanda por uma nova organização territorial que permita um acesso mais equânime da sociedade a seus recursos, ao mesmo tempo em que signifique uma valorização das diferentes territorialidades inseridas dentro da esfera do território estatal. Slater (1994) define essa relação como “democracia territorial”:

Em qualquer consideração dos diferentes significados da democracia, a dimensão, cada vez mais importante, da territorialidade, especialmente em relação à mobilização popular e as lutas sociais, deve ser levada em conta. O conceito de democracia territorial - a idéia de que quando discutimos as diferentes feições do processo de democratização ou as conexões entre as democracias política e social há igualmente uma necessidade de pensar a democracia como sendo instituída ou desenvolvida no e através do espaço (p.26).

V

Baseados no até aqui exposto, e na compreensão trazida da observação em campo dos movimentos sociais bolivianos, acreditamos que o melhor marco interpretativo a estes movimentos se encontra dentro do paradigma dos novos movimentos sociais (NMS). Este paradigma se desenvolveu a partir dos anos 1970 a partir de “esquemas interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado”. (Gohn: 1997, p.121)

É importante destacar que este novo paradigma é desenvolvido, à princípio, para lidar com a interpretação dos MS da pós-modernidade, especialmente aqueles que surgiam no contexto europeu enfrentando uma série de questões que não as questões de classe. Nesse conjunto inseriam-se lutas tais como as das questões de gênero, sexualidade, etnia e ecologia.

A grande questão dos NMS é que este paradigma insere a cultura dentro dos marcos interpretativos para a ação social, e com isso passa a considerar uma nova dimensão na qual o significado de política é re-definido, passando a abarcar as práticas efetivadas na esfera pública da sociedade civil, ou, nas palavras da autora, “no âmbito das relações microsociais e culturais” (Gohn: 1997).

Mas, acima de tudo, e em especial na interpretação contida neste trabalho, é a ênfase dada por este paradigma à questão da construção de identidades coletivas o que o coloca como um marco interpretativo de certa forma inovador, e capaz de abranger as diferenças existentes entre as formas de mobilização social observadas, e os paradigmas anteriormente utilizados nessas interpretações. Gohn (1997) afirma que “nos NMS a identidade é parte constitutiva da formação dos movimentos, eles crescem em função da

defesa dessa identidade. Ela se refere à definição dos membros, fronteiras e ações do grupo” (p.124)

A ênfase que depositamos na questão da identidade se dá em razão da complexidade do contexto no qual ocorrem as lutas sociais às quais dedicamos nossa observação. Alguns autores (Gohn: 1997; de Souza Santos: 2000) apontam, do ponto de vista da elaboração teórica, a necessidade de romper com os marcos da interpretação clássica marxista sobre os MS (denominadas por eles como as do “marxismo ortodoxo”) pelo fato de estes considerarem a existência de um ator social único, formado na base classista, na oposição de classes, o que, enfim, significava que a prioridade na interpretação se dava a partir das determinações da economia sobre a sociedade.

Não desconsiderando a importância da estrutura para a conformação dos atores sociais, o que os novos marcos de interpretação propõem é a consideração da diversidade do vivido, do cotidiano, como agentes da formação da consciência apresentada na ação social. Neste sentido, não abrindo mão da compreensão da dialética presente na estrutura social, mas projetando-a para mais além do que a interpretação clássica propunha, nos aproximamos daquilo que Gohn (1997) define como o paradigma neomarxista, no qual:

a abordagem dos fatores políticos tem centralidade, e a política passou a ser enfocada sob o ponto de vista de uma cultura política, resultante das inovações democráticas, relacionadas com as experiências dos movimentos sociais, e tem papel tão relevante quanto a economia no desenvolvimento dos processos sociais históricos (p.173).

Esta é uma interpretação que certamente se aproxima da dos NMS. Tem-se uma estrutura social desigual, mas é preciso dar conta, na interpretação da mobilização social, do surgimento de novos atores que derrubam a centralidade das centrais sindicais, novos atores que surgem a partir de cenários desconsiderados pela política institucional, mas cenários vitais para a sobrevivência dos atores sociais. Por isso a menção a “novos”: é

verdade que existem alguns movimentos cujo perfil é inovador, sem precedentes históricos diretos, mas, como afirma de Souza Santos (2001), a questão principal se dá na forma de compreender e atuar a política: *“la novedad de los NMS no reside en el rechazo de la política sino, al contrario, en la ampliación de la política hasta más allá del marco liberal de la distinción entre estado y sociedad civil”* (p.181). Ou, como coloca Gohn (1997), *“(...) o que há de novo realmente é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas”* (p.124).

Não que os temas “antigos” tenham sido abandonados. As lutas sociais que observamos guardam muitas semelhanças com as lutas “tradicionais”: envolvem as questões da inclusão social, do acesso a bens públicos, da melhor distribuição da renda; ou seja, daqueles temas os quais tendemos automaticamente a associar à questão das mobilizações sociais, aconteçam essas seja onde for. Mas existe uma novidade, que pode ser encontrada tanto no discurso quanto na forma de fazê-lo.

Podemos dizer que essa “novidade” reside, em primeiro lugar, numa espécie de articulação entre o que pensamos ser as diferentes escalas da mobilização social. O que se pode observar nestes movimentos é que, muitas vezes, demandas que são pronunciadas em referência a questões de projeção regional, nacional, ou mesmo global, formulam-se a partir de articulações geradas no local, muitas vezes a partir de demandas especificamente locais. (Sendo assim, há uma intersecção, um entrecruzamento entre o local e o global, glocal). Na prática, são demandas que se pronunciam sobre questões com um viés anti-globalização, o que as aproxima (e também aos movimentos que as enunciam) dos chamados movimentos anti-sistêmicos (Wallerstein: 2003), mas que foram geradas a partir de percepções locais, de compreensões locais, formuladas e enunciadas a partir da visão local.

É o que ocorre com movimentos como o da Fejuve-El Alto ou o da Coordenadora de Águas: nascidos para dar conta das necessidades imediatas de seus protagonistas, incorporando repertórios de mobilização indígena e originários, e trazendo dentro de si um forte componente cultural extraído deste discurso indígena, estes movimentos

se projetam como ícones nos campos da esquerda, ao converter suas lutas locais em vanguardas de uma luta que é global. Esta articulação permite o diálogo destes movimentos com outros movimentos globais, externos, como afirma Hoetmer (2006): *“los conflictos pueden ser integrados en una crítica sistémica que permite la articulación con otros conflictos y actores en los niveles nacionales e internacionales, sin que pierdan su base local”* (p.179).

É importante destacar essa articulação entre o local, o regional, o nacional e o global. Os NMS exigem uma re-significação de suas práticas, de seus usos e costumes, ao mesmo tempo em que seu discurso se posiciona como um questionamento profundo sobre a verdadeira extensão da soberania nacional, e sobre aquilo que, gerado a partir do exterior e associado à processos tais como a globalização e neoliberalismo, afeta as condições de vida de cada um. Como afirma Slater (2000), estamos diante de um “movimento de resistência que é tanto cultural quanto geopolítico; (...) (e que) proporcionam um exemplo de uma geopolítica gerada externamente que invade crucialmente o interno” (p.522).

De Souza Santos (2001) ressalta a importância da compreensão da “distinção entre velhos e novos movimentos sociais” (especialmente em sua ocorrência na América Latina): eles acontecem onde os movimentos sociais “antigos” eram fortes, o que evidencia o caráter estruturalista da mobilização social e, ao mesmo tempo, a importância de uma tradição de mobilizações (vide o caso da COB); porém, ao mesmo tempo, não se pode deixar de pensar que as estruturas de dominação se projetam por sobre todos os campos do viver social, sendo assim, não é possível estabelecer que um ator ou condição únicos sejam os aglutinadores exclusivos das mobilizações. Estas surgem a partir de diferentes contextos cotidianos. Cada um vive a dominação ou exploração no seu dia a dia, é ali que cada um forja sua identidade, e a percepção de uma condição de semelhança sob uma mesma condição de exploração/dominação que atrai, aproxima, forja a identidade coletiva presente na luta. Sendo assim, *“lo cotidiano deja de ser una fase menor o un hábito descartable para pasar a ser el campo privilegiado de la lucha por un mundo y una vida mejores”*. (de SOUZA SANTOS, 2001, p.180).

A segunda novidade trazida pelos NMS reside na busca de novos contextos nos quais fazer a política. Se a conscientização parte do cotidiano, é nele que a ação igualmente se configura.

Tapia (2002a) afirma que, em oposição ao tradicionalmente concebido como lugar privilegiado da política (o Estado), os MS atuam nos “não-lugares” da política:

La constitución de los movimientos sociales es un desplazamiento de la política, de los lugares institucionalizados de la misma, al campo de tránsito entre ellos y la fluidez. También es un modo de politización de lugares sociales o conjuntos de estructuras y relaciones sociales que habían sido neutralizadas o despolitizadas y, así, legitimadas en su forma de organización de algunas desigualdades (p.33).

Incorporando um repertório próprio de mobilização, que incide numa apropriação diferenciada dos espaços públicos, transformando-os em arenas para a manifestação pública, espaço de deliberações e decisões, os MS re-significam a política e, assim, constroem a teia de relações que permite-lhes alcançar o papel de protagonistas frente aos atores da política institucional.

É como afirma Melucci (2001):

A ação dos movimentos se diferencia do modelo de organização política, e assume uma crescente autonomia dos sistemas políticos. Ela está estreitamente entrelaçada com a vida cotidiana e com a experiência individual. Um controle crescente se exercita sobre a vida cotidiana dos indivíduos por parte dos aparatos de regulação que exigem identificação e consenso. Os conflitos interferem na definição do ser em si mesmo, nas suas dimensões biológicas, afetivas, simbólicas, nas suas relações com o tempo, com o espaço, com o outro (p.28).

VI

Gohn lança uma ressalva sobre as teorias que buscaram analisar os movimentos sociais na América Latina, afirmando que aqui: “as posturas foram híbridas, geraram muitas informações, mas o conhecimento produzido foi orientado basicamente pelas teorias criadas em outros contextos, diferentes de suas realidades nacionais”. (Gohn, 1997, p.13-4). Daí a preocupação em buscar uma forma de interpretação que considere, em diálogo com os aportes teóricos produzidos nesses outros contextos, uma interpretação da realidade vivida no contexto aqui analisado.

Em seu trabalho sobre as diferentes teorias dos MS, Gohn (1997) aponta aqueles que são, em sua interpretação, os elementos que devem ser considerados na elaboração teórica sobre os MS na América Latina. Em primeiro lugar, destacando as diferenças entre as realidades européia e latino-americana, a autora destaca as questões do passado colonial, tanto nos aspectos da dominação sobre os indígenas quanto da colonização visando a exploração de recursos naturais, e a formação dos Estados nacionais dominados por elites políticas representantes dos mesmos interesses colonizadores.

Encontramos essa mesma preocupação em Slater (2000):

Para as sociedades da América Latina, (...), os princípios que governam a constituição de seu modo de ser político foram profundamente moldados pela penetração externa. O colonialismo, por exemplo, representou a imposição e instalação de princípios do político que violaram o vínculo entre a soberania nacional e a constituição do ser social. O enquadramento do tempo e a ordenação do espaço seguiram uma lógica externamente imposta, cujos efeitos ainda ressoam no período pós-colonial. As lutas para recuperar uma narrativa autônoma do tempo e um conjunto indígena de significados para o território da nação foram parte essencial da política após a independência (p. 518).

Sendo assim, cabe destacar alguns dos elementos apontados por Gohn para a elaboração de uma teoria sobre os movimentos sociais latino-americanos, os quais, cremos, encontram-se contemplados neste trabalho, ou, ao menos, balizaram nossas preocupações metodológicas ao longo de sua construção.

Assim, a autora aponta que: (1) na América Latina os MS atuam sobre uma cultura política democrática praticamente inexistente; a eles é necessário, portanto, construir uma nova forma de fazer política, a partir de novas práticas e de novos repertórios; (2) isso implica, igualmente, na modificação das relações com o Estado, tradicionalmente alheio e distante dos cidadãos; (3) há que se considerar também que, em face do passado colonial, a importância da questão indígena como fonte de conflitos e de movimentos sociais, e o ingrediente do preconceito racial presente nessas sociedades; (4) como consequência, as demandas articulam um conjunto de visões diferenciadas, envolvendo temas socioeconômicos e sócio-culturais, ainda que apenas uma das duas faces do conflito possa estar em maior evidência; (5) assim, por fim, é necessário considerar o campo das ideologias presentes, entendidas como o “conjunto de idéias que dão suporte a projetos estratégicos de mudanças da ordem das coisas na realidade social” (GOHN, 1997, p.234-5).

6 IDENTIDADES SÓCIO TERRITORIAIS

Introdução

Em razão de este trabalho se propor a uma hipótese para o crescente protagonismo dos movimentos sociais bolivianos baseada no conceito de identidades sócio-territoriais, temos que, antes de qualquer esforço de análise sobre as questões levantadas, esclarecer quais são os referenciais teóricos nos quais esta análise estará baseada. Assim, nesse caso específico, necessitamos em primeiro lugar buscar compreender mais precisamente o que são Identidade e Território.

Estes dois conceitos são temas recorrentes nas falas e nos discursos dos movimentos sociais trabalhados nesta investigação. Ainda que eventualmente de forma indireta, os aspectos que relacionaremos a seguir como formadores dos conceitos a que estamos nos referindo são também elementos constitutivos do pensamento e do acionar dos movimentos sociais bolivianos, em especial os movimentos de corte indígena. É ilustrativo disso a referência quase permanente ao binômio “terra-território”, além da aparição de definições dos dois conceitos em diversos documentos lançados por esses movimentos. Um exemplo é a definição extraída dos anais de um Congresso da CSUTCB, onde território aparecia definido como:

o conjunto da natureza que compreende o solo, o subsolo e o espaço aéreo, em cujas entranhas existem todos os recursos naturais (minerais, florestais, etc.), ademais é **parte da população e sua identidade cultural** (grifo nosso) (CSUTCB, Documentos y Resoluciones de su IV Congreso, 1994, citado por QUIROGA, 2003, p.306)

Assim, território e identidade são elementos que surgem, nas agendas dos movimentos sociais que são foco desse trabalho, de forma concomitante. Também o CEDIB, centro acadêmico de investigações sediado em Cochabamba, refere-se ao binômio como sendo “*considerado por los pueblos indígenas como el hábitat que le permite desarrollarse con una identidad definida*” (2005c, p.1). Habitat e identidade. Pormenorizando esses conceitos, o mesmo documento coloca que “*el territorio implica una ocupación concreta del espacio, implícitamente tomando en cuenta la transformación del espacio ‘ocupado’ y por ello transformado por las estructuras sociales y culturales*” (2005c, p.1).

Assim, concluem que

el territorio no se refiere solo a lo biofísico (el espacio geográfico), sino principalmente a la forma de apropiación entre la sociedad y el espacio en que vive. De lo contrario, estamos hablando de un espacio físico o biofísico, no de un territorio (2005c, pág. 1).

A intenção deste tópico é, portanto, aproximarmo-nos dos conceitos de identidade e de território, para assim compreendermos o conceito que nos habilita à compreensão das questões em estudo.

Identities

Afinal, o que são identidades? Elas realmente existem? Não seria temeroso justificarmos e associarmos toda a relevância de um contexto social específico, baseados numa categoria de difícil (para não dizermos praticamente impossível) comprovação estatística, abstrata e carregada de simbolismos?

As indagações não param por aí: de que estamos realmente falando ao dizer que os movimentos sociais bolivianos são criadores de identidades, ou melhor dizendo, que eles reforçam identidades já existentes, e as *readequam* às necessidades do contexto presente?

Para que estas respostas sejam apresentadas de maneira satisfatória, dando, assim, continuidade à linha de interpretação proposta por este trabalho, é necessário que percorramos um breve trajeto sobre as investigações que tiveram a identidade como foco de pesquisa.

O britânico Stuart Hall, em trabalho no qual discorre sobre as mudanças da identidade na pós-modernidade, aponta para a diversidade de estudos que, partindo de diferentes campos do pensamento, apresentaram concepções distintas para o tema “identidades”, assim resumidas por esse autor: as identidades (a) do sujeito do Iluminismo; (b) do sujeito sociológico; e (c) do sujeito pós-moderno (HALL: 1992).

A primeira dessas concepções nos apresenta a tomada de consciência do homem sobre si mesmo, em sua individualidade, como possuidor de uma essência primária que não só perpassa todos os papéis por ele desempenhados na sociedade, como também é comum a todos os demais indivíduos. Segundo o autor, “(...) o sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades da razão, de consciência e de ação, cujo centro consistia num núcleo interior” (HALL, 1992, p. 10-11).

Ao contrário do que a denominação utilizada por Hall possa sugerir, a construção dessa primeira concepção não é algo imediato ao Iluminismo, período ao qual ele a associa, mas sim, o resultado de um longo processo. As origens desse processo nos são apresentadas no trabalho de Carlos Brandão, num estudo por ele denominado *estudo da origem social da idéia de pessoa* (BRANDÃO: 1986).

O que é “ser uma pessoa”? O que é “ter uma pessoa”? Estas não são idéias ou questionamentos que sempre estiveram presentes nas sociedades. Como afirma esse autor, ao discorrer sobre a obra do francês Marcel Mauss, a idéia de pessoa não é inata ao espírito humano - ela é uma construção social, tem uma história própria, e difere de uma sociedade para outra (podendo, inclusive, não existir em algumas) (BRANDÃO: 1986).

A idéia de personalidade surge na Grécia antiga com o termo *persona*, do latim, que referia-se às máscaras que cobriam os rostos dos atores quando estes atuavam no teatro dramático. Sua origem vem de *per sonare* – soar através de algo –, a voz do ator que soava através da máscara. Com o tempo, o termo transferiu-se das máscaras para os atores que as usavam. Ou seja, sob a representação de variados papéis, fosse no teatro, no clã ou na religião, havia, porém, uma individualidade única que perpassava a todos esses. Atrás das máscaras existem personagens únicos, indivíduos que desempenham cada um desses papéis.

Com a complexificação da organização social na Grécia antiga, sob as bases jurídicas que iriam transplantar o domínio político dos clãs para a *polis*, o termo *persona* passa a representar o cidadão livre, sujeito de direito e portador, portanto, de cidadania (BRANDÃO: 1986). O homem livre possui a sua pessoa, é o representante de suas atuações e o responsável (jurídico) pessoal pelos seus atos⁴⁵.

A “evolução” do conceito de pessoa, que amplia essa concepção jurídica a uma categoria moral, é concomitante ao fortalecimento (e posterior domínio) do Cristianismo sobre o Império Romano. Com a defesa cristã da concepção de um homem que partilha com seus semelhantes uma mesma essência, o termo pessoa passa a sugerir uma idéia ao mesmo tempo individualizada e universalizada. É Brandão que sugere um texto bíblico para ilustrar tal concepção: “*Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem*

⁴⁵ O autor chama a atenção para o fato de que os escravos, sob essa interpretação jurídica da personalidade, não eram pessoas – *servus non habet personam* (BRANDÃO: 1986).

mulher; pois todos sois um só em Cristo Jesus. E se vós sois de Cristo, então sois descendentes de Abraão, herdeiros segundo a promessa”. (Paulo, Gálatas, 3: 28-29).

A personalidade habita agora um sujeito individualmente consciente, livre, senhor de si e responsável por seus atos - é, portanto, uma pessoa. Segundo o autor:

Esse é o momento em que a pessoa, persona, homem-ator por detrás da máscara, e intérprete de seu papel no clã, sujeito revestido de um Estado, ator de sua própria consciência, torna-se um homem simplesmente, transforma-se em pessoa humana (BRANDÃO, 1986, p. 26).

À filosofia caberia, nos séculos seguintes, prolongar essa reflexão sobre a idéia da personalidade, passando pela concepção dualista cartesiana do homem como sujeito humano e divino, para atingir, enfim, a idéia da pessoa como consciência de si mesmo.

É a partir daí que derivamos a segunda concepção de identidade, conforme a proposta de Hall (apresentada acima): a identidade do sujeito sociológico. Segundo o autor:

A noção do sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com outras pessoas importantes para ele, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava; (...) o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem (HALL, 2005, p. 11).

A noção de sujeito sociológico nos coloca, assim, diante de processos contínuos de formação de identidades. A identidade não é mais vista como algo dado, permanente, imutável, mas mutante e passível de constantes transformações, uma vez que é o

resultado das interações sociais entre os diferentes sujeitos⁴⁶. Se antes, mesmo diante de papéis diferenciados, pensava-se num sujeito essencialmente único, uma essência primária, a interpretação sociológica desfaz essa percepção.

Como aponta Brandão:

A evidência de que a pessoa de cada um de nós é uma lenta construção da sociedade sobre seus membros, através de um trabalho de ensino aprendizagem de formas de sentimento, pensamento e ação (...), o sujeito transformado em pessoa é ele mesmo uma expressão individualizada da estrutura de símbolos do mundo social em que vive (1986, p. 15).

Nesse sentido, os estudos sobre as identidades projetam-se sobre duas perspectivas: a identidade individual e as identidades coletivas. A primeira delas, é resultado de estudos que partem da Antropologia e da Psicologia, mais especificamente a Psicanálise.

Brandão nos mostra que:

entre psicólogos clínicos e psicanalistas, identidade pode ser um conceito que explique, por exemplo, o sentimento pessoal e de consciência da posse de um eu, de uma realidade individual que a cada de um de nós nos torna, diante de outros eus, um sujeito único e que é, ao mesmo tempo, o reconhecimento individual dessa exclusividade (1986, p.37).

Ao mesmo tempo, essa primeira interpretação nos traz um aspecto importante da formação de identidades: a relação com o outro e, mais especificamente, com a visão que o outro tem (ou percebo, ou mesmo imagino que tenha) de mim (ou de nós, no caso do coletivo). Contribuem nesse sentido as descobertas de Freud, sobre o inconsciente, e a construção da identidade a partir de projeções relacionais.

⁴⁶ Haesbaert (1999) denominou esse processo como “um movimento, (...) uma identificação em curso”.

E também do ponto de vista sociológico podemos buscar respostas nessa interação entre os sujeitos, pois se ela influencia a construção do plano individual, igualmente a identidade coletiva se forma dessa maneira. Claval (1999b) afirma: “a identidade é construída a partir do olhar do outro; (...) é o olhar que os outros têm de você que o define” (p.13-4).

Aqui, ao iniciarmos a análise das identidades coletivas, é importante abrirmos um breve parêntesis para colocarmos um questionamento fundamental para responder à uma das mais freqüentes críticas à abordagem identitária, que vem justamente atacar a possibilidade de existência de uma identidade coletiva. É verdade que etimologicamente o termo identidade significa a qualidade do “idêntico”, que por sua vez remete ao “perfeitamente igual”. Do ponto de vista de definição do sujeito, o termo passa a significar “os caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa”. Dessa maneira, buscando nas próprias raízes da terminologia aplicada, reforça-se um questionamento: é possível considerarmos a existência de características de perfeita igualdade numa coletividade formada por sujeitos dotados cada um de sua identidade específica e particular, que como visto anteriormente, o diferencia e singulariza em relação aos demais?

Nossa argumentação parte, inicialmente, dessa mesma abordagem etimológica. Pois o verbo identificar, que tem sua definição primeira como sendo o “ato de tornar idêntico”, tem entre suas definições a de “perceber a afinidade própria com pessoa ou grupo”, o que nos remete a características que aproximam o indivíduo de uma coletividade. E, a partir dessa aproximação, a formação de uma identidade coletiva permite a esse grupo se conhecer, se definir, em relação a si próprios e aos outros. Le Bossé afirma que:

entendendo a identidade como similaridade, a identificação consiste em se assemelhar a qualquer coisa ou a qualquer um e se traduz, principalmente, tanto para o indivíduo como para o grupo, por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e de coesão sociais (2004, p.161).

A identidade coletiva nasce dessa aproximação que percebemos quando um ou mais dentre o conjunto de aspectos que conformam minha identidade individual são comuns a outros indivíduos. Este ato é decorrente da interação sociológica. Tão maior e mais abrangente for o fator ou conjunto de fatores de identificação, maior será a abrangência da identidade coletiva que dele(s) se origina. Tão mais perceptíveis, mais reais, sejam esses fatores para os indivíduos dessa coletividade, tão maior será a intensidade com que essa identidade coletiva se manifestará.

É importante destacar, mais uma vez lembrando a crítica ao “igual” pressuposto no conceito de identidade, que esta muitas vezes se cria a partir da manifestação da alteridade. É no processo de nos percebermos diferentes de algo que passamos a nos perceber iguais. A definição de “quem somos nós” é inegavelmente construída na relação com um referencial: “quem são eles?”. E, por fim, cabe ressaltar que, da mesma forma que anteriormente apontado em relação à construção da identidade individual, também a identidade coletiva se constrói a partir da relação apontada por Hall (2005) como *lacaniana*: se a formação do “eu” se dá, também, através do olhar do outro, é também verdade que a visão *deles* sobre *nós* influencia na construção de *nostra* identidade coletiva.

A classificação proposta por Hall propõe, por fim, a noção da identidade do sujeito pós-moderno. Valendo-se da noção de que a pós-modernidade amplia fluxos, deslocamentos e deslocalizações, levando a uma alteração da percepção de tempo e espaço, e criando uma nova ambientação das relações sociológicas, a identidade do sujeito sociológico, seja ela individual ou coletiva, se tornaria fragmentária, fluida, em constante re-construção. Relacionando-se diretamente com os fluxos ligados ao processo de globalização, a identidade pós-moderna vê um sujeito fragmentado, que se reconstrói em identidades que rompem com a fixidez e a estabilidade.

É um conceito interpretado tanto por um viés positivo, compreendendo esses fluxos como criadores de novas identidades, dinâmicas, cheias de opções, experiências, cosmopolita, como também por um viés negativo, o da intrusão, o da ameaça, o da perda da identidade frente a processos homogeneizantes. Não serão exatamente os temas analisados neste trabalho, mas são temas atuais e importantes a serem debatidos.

Aqui estaremos trabalhando com a construção de identidades coletivas onde quesitos como etnia se fazem presentes, e ainda que possam ser considerados os possíveis efeitos da globalização sobre estas, fatores internos (e externos) causadores da exclusão social, têm maior impacto.

Identidade Étnicas

A questão étnica é um importante fator de construção de identidades. Levando-se em conta as sociedades nas quais este fator tenha uma presença estatisticamente pronunciada (como no caso boliviano) é um fator que deve ser obrigatoriamente considerado. Pois ali é inegável que, ao mesmo tempo em que há uma estratificação social (de base econômica), também existe, concomitantemente, uma estratificação cultural de cunho étnico. O modelo dominante (e imposto) é europeu; portanto, aqueles grupos que não se enquadram nesse perfil, ou devem procurar fazê-lo (como se isso fosse possível)⁴⁷, ou devem aceitar a condição de exclusão.

A defesa de uma identidade baseada na etnia está relacionada à “condição social de existência de certos grupos humanos” (BRANDÃO, 1986, p.157), que, vivendo sistemas sociais marcados por relações de desigualdade, têm, no reconhecimento de sua diferença, a forma de encontrar o seu lugar naquele mundo.

⁴⁷ Brandão (1986), em relação à questão indígena, fala em tornar-se “brancos de segunda classe”.

Estes grupos remontam a laços enraizados num passado distante: compartilham formas de organização sócio-territoriais, possuem um sistema de códigos culturais próprio, e quase sempre o fazem através da associação a um espaço físico, que é tanto parte desse conjunto de peculiaridades, como um requisito para preservá-las. E mesmo aqueles que por ventura se afastarem desse território, ou até mesmo do próprio grupo, permanecem ligados a ele. É verdade que, em muitos casos há a negação da identidade étnica, (na maioria das vezes relacionada à forma depreciativa com que essa é vista pelos grupos dominantes), mas mesmo assim é possível pensá-la como um valor adormecido, passível de ser retomado, na qualidade de um valor de resistência.

E, na verdade, é assim que devemos considerar a estratégia de retomada de identidades étnicas: como resistência⁴⁸. Pois elas implicam na retomada de um conjunto de significados, de impor sobre uma normalidade (mal) construída a marca da diferença, tornando-a visível. Elas fazem parte de um recurso estratégico, pois são formas de fortalecimento desses grupos em relação às suas reivindicações (em sua maioria políticas, pois dirigidas ao Estado). É o que afirma Brandão (1986): “onde quer que situações concretas o exijam, ela, identidade étnica, é construída” (p.155).

A identidade étnica toma a etnia como fator criador de identidade. Ela é um “recurso simbólico de tradução, para eles próprios e para o ‘outro’, de quem são e por quê”. (BRANDÃO: 1986, p. 157).

Identidades Nacionais

Igualmente o nacionalismo é um processo socialmente construído de identificação, com a diferença, neste caso, de que ela se associa (ou quer associar-se) à figura de um Estado (-Nação). Quando Anderson (1989) nos fala em “comunidades imaginadas”

⁴⁸ Guibernau afirma que o reavivamento das reivindicações étnicas se dá exatamente pela carência de identificação com o local - a exclusão (1997).

ênfatiza esse caráter de construção social, vinculada a um projeto. O nacionalismo, como ferramenta, está presente na formação de Estados-nacionais independentes, no rompimento de laços coloniais⁴⁹.

A nação, como grupo humano, se preconiza valores semelhantes aos presentes em outras formas de construção identitária, em especial às baseadas na etnia. São grupos que se afirmam membros de uma comunidade com uma cultura comum que os diferencia de outros grupos, um território demarcado que explicita a fixação desse grupo no espaço, um passado comum indicando a necessária continuidade no tempo, e projetos para o futuro, o que inclui, no caso da relação do nacionalismo com o Estado, o direito a governar-se.

Guibernau (1997) define dois modos de criação da identidade nacional. Um, aquele que deve ser engendrado pelo Estado, no sentido de homogeneizar a população e criar um sentimento de fidelidade à entidade representada por ele, o Estado-Nação; o outro, o daqueles grupos que se reconhecem como nações sem estado: afirmam possuir as características anteriormente mencionadas, e as defendem para refutar/rejeitar o “Estado alheio” em que estão inseridos.

Aquilo que podemos definir como Estados sem nação são, na maioria dos casos, aqueles em que a imposição da figura Estatal se dá sobre espaços territoriais multiculturais/multiétnicos, onde a nova institucionalidade foi ineficiente em desvincular as estruturas de lealdade anteriormente existentes, cooptando-as ao novo Estado. Ao mesmo tempo:

A ausência de uma sociedade civil coerente revela-se um dos maiores obstáculos na garantia de estabilidade do Estado nacional. A distância entre a formação do aparelho do Estado e uma população habitualmente excluída, dominada por poderosos laços étnicos e formas de vida tradicionais, ilustra a distância existente entre os cidadãos do mesmo Estado (GUIBERNAU: 1997, p. 129).

⁴⁹ Também em guerras, genocídios, e outros eventos menos nobres.

Em suma, pode-se apontar a falta de coesão nacional como decorrente do fracasso do Estado, em vários âmbitos. Socialmente excludente, privilegia determinadas estruturas étnicas e sociais frente à outras, que visando eliminar as diferenças via homogeneização, uma homogeneização incompleta na maioria dos casos, principalmente a partir do momento em que impõe um determinado caráter de capital sobre a etnicidade/nacionalidade. Já no plano administrativo, fracassa em alcançar o desenvolvimento, e com isso agrava a condição de exclusão vivida pelas “minorias”, o que faz surgir identidades nacionais que se contrapõem a esse Estado – as nações sem Estado.

Procura da identidade: questão da relação do indivíduo com a sociedade como um todo. Evidente no plano individual através da necessidade de pertencer a uma comunidade. A nação representa uma dessas comunidades: a identidade nacional é seu produto.

Território

Segundo Souza (1995) “território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza: 1995, p.78). Assim, todo e qualquer espaço físico sobre o qual se projetam relações de poder torna-se um território. Um território só recebe esta denominação quando sobre ele se estabelecem relações de apropriação: é o espaço apropriado. Raffestin (1993), ao referir-se a essa “apropriação”, o faz a partir do conceito de territorialização, essencial para a compreensão da diferença entre espaço e território, e a relação entre ambos:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território, o território se forma a partir do espaço, é o resultado da ação de um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...), o ator ‘territorializa’ o espaço (p.143).

Haesbaert define a territorialização como “as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico” (2004: p. 339). Assim, dessas primeiras definições, podemos deduzir que territórios, ao serem concebidos, estão (a) vinculados à realização de objetivos, e são (b) os resultados de processos sociais.

A vinculação à realização de um objetivo, de um projeto, nos remete ao que Raffestin (1993) se refere como “a imagem desejada de um território, de um local de relações”. Apropriar-se de um espaço, demarcá-lo, estabelecer sobre ele um padrão de relações e de usufruto, são atos decorrentes de vontade. É necessário nos remetermos às primeiras apropriações, ou, em outras palavras, à “invenção do território”, como coloca Heidrich (2000):

A diferenciação do espaço em âmbito histórico tem início a partir de sua delimitação, quer dizer: por sua apropriação como território, em parte determinada pela necessidade de domínio e posse de recursos naturais – para a conquista das condições de sobrevivência – e, por outra parte, por sua ocupação física como habitat (p.24).

Estando, da mesma forma, vinculadas a processos sociais, as formas de territorializar o espaço podem ser distintas: pode existir uma diversidade de atores que estabelecem essa relação, proclamando-se “proprietários” de um determinado território, assim como uma diversidade de maneiras pelas quais essa apropriação se dá. Isso, de alguma forma, diferencia os territórios entre si, ou, ao menos, cria a possibilidade de diferentes concepções.

Haesbaert (2004) sintetiza as diferentes conceituações existentes sobre o território naquilo que ele define como as “três vertentes básicas das várias noções de território” (as quais preferimos interpretar como as diferentes formas de apropriação do espaço, ou de sua territorialização):

Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico política (relativa também a todas as relações espaço poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão 'territorial' do trabalho, por exemplo (HAESBAERT: 2004, p.40).

Em Geografia, a concepção política de território foi por longo tempo a mais tradicionalmente utilizada, estando relacionada à figura do território estatal. Um Estado é, de alguma forma, “proprietário” de seu território, propriedade que exerce sobre os fenômenos físicos (recursos naturais) e os decorrentes das ações da sociedade (infra-estrutura), decorrentes, por sua vez, das relações da sociedade e modos de produção ali existentes (SPOSITO: 2004). O território estatal é, portanto, o espaço sobre o qual projeta-se e onde é válida a autoridade daquele Estado central, sobre o qual se reconhecem fronteiras e limites demarcados, fixos no espaço e no tempo. É dentro desse espaço delimitado que o Estado adquire existência material, fundamental para sua ação, existência e legitimidade. Muitas correntes dentro da Geografia defendem uma abordagem que vincula de forma exclusiva o conceito de território ao Estado, e foram defensoras de uma interpretação que vinculava este território e a sua defesa e/ou expansão com a vitalidade da vigência do Estado.

A delimitação de um território estatal expõe a questão do estabelecimento de relações de poder. Não só falamos aí do poder reconhecido ao Estado dentro daqueles limites territoriais estabelecidos, mas pensando no sentido de que a própria delimitação desses limites também se deve, em muitas ou na maioria das vezes, a um jogo de poderes entre diferentes atores, nesse caso, diferentes Estados. A disputa entre dois estados vizinhos pelo controle sobre áreas limítrofes, a conquista e incorporação de territórios através de guerras, as negociações para a definição de limites internacionais, são momentos e circunstâncias nas

quais diferentes formas de poder se enfrentam para a imposição de suas lógicas e interesses particulares.

Mas essa não é a única forma pela qual se pode estabelecer uma apropriação e uma relação de poder sobre um determinado espaço. Não só é possível que determinados espaços sejam territórios sem que sobre eles se exerça qualquer autoridade estatal (desmistificando assim a exclusividade do território-estatal), assim como não é exclusivamente o Estado a única entidade que projeta uma relação de apropriação sobre o espaço.

Em relação ao primeiro caso, devemos admitir que são cada vez mais raros, se é que ainda existem, espaços sobre os quais nenhum estado proclamou soberania, territorializando-os. Desde a partilha da África, no final do século XIX, nenhuma extensão substancial da superfície terrestre não foi ainda consistentemente mapeada para que sobre ela fossem estendidos os interesses de grandes potências, ou mesmo de algum Estado. O caso do continente Antártico, mantido sob um status internacional mediante o Tratado Antártico de 1959, pode ser apontado como a única exceção, mas mesmo ele, com o estabelecimento de status diferenciados para as nações signatárias, com a clara possibilidade de aumento em poder e influência a partir da participação na comunidade científica ali presente, não permite a ilusão de que estaríamos frente a um espaço não-territorializado. Além disso, as declarações de soberania por parte de Chile e Argentina sobre frações do continente antártico, alegando a projeção de seus mares territoriais, também não deixam dúvidas sobre a importância das relações de poder no continente gelado.

Mais comum quando se fala nas relações de poder do Estado sobre o espaço é a questão de frações de território não atingidas pela autoridade do Estado, não incorporadas à vida política do Estado, e sobre as quais outras formas de práticas sociais e territoriais, de autoridade e, conseqüentemente, de poder, se estabelecem. Podemos falar, por exemplo, de regiões de difícil acesso, onde as instituições que representariam a autoridade do Estado não conseguem chegar, e nas quais grupos e comunidades, vivendo formas autônomas de

organização, estabelecem relações de poder, entre si e sobre o espaço, que ignoram a autoridade estatal que estaria projetada sobre eles. Mudanças nesse perfil levariam ao estabelecimento de conflitos. Uma área isolada do Alasca, por exemplo, que jamais tenha despertado qualquer espécie de interesse para as autoridades nacionais dos Estados Unidos, permitiria a permanência de comunidades autóctones que se perceberiam como as soberanas daquele território. A eventual descoberta de petróleo na região estabeleceria o conflito: a institucionalidade estatal se projetaria naquele espaço, e as duas formas distintas de poder se veriam confrontadas. É possível pensar exemplos para populações nômades no interior do continente africano, ou no Oriente Médio. A atual ocupação militar vigente no Afeganistão apóia a existência de um governo que não exerce mais poder do que além dos limites palacianos; no interior do país, traficantes de ópio e comunidades conservadoras exercem a verdadeira soberania territorial.

A impossibilidade de o Estado exercer a real soberania sobre frações do território ao qual, supostamente, lhe caberia esse direito, pode ser atribuída a diversas razões. Já mencionamos a impossibilidade física: o espaço impõe dificuldades, a aparente falta de interesse justifica e, assim, abandonam-se determinadas regiões à própria sorte (ou, mais especificamente, à sorte das comunidades ali existentes). Outra razão pode ser a de que o próprio poder realmente existente imponha essas dificuldades para a extensão do poder estatal. O caso afegão, mencionado acima, ilustra essa possibilidade: as tropas leais ao Estado não se atrevem além de limites seguros.

Mas pode haver, igualmente, casos nos quais seja o Estado quem não tem interesse em projetar-se sobre determinadas regiões (salvo, como anteriormente mencionado no exemplo do Alasca, o aparecimento de uma causa justificante). Regiões nas quais não se vislumbrem explorações lucrativas, em cujas extensões habitem comunidades que, sob a ótica desse Estado, trazem mais vantagens quando permanentemente esquecidas do que quando incluídas, configuram regiões nas quais o Estado “pode querer *não estar*”. Essas regiões, quando habitadas por comunidades numerosas, fatalmente irão desenvolver formas autônomas de soberania e de apropriação do espaço, necessárias à sua organização e sobrevivência. São espaços autônomos dentro do espaço maior controlado pelo Estado.

Estabelece-se assim uma multiplicidade territorial, ou multiterritorialidade: um mesmo espaço é territorializado, ao mesmo tempo, por dois atores diferentes e de duas formas diferentes, ainda que apenas uma das duas formas de apropriação seja a realmente vigente.

Nessa contextualização de diferentes abordagens, é possível identificar que determinados espaços acabam desenvolvendo relações territoriais específicas, configurando-se como territórios dentro do território. O Estado e o território estatal, dominantes, acabam assistindo à existência de multiplicidades de territórios em seu interior. Esta multiterritorialidade é, provavelmente, conflituosa, e estes conflitos podem ganhar contornos expressivos.

Quando determinado espaço, já configurado como território sob determinada relação de apropriação, é inserido numa outra escala de poder e de relações, uma nova territorialidade se projeta sobre ele, criando o conflito. Um território autônomo, que passe a fazer parte do território de determinado Estado, será forçado a adaptar-se a esta nova territorialidade.

Ainda assim, resulta praticamente impossível que um determinado território que exista dentro dos limites de um território estatal, não seja influenciado pelas determinações desse Estado, mesmo quando não é atingido diretamente pela institucionalidade estatal e por sua influência direta (o que, na maioria das vezes em que ocorre, é resultado de uma política intencional). A passagem de um gasoduto ou oleoduto por uma determinada região, ou a presença de redes de eletricidade, não implicam a presença permanente de pessoal, mas sua simples presença indica a existência de uma

institucionalidade maior a pleitear a soberania sobre aquele espaço, e pode ser a deflagradora do conflito⁵⁰.

Permanecemos até aqui vinculados à questão estatal, e ao estabelecimento de relações de soberania e poder vinculados à posse direta, ao direito de propriedade. Outras formas de definir-se relações de soberania são possíveis, ou seja, outras formas de declarar um determinado espaço como seu. Essas formas relacionam-se principalmente a outro tipo de atores, não mais o Estado, ainda que este possa fazer uso e beneficiar-se dessas formas de apropriação. A referência aqui se dá especificamente quanto à questão simbólico-cultural, mediante a qual um determinado ator defende sua soberania sobre um espaço específico baseado em argumentação muitas vezes subjetiva, relacionada a aspectos da identidade daquele ator (um grupo, comunidade, etnia, nação) como a etnia, a cultura e/ou a religião.

A continuidade no tempo da existência de determinado grupo vinculada a um espaço específico, a continuidade das gerações prolongando essa relação, faz com que haja um sentimento crescente de pertencimento, de propriedade, o espaço sendo visto como parte essencial da existência daquele grupo. Esse sentimento de pertença tem suas raízes tanto na questão material direta, uma vez que o espaço é o substrato direto para a existência, base da moradia e fonte dos recursos, quanto na questão simbólica, através de uma relação de afetividade que se desenvolve entre as comunidades e o espaço sobre o qual mantiveram sua existência. A vinculação da recordação de momentos afetivos com aspectos físicos específicos do espaço faz com que este seja visto como elemento essencial dessa memória. O nascimento de um personagem mítico às margens de um determinado rio, uma batalha histórica vencida nas encostas de uma determinada montanha, são elementos que podem criar essa amálgama entre o afetivo e o material na subjetividade emotiva do grupo.

⁵⁰ Gotmann (1973) já apontava que, com a crescente automação, nem todos os meios de soberania territorial necessitariam a presença humana; surgiram meios indiretos, mas que não estariam separados de uma vontade e um objetivo humanos.

Muitas vezes, os Estados, na idéia de criar um sentimento de pertencimento na população que vive dentro de seus limites geográficos, utilizam-se desses elementos de identificação. A bandeira do Líbano, por exemplo, traz a imagem de um Cedro, árvore que dominava as montanhas da região, e que hoje é assumida como símbolo do Líbano independente, por suas pressupostas características de força e de imortalidade. O território libanês é o território dos cedros; o Líbano, e os libaneses, têm no cedro mais do que uma árvore: têm um símbolo. Sentir-se libanês é de alguma forma guardar uma relação positiva com o cedro, que seja simplesmente a identificação emocional com o símbolo, quando o vêem.

A religião oferece formas de apropriação de um território, de maneiras diversas. Uma religião que supostamente “nasce” em determinado lugar cria nos seus seguidores o sentimento de que aquele lugar pertence àquela religião, e em última instância, a seus seguidores. O território da religião oferece uma perspectiva interessante pois pode ser composto de locais descontínuos, mas que possuam uma interconexão num plano abstrato. Os lugares sagrados de uma religião formam assim um território, e já houve casos em que a ligação profunda entre Estado e religião propôs a transmutação da soberania religiosa a uma soberania política-estatal, que se materializasse na conquista efetiva do poder político sobre territórios sagrados em mãos de outrem, tal como no episódio das Cruzadas.

Religiões baseadas numa interpretação de aspectos da natureza, que venerem elementos naturais e os associem a divindades também são formas de estabelecer a relação territorial com um determinado espaço. A posse é exercida pelo grupo: o espaço transforma-se na morada dos deuses, numa entidade cósmica que é fonte de vida. A manutenção do território é a manutenção de aspectos vitais da religião, e com eles, de aspectos vitais da vida em si. A proximidade entre religião e Estado também conflui para uma interpretação política do território. Por exemplo, no caso do estado de Israel, razões religiosas são apontadas para a ligação milenar das populações judaicas com o território em que viria a se formar o Estado de Israel. A própria menção constante feita pelos judeus na diáspora à possibilidade de retorno “ao lar” (“o próximo ano em Israel”) é fator fundamental para a compreensão do êxito do

projeto, e justifica ainda mais o vigor com que esse território é defendido por aqueles que a ele se sentem pertencentes.

Territorialidade

Mais uma vez, é em Souza (1995) que buscamos uma definição concisa para um dos conceitos em que se baseia este trabalho: a territorialidade. Segundo o autor, “a territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, (...) relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (Souza: 1995, p.99).

Portanto, o que faz de um espaço um território, aquilo que o territorializa, é uma relação de apropriação chamada territorialidade. Em relação ao conceito apresentado, discordamos do autor apenas quando este afirma de que trata-se de algo “extremamente abstrato”: no nosso entender, a territorialidade é um conjunto que abarca tanto as relações objetivas quanto as subjetivas entre o ator e o território, e várias dessas se apresentam como relações materializadas, portanto concretas.

A territorialidade é o que exprime a forma de apropriação, de domínio e de poder exercidos sobre o espaço. Pensando-se o território como a base sobre a qual se constroem os sistemas sociais, ao definir as formas de relação com o espaço, ela também define a própria relação social e os diferentes níveis de acesso a este território:

A relação com o território é uma relação que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros. A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Toda produção do sistema social determina ou condiciona uma consumação deste. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as

relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder (RAFFESTIN: 1993, p. 161-2).

O conceito de territorialidade é, assim, abrangente. No que diz respeito às escalas, pode-se falar em territorialidades referentes às diferentes escalas de relação daquele território. Mais especificamente, podemos pensar em um território como fazendo parte de diferentes territorialidades, sejam elas globais, regionais, locais. Havendo também, como discorremos anteriormente, diferentes formas de apropriação do espaço, existem, concomitantemente, diferentes formas de territorialidades, que abrangem todos os instrumentos necessários ao estabelecimento dessa apropriação, sejam eles materializados ou não⁵¹.

Assim, no caso do território estatal, são exemplos da territorialidade do Estado a presença de instituições vinculadas a ele que exerçam, através da prática de um poder emanado por ele, a função de estabelecer essa relação de soberania. A sede do poder executivo, do congresso e/ou de ministérios, e suas representações dentro das divisões políticas de determinado Estado, são órgãos que materializam a territorialidade estatal. Através deles se exerce o poder fiscalizador do Estado sobre aquele espaço determinado. A presença deles é a marca de que aquele espaço está configurado como um território estatal. Da mesma forma, o fato de que esse controle estatal esteja estabelecido, pressupõe que os membros daquela comunidade estejam a ele submetidos, e respondam, em seu cotidiano, a um ordenamento gerado por esse Estado. Sack nos fala da territorialidade como a expressão geográfica primária do poder social.

As diferentes formas de apropriação utilizam-se de diferentes instrumentais, e esses instrumentais são elementos da territorialidade. A torre de um templo ornada com uma cruz indica que aquele espaço está sendo requisitado pela Igreja Católica, que o territorializa dentro de um mapa abstrato das regiões onde possui fiéis seguidores. Marcas mais ou menos

⁵¹ Sack (1986) fala de ações territoriais e não territoriais, para mostrar que a imposição de uma territorialidade sobre determinado espaço se faz também através de ações não materializadas, que expressam as relações de poder (“estratégias espaciais não-territoriais”).

perceptíveis, mas igualmente materializadas, são sinais claros de que existe uma relação de poder a se projetar sobre o espaço. Religiões autóctones muitas vezes utilizam-se de artifícios materiais quase imperceptíveis, como um conjunto de pedras sobrepostas, mas que lhes são suficientes para definir a relação com aquele espaço.

Vemos as relações de poder e o sistema de autoridades como também sendo aspectos da territorialidade, nesse caso, imateriais. A territorialidade estatal se configura através do sistema de governo utilizado pelo Estado para estabelecer sua soberania sobre o território. Dentro daquele espaço, supostamente, o Estado é a maior autoridade. Sua institucionalidade, vinculada, por exemplo, a um sistema democrático representativo, e operacionalizada no âmbito do cotidiano através da ação de instituições diversas, como os diferentes órgãos e respectivos sistemas de leis, é o que regulamenta e executa as ações do Estado nos diferentes âmbitos da vida cidadã.

O cotidiano é também um aspecto da territorialidade, mais especificamente, a sua face vivida. Talvez não percebamos, mas nosso movimentar diário é impregnado das territorialidades vigentes em nosso meio. Nossa relação com os demais, a nossa forma de obtenção de recursos, são todos exemplos de territorialidade. A minha relação com o território onde vivo, minha relação com seus recursos naturais, a minha forma de obtenção dos recursos que me são necessários, os meus deslocamentos – tudo implica numa interpretação da territorialidade. Sposito nos fala da territorialidade como pertinente ao mundo dos sentidos, e portanto da cultura, “das interações cuja referência básica é a pessoa e sua capacidade de se localizar e se deslocar” (2004, p.113).

A importância da referência às territorialidades se dá em razão de que elas são o meio através do qual o espaço e a sociedade estão inter-relacionados (SACK: 1986). Raffestin, em relação a um caso específico (a territorialidade siciliana), afirma que:

A análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço temporal. (...) Não é possível compreender essa territorialidade se não se considerar aquilo que a construiu, os lugares em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica. Há a parte interna da territorialidade, o núcleo denso, em certo sentido, e a parte externa, aquela imposta pelos atores não-sicilianos. A territorialidade siciliana é uma longa luta para preservar uma identidade, uma diferença, mas é uma luta esgotante contra o norte da Itália (RAFFESTIN: 1993, p.162).

Sendo assim, voltando a Sack (1986), vemos que “as funções cambiantes da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo” (p.5). As mudanças territoriais acontecem a partir do desenvolvimento de forças internas da sociedade, mas a maioria acaba sendo imposta por um regime invasor.

Porque, e aqui é importante destacar, a territorialidade é essencial ao ser humano. Quando falamos de territorialidade estamos mencionando os aspectos inerentes à manutenção da vida, seja em seus aspectos material, no sentido direto de recursos, seja nos aspectos simbólicos, da relação, da afetividade, da solidariedade, ou, como sintetiza Haesbaert (2004), o conjunto de mecanismos de fixação ao território. A construção de territorialidades implica na construção de estratégias de sobrevivência, de acesso aos recursos materiais e afetivos. Uma territorialidade estatal que não nos dá os recursos necessários, tem como consequência a adoção de uma estratégia, uma reação, uma ação propositiva de novas territorialidades que possam suprir e preencher os espaços não ocupados pelo Estado.

Onde o manejo dos recursos por parte da institucionalidade vigente não é capaz de suprir as necessidades do corpo populacional que ali vive, é porque a territorialidade que se impôs, vendo-a aqui como uma forma específica de manejo de recursos, de imposição de sistemas de regras, de correlação de forças, é ineficiente (intencionalmente ou não) em atingir essas camadas da população. A exclusão social é a face de uma territorialidade ineficaz. Como afirma Sack (1986), “uma má relação territorial (...) pode ocorrer quando acessos diferenciais através da territorialidade beneficiam aqueles exercendo a territorialidade às custas daqueles sendo controlados.”

Desterritorialização

Onde há a imposição de uma nova territorialidade sobre uma territorialidade pré-existente, ocorre um processo de desterritorialização. Se falamos anteriormente sobre a territorialidade como o conjunto de mecanismos de fixação de determinado indivíduo ou grupo a um território, a desterritorialização implica na perda desses mecanismos e de seus referenciais, na des-fixação em relação ao território.

Haesbaert (2004) fala em desterritorialização sob duas possibilidades: (a) pela mobilidade humana, ou (b) na i-mobilidade.

O primeiro caso nos remete a indivíduos ou grupos em movimento sobre o espaço, num fluir sobre territórios. Casos como os de grupos nômades, viajantes errantes (“vagabundos”), podem se enquadrar neste aspecto, mas, mais especificamente, queremos nos referir aqui ao caso dos grupos migrantes, e dentro destes, o daqueles que migram por causas econômicas, ou seja, os que são “expulsos” de seus lugares de origem em razão de situações de carência. Esse destaque é importante, pois como lembra o autor, em tempos de pós-modernidade, modos de produção e acumulação flexível, de diminuição dos tempos e das distâncias, surgem novos tipos de nomadismo, e mesmo de migrações que não se enquadram na situação sugerida. São profissionais que buscam novas oportunidades em locais distantes, incentivados por uma série de novas práticas e pela aparente fluidez das fronteiras em tempos de globalização.

Mas, em nosso caso, pensamos aqui sobre o indivíduo que tem na imigração sua aparente única saída. Este perde seus referenciais identitários e deverá reconstruí-los em sua nova localização, ou seja, deverá reterritorializar-se. De maneira frágil, buscará reconstruir seus referenciais, baseado numa amálgama de suas experiências anteriores com

as possibilidades que agora possuí, tentando romper com a insegurança da ausência de seus mecanismos de fixação.

A desterritorialização acontece na i-mobilidade quando (como já mencionado) há a imposição de uma nova territorialidade sobre um determinado espaço. Para aqueles que permanecem ali, há a necessidade de adaptação. Há a perda do referencial (desterritorialização) e a construção de um novo (re-teritorialização), quase sempre imposto, quase sempre contraditório, quase sempre conflituoso.

Identidade e Território

A construção de identidades necessita de referências de tempo e de espaço. As referências à continuidade no tempo, a menção a ícones do passado, dão à identidade a idéia de que esta vem atravessando estes diferentes momentos para, agora, projetar-se no futuro. Mas ela necessita, igualmente, de ancorar-se no espaço. Pois, assim como a identidade é um processo que responde ao indivíduo quem ele é (e quem são os outros de quem ele é diferente), para esse indivíduo, estar associado a um espaço por uma relação de territorialidade é também uma forma de ter respondidos seus questionamentos sobre sua posição no mundo:

Os homens têm necessidade, para dar um sentido à sua presença nesse mundo, de se assimilar a um território que é, para eles, um refúgio e um espaço onde se sentem protegidos, conhecidos e reconhecidos. (...) A territorialidade é um dos ingredientes essenciais das identidades (CLAVAL: 1999a, p.90).

É neste sentido que trabalhamos aqui com o conceito proposto por Haesbaert de Identidade Sócio-Territorial (já apresentado na introdução deste trabalho). Pois consideramos que a construção de identidades coletivas observadas em nosso estudo de caso possuem no território e nos processos a ele relacionados (territorialidade, desterritorialização,

re-territorialização) um ponto fundamental para sua análise e compreensão. Haesbert define essa relação (entre identidade e território):

Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá “tanto no campo das idéias quanto na da realidade concreta” (dimensão simbólica x dimensão concreta), o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (1999, p.172).

Como vimos anteriormente, tanto a construção de identidades quanto a territorialização do espaço, passam por processos similares, quando não comuns (os mesmos). A forma com que determinado grupo se relaciona com e percebe o seu território é, assim como na construção da percepção de si mesmos, impregnada dos aspectos relacionais e da visão do outro sobre o “eu”/”nós”/”meu”/”nosso” território. As relações sociais afetam e são afetadas por esta construção. É o que afirma Haesbaert ao definir o território como produto da identidade (sua existência é fruto das territorialidades que projeto sobre o espaço) e, também, produtor da identidade: “o território não é apenas um ‘ter’, (...), o território compõe também o ‘ser’ de cada grupo social” (HAESBAERT: 1999, p.185-6).

7 CONFLITO DE TERRITORIALIDADES

I - Estruturas de Organização Sócio-Política e Territorial no Espaço Andino

Como já foi dito, o domínio sobre um território se dá através da projeção sobre ele de relações de posse, sejam elas materiais ou simbólicas. Algumas dessas relações são estabelecidas através da instituição de estruturas organizacionais (para manejo e administração do território), do estabelecimento de sistemas de autoridades e de prestações de serviços, de denominações personalizadas aos sítios geográficos, de formas diferenciadas de aproveitamento dos recursos, etc. A territorialidade, como forma de relação e do estabelecimento dessa posse sobre o território, pressupõe o domínio material e simbólico, e se faz através das relações.

As diferentes formas de territorialidade projetadas sobre o espaço andino pelos grupos que o habitam estabelecem o conflito por serem portadores de diferentes características. A partir do momento em que houve a sucessão de formas de domínio sobre aquele espaço houve, conseqüentemente, a sucessão de territorialidades. Sendo assim, a sobrevivência, a manutenção de antigas territorialidades, implica na superposição destas no território, levando à condição da multiterritorialidade.

A multiterritorialidade é uma característica daquele espaço. Sua existência explicita o fato de que parte da população boliviana vive alheia à administração estatal (entendendo-a como forma de apropriação do espaço que o vincula ao Estado nacional boliviano), e presta contas a organizações que lhe respondem aos anseios mais diretos.

Para que possamos dar prosseguimento a esta compreensão das diferentes territorialidades já vividas naquele espaço, caracterizaremos, a seguir, as diferentes territorialidades projetadas sobre o mundo andino.

I.a - Territorialidade Originária

Em primeiro lugar, para que se possa compreender as formas de organização andinas e o manejo territorial executado pelos grupos que habitam aquele espaço, é preciso, partir de dois conceitos que são fundamentais ao espaço andino: a dualidade e a complementaridade. Ambos são conceitos inter-relacionados, numa mútua relação de influências.

Complementaridade: Sistemas de complementaridade eram praticados pelas populações dos diferentes domínios ecológicos, num sistema maior de integração que seria incorporado às práticas incaicas. Essa complementaridade, baseada principalmente num regime de trocas não-mercantis de produtos provenientes de regiões distintas (em sua localização e em suas características ecológicas) seria a base da formação e da organização sócio-territorial das populações que se estabeleceriam, posteriormente, no espaço andino. A complementaridade se dava entre grupos que habitavam a cordilheira e grupos das faixas litorâneas, que através de um sistema de trocas podiam abastecer-se de recursos produzidos ou cultivados alhures, e assim atingir um nível satisfatório de auto-abastecimento. A ligação entre cordilheira e litoral através de primitivos sistemas de estradas já evidenciava essa compreensão, e os grupos que atingiram dimensões imperiais exerceram controle direto sobre esses caminhos e sobre as diferentes possibilidades de cultivos e manejo de recursos oferecidas ao longo dessas possessões.

Dualidade: É uma compreensão derivada da anterior. A ocupação territorial andina pressupunha a utilização de áreas para o cultivo agrícola e áreas para o pastoreio, e o aproveitamento máximo das possibilidades de utilização das terras, visando garantir a

sustentabilidade da comunidade. Assim, a compreensão da necessidade de complementaridade entre diferentes espaços se transforma em compreensão da dualidade, a necessidade de formação de uma estrutura dual para consolidação do espaço. Assim, no espaço andino, compreende-se a relação dual e complementar entre as terras baixas, que permitem o cultivo agrícola, e as terras altas, impróprias para a agricultura, mas próprias para o pastoreio andino (camelídeos).

Esse conceito se reflete na compreensão que o homem andino faz sobre a sua própria existência. Em primeiro lugar, porque a própria existência humana é fruto de uma relação dual: homem e mulher (*chacha-warmi*) são essenciais à reprodução. A vida é, portanto, fruto de uma relação dual. A percepção sobre o significado da vida também se dá de forma dual: a existência não é só matéria, mas é também espírito, ou seja, a vida é dual. O homem, ser material e espiritual, vê-se projetado na natureza. E esta, por sua vez, é compreendida como a provedora da vida (material) e do espírito.

As divindades da natureza também expressam essa relação dual de união do masculino e do feminino. De um lado, a *Pacha Mama*, ou mãe-terra, representa as terras baixas, que fornecem o recurso material, terras férteis e que dão vida (o recurso agrícola). De outro lado, as montanhas, *Achachilas*, assim como o homem são inférteis (para a agricultura), mas são a morada dos espíritos, e representam, na cosmovisão indígena, a sua espiritualidade.

Essa estrutura, dual e complementar, se fará presente em toda a organização das comunidades originárias andinas, a começar pela sua forma de organização territorial, mas igualmente influenciando os aspectos sociais e políticos daquelas comunidades.

Ayllu: Forma de organização territorial sobre a qual estava assentado o espaço andino quando da chegada dos espanhóis⁵². Um *ayllu* é uma forma de divisão administrativa do território sobre a qual correspondem formas específicas de relações sociais e políticas, todas essas claramente marcadas pela compreensão da dualidade e da complementaridade como esferas essenciais da organização da vida naquele espaço. O *ayllu* tem origem na célula familiar, e muitas das relações que dentro dele se estabelecem guardam semelhanças com relações familiares.

Como divisão territorial, um *ayllu* é um espaço que deve abranger zonas de diferentes domínios ecológicos, uma vez que a relação de complementaridade é essencial aos povos andinos. Assim, um *ayllu* corresponde a porções do espaço andino não necessariamente contíguas, mas que na lógica daqueles povos são necessárias à manutenção da subsistência, conformando aquilo que Prada (2000) define como o “grande arquipélago territorial andino”.

Todo *ayllu* é, assim, composto de duas parcialidades: *Aransaya* (a parcialidade de cima, hierarquicamente maior e que representa o homem) e *Urinsaya* (a parcialidade de baixo, que é o complemento e simboliza a mulher). As duas parcialidades se complementam dando origem à vida, e à energia provinda da natureza, já que tudo nasce de pares⁵³. Essa “fragmentação” do território do *ayllu* tinha como objetivo a que todas as comunidades tivessem acesso aos diferentes domínios ecológicos, podendo assim realizar todos os cultivos necessários ao abastecimento da comunidade, em especial o cultivo do milho, base alimentar das populações andinas (Choque: 2003).

Cabe aqui destacar o fato (já mencionado), de que o *ayllu* não é necessariamente um território contínuo. Suas parcialidades não necessariamente perfazem

⁵² Segundo o CONAMAQ, o *ayllu* é o “sistema de organização social praticado pelos aymaras e quechuas. É um coletivo de pessoas unido em torno à identidade indígena originária. É um conjunto de comunidades sob o habitat dos usos e costumes. (...) O *ayllu* é inseparável na estrutura” (CONAMAQ: 2004, p.23).

⁵³ “O dual não está somente limitado ao caráter social, senão que se estende à mesma cosmologia andina. (Tudo é par neste mundo). Nos pensamentos aymara e quechua, um é fração de dois, posto que não existe a percepção de que a qualidade é a unidade, senão a alteridade. Por isso o conceito de dualidade se acha expressado sob a forma complementaridade e/ou equilíbrio”. (Ticona: 2003, p.142).

uma mancha única sobre o espaço, motivo pelo qual a organização espacial andina tem uma difícil adaptação em relação aos padrões cartesianos trazidos pelos espanhóis. A lógica espacial do colonizador acabaria, inevitavelmente, rompendo com a lógica vivida pelas comunidades andinas.

Segundo Choque e Mamani (2003) entre as características indelévels de um ayllu estão (a) o reconhecimento de que toda propriedade é coletiva, sendo, em última instância, correspondente ao ayllu⁵⁴; e (b) a origem do ayllu está enraizada no mais remoto passado pré-hispânico, tendo, portanto, continuação histórica com as sociedades anteriores à invasão, e sendo, assim, a “*jatha*: a semente de onde germinou a civilização e as estruturas políticas andinas como o *Tawantinsuyu*” (p.152).

Segundo os mesmos autores:

O *ayllu* em todo o espaço andino é parte fundamental dos povos aymara, quechua e urus, e constitui um dos símbolos da identidade étnica. No processo de reconstituição é o eixo que articula a consciência dos povos indígenas dos Andes, e se propõe como a via mais possível de descolonização externa e interna. A recuperação de valores e costumes das autoridades e da população em geral são parte do processo de reafirmação e consolidação da identidade como povos. Para o externo, o ayllu se constitui na garantia de defesa do território indígena. Assim volta a constituir-se numa forma muito própria de ocupação territorial, que busca a posse de uma diversidade de solos, climas e níveis de altitude, para satisfazer suas necessidades (Choque e Mamani: 2003, p.156-7).

Markas e Suyus: A organização dos *ayllus* em regiões formava as *markas*.

Segundo a CONAMAQ:

Marka é um conjunto de *ayllus* em uma localização geográfica determinada, mantendo e fortalecendo a identidade originária. (...) A *marka* é uma unidade

⁵⁴ Darcy Ribeiro se referia aos ayllus como “comunidades locais, (...), compostos por amplas parentelas, altamente homogêneas e solidárias” (Ribeiro: 1977, p.155).

política, territorial, ritual e com seu próprio governo tradicional com autonomia relativa, é a unidade mais importante da nação originária (CONAMAQ: 2004, P.23).

A reunião das *markas aymaras*, concentradas nas regiões no entorno do Lago Titicaca, formava um entre os quatro setores regionais nos quais se dividia a organização regional do Império Inca, os *suyus*, de onde temos o nome da região, *Qollasuyu*, e a expressão pela qual os habitantes da região se auto-referenciam, os *qollas*. O Império Inca, representando a união dos quatro *suyus* no qual estava dividido, era chamado de *Tawantinsuyu*.

Sistemas de autoridade: O sistema de autoridades do *ayllu* e de seus coletivos regionais, também se baseia nas relações de aprendizado com as noções de dualidade e de complementaridade, essa última entendida aqui em seu aspecto de rotação entre os diferentes pisos ecológicos, no sentido, tanto, de promover um abastecimento que seja diverso, quanto de não depositar toda a dependência sobre uma única região. Ao observarmos o sistema originário de autoridades, vemos como esses conceitos se fazem presentes em todos os aspectos.

Em primeiro lugar, pela relação *Chacha-W'armi*. Segundo a CONAMAQ, estes são “termos utilizados para se referir à dualidade homem-mulher, mulher-homem, no sentido da horizontalidade no desempenho de suas ações. Ambos têm as mesmas atribuições no interior de um Conselho de Governo de uma *marka* ou de um *suyu*”. (CONAMAQ: 2003, p.24). Ou seja: todo o sistema de autoridades é formado por pares; a cada autoridade masculina corresponde uma autoridade feminina, desempenhada pela esposa. (O casamento é condição necessária ao desempenho dessas atividades, e momento a partir do qual a pessoa ganha direito a uma parcela própria dentro dos limites do *ayllu*).

A autoridade máxima de um *ayllu* é o *Jilakata* (irmão mais velho), exercida em conjunto com sua *Mama T'alla*. A autoridade máxima de uma *marka* é o *Mallku*⁵⁵, em conjunto com sua *Mama T'alla*. Já a autoridade máxima de um *suyu* é o *Apu Mallku* (o prefixo *apu* significa divino), junto à sua *Apu Mama T'alla*⁵⁶.

O objetivo dessa forma de divisão de autoridades é que a execução do poder não seja individualizada, mas compartilhada por marido e mulher, para que as decisões sejam fruto de diálogo e não atos individuais. Da mesma forma, esse conceito se reflete nas demais instâncias da vida indígena. A autoridade é exercida em caráter rotativo, para que as duas parcialidades (*aransaya* e *urinsaya*) sejam contempladas, ou seja, que de todas as parcialidades do *ayllu* (e da *marka*) sejam consagradas, periodicamente, autoridades máximas, e, assim, não haja concentração de poder. Essa lógica também se projeta na relação entre os *ayllus* e as *markas*, pela qual todos os *ayllus* devem, em algum momento, exercer a autoridade regional.

A forma de indicação dessas autoridades é executada através do *thakhi*, que significa o “caminho a andar, metáfora para o processo crescente de responsabilidades comuais no qual se combina o crescimento e o prestígio de cada família no *ayllu*, com o exercício real do governo comunal” (TICONA: 2003, p.128). Os povos originários definem o exercício da autoridade como um serviço, e não um servir-se. A autoridade torna-se responsável por uma série de papéis dentro da comunidade, que envolvem tanto os aspectos de exercício do governo comunal, aspectos cerimoniais-religiosos, até resolução de demandas específicas de membros da comunidade. Para se chegar ao posto de *jilakata* ou *mallku*, deve-se ter um histórico de participação em esferas menores de cargos comuais, percorrendo assim o “caminho”, visto como o aprendizado necessário à preparação das lideranças⁵⁷. Uma autoridade é pré-selecionada com um algum período de antecedência, para que possa, ao longo desse intervalo, preparar-se material e intelectualmente para o exercício do cargo.

⁵⁵ “Na nação aymara o conceito de poder é simbolizado pelo *mallku*, que por sua vez é representado pelo *condor*, a ave maior dos Andes”. (Choque e Mamani: 2003, p.157)

⁵⁶ O termo *apu*, ou *achachila*, é o termo que designa as divindades representadas pelas montanhas e cordilheiras.

⁵⁷ “Entonces de esa manera la jerarquía viene desde abajo, si no puede venir una persona que no ha hecho ningún cargo en su *ayllu*, en su *marka*, en el *suyu*, no puede directamente saltar a este cargo” (Sixto Jumpiri, dirigente da Consaq, entrevista ao autor).

Segundo Ticona, a autoridade tem o “compromisso de ser um autêntico representante da mesma (comunidade) e portador da boa moral e bons costumes” (TICONA: 2003, p.129)⁵⁸.

Práticas de territorialidade: Dentro desse sistema de autoridades haviam diversas práticas e procedimentos pelos quais se dava a administração comunal. Dentre elas, duas merecem destaque: o *ayni* e a *mita*. O primeiro corresponde à prática da provisão: de toda a produção, uma parte deveria ser guardada para garantir o sustento frente a possíveis intempéries ou outros problemas que porventura viessem a ocorrer⁵⁹. A prática do *ayni* se dava tanto no sentido comunitário, com o alimento sendo protegido para eventual necessidade de todos, quanto no sentido individual, especialmente daqueles designados para a prática futura de um cargo de autoridade, uma vez que, mais do que receber, o exercício da autoridade implica num dar.

Já a *mita* era o regime de trabalhos temporários, compulsórios e gratuitos, devidos pelos membros à comunidade. Essa prestação de serviços ocorria desde o âmbito do *ayllu* (especialmente no cultivo das *aynuqas*, ou terras comunitárias), quanto no âmbito dos *suyus*, com serviços prestados às máximas autoridades, em especial ao Império Inca⁶⁰.

⁵⁸ Uma das referências básicas de comportamento exigido pelos originários é a trilogia: *Ama Llulla*, *Ama Suwa*, *Ama Qhilla*, que significam, aproximadamente, “não seja mentiroso, não seja ladrão, não seja preguiçoso” (CONAMAQ: 2004).

⁵⁹ “*El sistema de gobierno aymara era de que ese año haces la producción, ha sido muy buena la producción, como se dice el gobierno al kuraka, se le tiraba “x” cantidad de producto, esa “x” cantidad de producto servía para el abastecimiento futuro del aymara, digamos, para nuevamente regenerar si al año siguiente había una sequía total, entonces ese producto que tu habías depositado servía para todos aquellos niños huérfanos, hermanos que no han tenido buena producción, entonces servían, esos hermanos tengan esa posibilidad de generar otra vez economía, de generar su producción, y de generar también para su consumo, para su vida propia e de sus hijos, entonces ese era el gobierno aymara, pero hoy en día no hay eso, prácticamente ese gobierno nos muestra que todo para mi, nada para nadie*” (Víctor Cortés, dirigente do CONAMAQ, entrevista ao autor).

⁶⁰ Darcy Ribeiro define os *mitayos* (trabalhadores da *mita*) como “os conscritos temporários, recrutados nas comunidades rurais por certos períodos do ano, como mão-de-obra para os serviços de correio e de transporte ao longo das estradas, de exploração das minas, de edificação”. (Ribeiro: 1977, p.155)

Por fim, cabe ressaltar que, na definição dos povos originários, o conjunto desses procedimentos, hábitos e costumes, levava a um regime harmonizado cujo resultado final era o *suma jakaña*⁶¹, ou o bem-viver. Nas palavras de Choque e Mamani:

Como se atinge o bem viver, ou *suma jakaña*? Através da satisfação da alimentação, através do controle da produção. O *ayllu* regula com rigor o sistema de produção agropecuário e de outros recursos, e as decisões tomadas pelas autoridades logo da consulta a seu povo estão revestidas de celeridade. Com o logro de uma boa produção se consegue, por sua vez, (esse que é) um dos objetivos fundamentais (2003, p.166).⁶²

I.b - Territorialidade Colonial

Ao chegarem à América do Sul, mais especificamente à região andina, os espanhóis se depararam com uma população cujas estimativas mais comedidas apontam para algo em torno dos 10 milhões de habitantes⁶³. As forças lideradas pelos irmãos Pizarro, contando com pouco menos de 200 homens, lograram impor sua liderança sobre o Império e sua população, além de inserir a região num sistema mundial que se projetava sobre a região a partir da expansão colonial da Coroa Espanhola.

Não é nosso objetivo aqui discutir em profundidade todas as razões que teriam levado a essa conquista relativamente fácil. Já foram citados entre as causas dessa conquista pontos tais como a imposição espanhola através das armas de fogo, a incompreensão pelos andinos da extensão das consequências da presença dos espanhóis em suas terras, a

⁶¹ Termo derivado do aymara *jakani*, que significa riqueza.

⁶² De um dirigente da CONAMAQ: “*Nuestro primer gobierno que nosotros teníamos como originarios, ancestralmente, es muy grande, tenemos un sistema de gobierno totalmente bien equilibrada, y realmente ese gobierno, lo estamos, digamos, readecuando, volviendo a (re)memorizar, porque es necesario que nuestros gobiernos también tengan ese elemento del gobierno ancestral que nosotros teníamos, y que casi era tan perfecto. Teníamos, por ejemplo, el ainy, la mita, mink’a, y otros más, que prácticamente daban para un ejercicio de un gobierno totalmente equitativo, razonable, adecuado; (...) Ojalá volvamos a recuperar nuestro gobierno ancestral, no quiere decir retroceso, si no, más al contrario, recuperar, porque eso era el suma jakaña, el bien vivir, eso estamos buscando ahí*” (Victor Cortez, dirigente do Conamaq, entrevista ao autor).

⁶³ Ribeiro (1977) aponta que as estimativas sobre a população vivendo sob domínio do Império Inca são bastante variadas, existindo estimativas mais generosas que apontam uma população de 30 milhões de habitantes.

“confusão” com o retorno de Viracocha, uma divindade civilizadora que era, assim como os espanhóis, branca e usava barba, ou mesmo a eficiente estratégia espanhola de se beneficiar dos conflitos internos vividos pelo Império Inca naquele momento⁶⁴ (Klein: 1991; Ribeiro:1977).

O que para nós é importante ressaltar, dentro dos objetivos deste trabalho, é a utilização pelos espanhóis das mesmas instituições e práticas vigentes sob a organização indígena, agora como ferramentas utilizadas para a conquista. Se a imposição do domínio dos povos originários sobre o espaço andino, configurando-o como território, se deu através da utilização de um sistema de organização territorial, político e social baseado no *ayllu*, ao qual correspondiam sistemas próprios de autoridades e de manejo de recursos, e aos quais correspondiam, em última instância, uma filosofia baseada em conceitos como complementaridade e dualidade, a chegada dos espanhóis rompe com toda essa lógica espacial de duas formas: ora transformando, para utilização em proveito próprio, a racionalidade inerente a aspectos da vida indígena, ora impondo toda uma nova racionalidade que subjuga e busca extinguir as marcas deixadas pelas comunidades originárias sobre o espaço andino. Como afirma Haesbaert (2004):

o Estado inicialmente se constitui pela desterritorialização das comunidades pré-capitalistas, destruindo seus agenciamentos, seus territórios, e substitui o princípio da imanência (a terra como corpo pleno onde as sociedades pré-capitalistas se territorializam) pelo princípio da transcendência, onde o Déspota Divino assume todos os princípios de organização do *socius*” (p. 195).

Encomienda: O primeiro passo para a imposição da conquista foi a desestruturação das unidades territoriais, os *ayllus*, para imposição de uma nova forma de divisão, que se deu com a imposição da **encomienda**. Segundo Ribeiro (1977):

A encomienda consistia na atribuição de magotes de índios ou de comunidades inteiras a senhorios espanhóis que passavam a dominar suas terras e usufruir do produto de seu trabalho, em compensação pelos deveres que assumiam com a coroa e com a Igreja de convertê-los ao catolicismo, alimentá-los e assisti-los (p.159).

⁶⁴ O Império se encontrava dividido pela disputa entre os irmãos Huascar e Atahualpa, que reclamavam para si o título de Qhapaq, autoridade máxima do Império (Klein: 1991).

Os concessionários dessa nova divisão territorial, chamados *encomenderos*, recebiam assim não só as terras, mas os habitantes que estavam sobre elas, sobre as quais, em troca de algumas poucas obrigações que se destinavam principalmente a aplacar a consciência católica em relação aos índios, podiam agora usufruir da mão-de-obra, além de aplicar impostos.

A *encomienda* implica, assim, em duas conseqüências. Em primeiro lugar, na desestruturação espacial, pois todas as formas de organização do espaço impostas desde a chegada dos espanhóis, começando pela *encomienda*, projetavam-se sobre a lógica espacial andina, ignorando-a. Os *ayllus*, que eram espaços descontínuos, se viram assim fragmentados pela imposição espanhola, que rompia com as lógicas de formação das comunidades indígenas. Em segundo lugar, a *encomienda* impunha consigo a aculturação dos povos originários, tanto pela questão religiosa, obrigação do *encomendero*, quanto pela introdução do indígena numa lógica produtiva mercantil, em razão da necessidade de dinheiro para pagamento dos tributos aos quais se viram, repentinamente, obrigados.

A contínua imposição da racionalidade espanhola sobre o espaço andino derivou no surgimento das *haciendas* e *chacras*, que além das conseqüências já mencionadas, também colaboravam para o surgimento de uma casta dominante local, uma espécie de novos-ricos formados por espanhóis e seus descendentes, que não faziam parte da nobreza.

Práticas da territorialidade: A destruição dos *ayllus* se intensificou a partir da cooptação do sistema da *mita*. O sistema de prestação de serviços compulsórios transformou-se na forma de arregimentar mão-de-obra para o trabalho nas minas, em especial para a região de Potosí. Assim, o serviço e os bens que antes as comunidades destinavam aos Incas, eram agora gozados pelos espanhóis.

As condições de trabalho impostas nas minas de Potosí aceleraram a desintegração dos *ayllus*: muitos abandonavam as comunidades para escapar do recrutamento forçado, tornando-se trabalhadores que vagavam em busca de lugar nas *haciendas*. Dessa forma também o *yanaconato* via seu perfil transfigurado. Muitos desses migrantes tornavam-se *pongos*: moravam nas *haciendas*, mas na qualidade prática de propriedade, e não de proprietários, prestando serviços aos senhores de terra em troca da possibilidade de fixação⁶⁵.

Com a imposição de uma nova lógica de ocupação do espaço, também os sistemas de autoridades se viram alterados. Se antes a designação de um *mallku* obedecia a regras e a assembleias comunais, agora a definição dessas lideranças era de extrema importância para os espanhóis, que passaram a designar os novos líderes das comunidades indígenas, passando a denominá-los *caciques*. Estes, por sua vez, como lideranças colaboracionistas, passaram a exercer sua influência no sentido de aumentar o poder particular, intensificando a fragmentação dos antigos *ayllus* e buscando projetar sua liderança sobre regiões mais abrangentes, e inserindo um componente de corrupção ao qual não se estava familiarizado. Mas, ainda assim, careciam de maior reconhecimento de suas comunidades, que ainda guardavam respeito aos antigos *mallkus*, fazendo com que fosse principalmente a ligação com os espanhóis a garantia do poder dos *caciques*.

Cabe, também, ressaltar o papel da evangelização dos indígenas como componente do processo de aculturação a que foram submetidos. A partir da imposição das *encomiendas*, cada vez mais se impunha a religião católica, empurrando os ritos andinos à clandestinidade. Esse processo somava-se ao processo maior de eliminar as marcas, materiais e simbólicas, deixadas pelos originários no espaço andino. A estratégia utilizada pelos espanhóis foi a de construir centros religiosos ao longo do altiplano, preferencialmente em locais já considerados sagrados ou de culto pelos indígenas, de forma a sobrepor a nova religião. Assim, Igrejas e templos foram erguidos em locais ermos do altiplano andino. Esse processo fica caracterizado em sua plenitude na construção de um Santuário à Virgem da Candelária na localidade de Copacabana, às margens do lago Titicaca. Nessa localidade, assim como em duas ilhas do mítico lago, estavam localizados os centros cerimoniais-

⁶⁵ O *pongueaje* foi extinto formalmente apenas em 1943, no governo de Villarroel (Ayerbe: 2002).

religiosos dedicados ao Sol e à Lua, divindades centrais na religiosidade dos povos andinos, e por isso foi considerado um ponto crucial para irradiar a evangelização de aymaras e quechuas de toda a região.

I.c. - Algumas observações

Fica evidente, já nessas primeiras observações, o conflito existente não só entre as estruturas que se projetaram sobre o espaço andino, como também o conflito entre as visões que regiam a composição dessas estruturas. A imposição de novas formas não apaga os vestígios das antigas; há a sobreposição e o conflito se instala. Nos apoiamos na afirmação de Haesbaert sobre o processo de desterritorialização:

O Estado produz uma territorialidade que não destrói completamente a territorialidade tradicional das comunidades “primitivas”, mas se apropria delas e integra-as como “peças ou órgãos de produção” na nova máquina despótica. Trata-se assim de uma des-re-territorialização complexa, que ao mesmo tempo que destrói as territorialidades prévias, reincorpora-as e produz uma nova forma territorial de organização social” (2004, p. 197)

Contribui para isso a intenção mais ou menos evidente (conforme o caso ou período), de apagar os traços das culturas originárias em favor de uma aculturação em moldes europeizantes. As falhas do processo, porém, ficam explícitas quando se percebe que a inclusão do indígena no projeto que se circunscreve sobre aquele espaço se dá, desde o início, num papel secundário: suas instituições são desconsideradas, ou se não, são transmutadas em favor da lógica exploratória. A conclusão é que, onde não há a real intenção da inclusão, esta sempre se dará de forma incompleta. As comunidades originárias se vêem, assim, desterritorializadas:

O aparecimento do Estado seria responsável pelo primeiro grande movimento de desterritorialização, na medida em que ele imprime a divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial. O Estado fixa o homem à terra,

mas o faz de forma despótica, organiza os corpos e os enunciados de outras formas (Haesbaert: 2004, p.195)

CONTRADIÇÕES IMPOSTAS SOBRE O ESPAÇO ANDINO		
	Territorialidade Andina	Territorialidade Colonial
DIVISÃO TERRITÓRIO	Ayllu, marka, suyu	Haciendas, chacras
Sistemas autoridades	Jilakata, <i>Mallku</i> , <i>Apu Mallku</i>	Encomendero
Relações de territorialidade	Thakhi, ayni, mita	Pongueaje, mita
Visão	Dualidade, reciprocidade, suma jaqaña	Divisão cartesiana, lógica exploratória

Quadro 2: Contradições impostas sobre o espaço andino.

II - O CONAMAQ e o retorno ao ayllu

A retomada de uma concepção de território baseada numa compreensão indígena e originária do mesmo é o mote em que se baseia a formação do CONAMAQ – *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qollasuyu*. Fundado em 1997, este movimento busca a retomada das estruturas indígenas de manejo territorial por sobre as formas campesino-sindicais herdadas dos períodos colonial e republicano. Como o próprio nome indica, é um movimento que se forma a partir da recuperação de estruturas originárias andinas (do “ocidente” boliviano), ainda que em muitos momentos seu discurso não só se pronuncie com um caráter de reformulação nacional (boliviana) como também articule sua ação com os movimentos indígenas do oriente.

A formação da CONAMAQ reside num processo de compreensão dos processos de espoliação, de expropriação e do descaso vivido no campo, nos departamentos que perfazem a região ocidental do país. Busca, a partir da idéia da reconstrução de um passado mítico, projetar a sobrevivência das populações do altiplano em um futuro baseado na retomada daquelas estruturas⁶⁶.

⁶⁶ “*Pero hoy en día el sistema de gobierno que tienen los de occidente y la copia que nos traen a Bolivia no han dado resultados, mucho menos en las markas y en los ayllus, si no ha sido un total fracaso. Conamaq empieza*

É importante destacar que a CONAMAQ surge de uma compreensão relativamente recente, estimulada principalmente a partir do trabalho do THOA⁶⁷. Esta instituição desempenha um papel importante na retomada da consciência indígena, reconstituindo-a a partir dos relatos orais dos membros dessas comunidades. O movimento de retorno ao ayllu deve muito de sua organização àquela entidade, pois dela parte a racionalização de uma consciência há muito vivida: a de que as comunidades do altiplano, esquecidas pela institucionalidade do Estado, viviam em seu cotidiano respeitando aos mesmos usos e costumes que caracterizam as culturas originárias:

Nuestra propia ley, que no tiene articulaciones, pero un costumbre ya tenemos tachado muy bien. Más que el articulado, que es actual ley, mejor que eso. Nosotros en las comunidades no hemos respetado lo que son las actuales leyes, actuales leyes, su justicia, son otra clase. Pero nuestra justicia en nuestra comunidad es otro. Entonces no hemos respetado y siempre hemos estado de acuerdo con nuestros usos y costumbres en nuestra comunidad, en nuestro ayllu (Alberto Tapia Mamani, dirigente do CONSAQ⁶⁸).

Alguns aspectos são merecedores de destaque em relação às plataformas defendidas pelo CONAMAQ. Em primeiro lugar, o fato de que seu projeto se dá em relação ao retorno aos *ayllus*: a transformação das atuais estruturas a partir da retomada das concepções originárias. Isso se deve a uma compreensão difundida entre os movimentos originários sobre o legado da Revolução de 1952, mais especificamente de sua Reforma Agrária, levada à cabo em 1953. A questão que se coloca é que, não obstante qualquer julgamento sobre as intenções do governo de então, sua reforma buscava transformar o espaço agrário andino a partir de um parcelamento dos latifúndios existentes, sucessores das

con esta visión en 1997, de reagrupar, reordenar el movimiento desde los ayllus, desde las marcas y los suyus". (Víctor Cortes, dirigente do CONAMAQ, entrevista ao autor).

⁶⁷ *Taller de Historia Oral Andina*. O THOA se define como um "ayllu de pensadores indígenas". Suas atividades se iniciaram em 1980, tendo sua criação oficializada em 13 de Novembro de 1982. Tem como objetivo central a recriação do pensamento do Qollasuyu, a partir do resgate da memória e da história oral. Segundo eles: "estamos abocados en la reconstrucción y construcción de una sociedad comunitaria, com equilibrio, equidad, identidad, reciprocidad, complementariedad y com justicia comunitaria, sobre la base del referente del pensamiento comunitario, esta entendida como um modelo de vida, que genera propuestas que resuelvan las condiciones brutales e inhumanas de occidente y que permita una convivencia humana holística y fraterna" (THOA: 2006).

⁶⁸ O CONSAQ – Consejo de Suyus Aymaras y Quechuas del Qullasuyu, foi fundado em 27 de Abril de 1999, com uma plataforma de ação direcionada principalmente à formação e capacitação dos membros das comunidades originárias. Tem sua ação vinculada ao CONAMAQ.

haciendas coloniais. O que, afinal, significava que a reforma partia de estruturas que já haviam se sobreposto às estruturas originárias andinas.

Assim, ao espaço andino, primeiramente territorializado pelas estruturas originárias, sobrepuseram-se as estruturas de *haciendas*, e foi a partir destas se deu a Reforma Agrária. Rivera (1984) aponta como um dos fatores de fracasso da Revolução de 1952 exatamente o fato de esta ignorar as estruturas originárias; mais especificamente, a intenção de “campesinar” ao indígena. A reforma agrária acabaria fracassando no Ocidente, ao mesmo tempo em que deslocava o latifúndio para o Oriente, dando início ao processo de elitização daquela região, a partir da concessão de terras à imigrantes, em sua maioria europeus⁶⁹.

Essa reformulação do espaço andino é o que afirma um dirigente, em:

Por esa razón nosotros nos hemos dado esa parte cuenta, entonces hemos tenido que hacernos una reconstitución de los pueblos indígenas originarios. Bajo ese contexto nosotros ya estamos en un proceso de reconstitución de lo que era sindicato, ya ahora en las comunidades originarias, ayllus, markas, suyus. Entonces ya no hay aquí provincias, ya no hay comunidad sindical, ya no hay compañero. Aquí es hermanos, no por ser de la iglesia, si no que por un respeto mutuo de la comunidad, que hay una ley de respeto en nuestra identidad cultural (Alberto Tapia Mamani, dirigente do CONSAQ).

A ação da CONAMAQ em relação à administração do território boliviano procura se dar, em alguns momentos, dentro dos marcos legais estabelecidos pelo Estado. Ela atua, assim, com propostas de alterações nas leis que regem os regimes de concessão de terras, especialmente no que diz respeito às Terras Comunitárias de Origem (TCOs).

⁶⁹ “La reforma agrária de 1953, (...) fue desvirtuada por el esquema individualista de parcelación de tierras y el fomento al minifúndio improductivo. Com la llamada reforma agrária, culminó um largo proceso de fragmentación de nuestras formas organizativas comunitárias. Por otro lado, vemos el fortalecimiento de nuevos grandes propietarios de tipo agro-industrial y ganadero en el oriente boliviano, que explotan inmisericordemente a una masa de trabajadores (...) y que son favorecidos com toda clase de ventajas desde el Estado”. (CSUTCB – Tesis Política, citado por Rivera: 1984, p.200-1).

A adoção do regime de TCOs se deu através da lei 1257, de 1991, a qual significava a ratificação, pelo Estado boliviano, do Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os direitos territoriais de povos indígenas e tribais em Estados independentes (CEDIB:2005c). Estas terras:

constituyen una particular forma de propiedad agraria, cuya substancial singularidad radica en la vinculación de sus alcances con las características de la territorialidad indígena; (...) en armonía con la noción de integridad, esencial al territorio indígena y recogida en la formulación que vincula la propiedad de la tierra al aprovechamiento de los recursos naturales (CEDIB: 2005c, p.40).

O reconhecimento das TCOs passa por um longo processo para o qual são necessários, além de uma série de informes técnicos a respeito da área requisitada, um certificado de identidade étnica das entidades requisitantes e um informe de suas necessidades especiais. A CONAMAQ possui solicitações para o reconhecimento de TCOs nos departamentos onde o movimento é atuante (Chuquisaca, Cochabamba, Oruro, La Paz e Potosí)(CEDIB: 2005c).

Porém, ainda que se deva reconhecer o caráter importante do reconhecimento das TCOs na legislação boliviana, é fato que estas muitas vezes esbarram, em seu processo de regularização, na sobreposição de interesses com atividades exploratórias de recursos (especialmente) minerais. Aí, entra em jogo a característica até recentemente vigente de uma vinculação estreita entre o Estado boliviano e os interesses estrangeiros, uma vez que estas sobreposições de interesses sobre as terras se dava em relação a atividades de empresas tais como a Petrobrás, Repsol-YPF, Chaco S/A (BP-Amoco), entre outras.

É dessa forma que os possíveis intentos legais mostram-se insuficientes diante da amplitude das demandas de populações amplamente diminuídas em seus direitos. A percepção que fica entre as comunidades é de que as mudanças permanecem restritas ao discurso:

Usted sabe que todos los gobiernos que han pasado desde lo que es la fundación de la republica han dicho que los pueblos indígenas, los aymaras, los quechuas, son pobres, y al implementar ese proceso de desarrollo con identidad, lucha contra la pobreza, desarrollo rural, un fin de cosas que en realidad, han inventado lo que es la participación popular, toda esa situación, en realidad no ha llegado nada de esto lo que ha implementado el gobierno, o sea, teóricamente en el discurso que hasta el momento no ha llegado eso (Sixto Jumpiri, dirigente da Consaq).

Portanto, no sentido de atingir seus objetivos, o CONAMAQ não se restringe à questão de uma eventual demarcação de terras indígenas. Seu foco é a re-fundação do Estado boliviano. E o demanda a partir da retomada dos valores presentes nas culturas originárias, tomando o ayllu, como um conceito complexo que envolve toda a forma de organização sócio-territorial, como o ícone do discurso. É o que afirma uma dirigente: “*no es como unos científicos tratan de decir que el Ayllu es solo una estructura territorial. El ayllu es una estructura completa en lo económico, político, social y cultural que engloba la administración de los recursos*” (Lola Véliz, autoridade originária, representante dos ayllus de Oruro na *I Cumbre Social*, citado por Espinoza, 2003, p.12).

Analisando algumas das demandas pronunciadas pelo CONAMAQ, podemos observar como o movimento se posiciona, a partir de um foco específico, para uma série de demandas de projeção nacional. Em primeiro lugar, por sua demanda pela de revisão dos conceitos formadores do Estado boliviano através da defesa pela instituição de uma Assembléia Constituinte, haja vista a compreensão largamente difundida do caráter colonial de suas instituições. Segue-se a afirmativa de um dirigente:

con la fundación de la republica, las autoridades del Estado nunca han sido de servicio, si no se han servido de las bases, o sea, del pueblo. En este proceso de asamblea constituyente, principalmente, tiene que haber cambio, que las autoridades tienen que ser de servicio, también los que manejan el país tienen que ser pues los verdaderos bolivianos, los verdaderos aymaras, quechuas, que realmente, digamos, son bolivianos, o son de este país, tienen que manejar. Porque uno es de su país, siente de su país; se uno no es de su país, no siente de su país. Esperamos cambios estructurales, cambios en la política económica, en la política social, en la política cultural (Sixto Jumpiri, dirigente da Consaq).

Estas demandas se dão, em muitos casos, sobre temas não diretamente relacionados ao movimento, mas que se referem a uma nova visão de soberania territorial, como no caso da exploração de recursos do território boliviano e sua destinação:

Prácticamente nosotros quisiéramos la industrialización, factor económico, es un poco difícil (...), quisiéramos que se haga un esfuerzo, porque siempre Bolivia ha sacado materia prima, pero nunca materia ya terminada, a nosotros nos daría pues mucho más, digamos, nos dejaría más arcas al estado, más dinero en las arcas del estado, actualmente, porque nosotros hemos estado vendiendo producto bruto, entonces a vender producto bruto no es siempre la generación más aceptable; se vende, ahora mismo a Argentina, han vendido a precio de gallina muerta, tampoco ese es un negocio, yo creo que los negocios bien claros y concretos, con un precio justo y adecuado, y eso nos pueda ayudar a generar también a que se industrialice el gas, y ahí estuviera digamos la generación de la nueva economía del país (Victor Cortes, dirigente do CONAMAQ).

Por fim, é importante destacar que um dos trunfos de movimentos como o CONAMAQ reside em sua defesa do reconhecimento (valorização) do capital social do ayllu (ANDOLINA; RADDCLIFFE; LAURIE: 2005). A questão que o CONAMAQ insere em meio ao cenário de conflitos e mobilizações bolivianos, é a da importância de se considerar, em qualquer proposta de reformulação do espaço andino, o conjunto de conhecimentos indígenas, em todos os seus aspectos. Conseqüentemente, há o reconhecimento de que esse é um espaço único, no qual antes do que a reprodução de qualquer modelo, formulado seja onde for, tem-se a necessidade de pensar modelos próprios. Isso aproxima o movimento de uma mentalidade maior que o vincula às teorias da multiculturalidade, onde a retomada do valor originário é compreendida não como um retrocesso (acusação que recebem dos detratores do movimento, defensores de modelos europeizantes), mas sim uma chave para a descoberta de um modelo autônomo:

la visión (ao fundar o CONAMAQ) ha sido totalmente con sentimientos de hacer grande, y representar prácticamente a esos ayllus que prácticamente han sido olvidados por cientos de años. Entonces, eso era la desesperación, y la visión es, esa visión era de que Conamaq represente a todos nuestros hermanos, y, digamos, con una total predisposición de analizar dentro de cualquier gobierno, y hacernos ver de que como originarios también nosotros habíamos crecido intelectualmente, que actualmente tenemos muchos profesionales como pueblos originarios. (...)

Ojalá volvamos a recuperar nuestro gobierno ancestral: no quiere decir retroceso, si no, más al contrario, recuperar, porque eso era el suma jaqña, el buen vivir, eso estamos buscando ahí (Victor Cortes, dirigente do CONAMAQ).

Cabe, por fim, destacar que o CONAMAQ age a partir dos mesmos repertórios que caracterizam os demais MS bolivianos, numa estratégia de trazer a política aos seus não-lugares:

Las estrategias de movilización de Conamaq son los primeros, siempre vamos al dialogo, hacemos el diálogo, no nos escuchan, entonces tenemos pues marchas, vigílias, ya por ultimo bloqueos. Entonces esos son siempre, también esos son lo que se maneja en todo el mundo, prácticamente siempre primero es el diálogo, luego, ya ahí a medidas de presión, que podemos estar inclusive hasta la huelga de hambre, que varias veces se ha ejecutado de parte de Conamaq (Victor Cortes, dirigente do CONAMAQ).

Como afirma Prada (2000) sobre a importância do resgate dos ayllus na conscientização das mobilizações populares bolivianas:

en las asonadas de abril, septiembre y octubre, el ayllu devino em multitud com toda su complejidad, con bloqueos de caminos y cerco de ciudades, táctica nómada y estrategia de contrapoder recuperadas de la memoria guerrera de las comunidades andinas. Movilización multitudinaria, bloqueo de caminos, cerco y toma de las ciudades es el diseño estratégico de la aparición del ayllu en el escenario social y político boliviano (Prada: 2000, p.7).

III – As duas Bolívias

Uma das formas de se levar à desterritorialização se dá com a imposição, sobre as populações que habitam determinado espaço, de novas formas de manejo territorial que desconsiderem as previamente existentes. A imposição colonial sobre o espaço andino mostra isso, uma vez que, como colocado, mais do que simplesmente um procedimento administrativo, a territorialidade também implica numa visão de conjunto sobre o espaço, uma

apropriação que se dá não só no campo material, como também (e, talvez, principalmente) no campo simbólico. As populações andinas foram desterritorializadas a partir da imposição sobre o Qollasuyu de entidades que não apenas desconsideravam as estruturas prévias como também as depreciavam. Vice-Reinos (Alto Peru e Prata), Bolívia: entidades políticas às quais as civilizações originárias tiveram de adaptar-se. Reterritorializar-se. É possível?

Creemos que sim, desde que haja condições que os favoreçam. Porém, não parece ser o caso. Pois o país que se forma lhes é estranho, assim como as instituições nas quais este baseia a instituição de sua territorialidade. O Estado de matriz europeia, o idioma oficial, a religião dos membros da elite, são trazidos como símbolos de uma nova era, de modernidade e de prosperidade, aos quais não se adaptar significa estar condenado ao atraso. Se as populações originárias tinham dificuldade em adequar-se a esse novo mundo que avassalava seus mundos anteriores, diziam, era por sua “predisposição ao fracasso”. E não faltaram teóricos para sugerir isto em relação aos insucessos bolivianos dos primeiros anos da República: “*si ha habido una causa retardataria en nuestra civilización, se debe a la raza indígena, esencialmente refractaria a toda innovación y a todo progreso*” (Censo General de la República de Bolívia 1900: 35-6, citado por CHOQUE; MAMANI: 2003, p.148).

Criar um Estado excludente e explorador, e, ao mesmo tempo, lançar a culpa sobre aqueles que se viam sem alternativas de ação, parece ter sido a forma com que se procurava legitimar a conquista: “(...) *los Estados que nacen después de los años 1800 lo que han hecho es encerrar, engavetar a las naciones aymara-quechuas; nos han puesto, no han reconocido ni como nación, sino nos han reducido a tribos, a pueblos indígenas*”. (Fernando Untoja, pensador aymara).

A consideração destes fatos é importante para nos darmos conta da construção que existe por trás do discurso identitário dos MS, e de como suas referências se dão a partir da submissão a que são condenados, em especial naquilo que diz respeito ao que lhes é mais próximo: o espaço onde vivem, e o sentido que fazem de si e de suas vidas.

Peças aparentemente (ou desejosamente) descartáveis, os indígenas sobreviveram ao longo desses 180 anos para observar como todas as transformações que se impunham visavam ao benefício daqueles poucos estrangeiros que logravam estar à frente desse processo. O país que se chamaria Bolívia se formava impondo sobre a territorialidade indígena uma territorialidade gestada no exterior: o novo país ajustava-se a engrenagem maior de um sistema-mundo moderno-colonial (Porto Gonçalves: 2005)

Esta imposição se constrói a partir de alianças entre blocos de poder, tanto internos, quanto externos. O poder político permanece em mãos do pequeno grupo da elite *criolla* que ao independentizar o país, o faz mantendo em pé as estruturas de colonialidade. A questão que se impõe: manter o país cumprindo seu papel subordinado no sistema-mundo, ao mesmo tempo em que concedendo privilégios a nível interno, o que nos leva a pensar até mesmo nas causas do fracasso dos intentos de rompimento com essa estrutura, como os da Revolução de 1952. Tal conformação se faz sentir ainda hoje, quando a qualquer iniciativa protagonizada pelos campos sociais é recebida com uma forte reação conservadora. É Álvaro García quem afirma:

No todo ha sido presión externa; también hemos tenido elites locales, que voluntariamente han cedido niveles de soberanía, niveles de decisión. Nos han cedido para quedar bien ante los gobernantes, o quedar bien ante la embajada norte americana, o quedar bien ante el fondo monetario. Ha sido un trabajo doble: de unas elites deliberadamente subordinadas, y de unas presiones externas que han llevado a ese tipo de cambio (Álvaro García).

Mesmo diante das aparentes conquistas que posteriormente se deram a nível interno (como a já comentada questão da Reforma Agrária de 1953) se sucediam arranjos que beneficiavam a manutenção do *status quo*. A transferência do latifúndio para as terras baixas orientais, seguida de uma abertura à migração de novos senhores de terras, amplamente favorecidos por políticas estatais, levava ao nascimento de uma oposição entre duas grandes regiões do país, que hoje toma contornos (eventualmente) preocupantes:

Grandes latifundistas, grandes negociantes, que han sido gobiernos pasados, a la fuerza se han distribuido. Los empresarios ni siquiera son de nuestro país: son croatas, son americanos, son de otros países, ellos han inmigrado y han venido. Algunos son los escapados de la segunda guerra mundial, todos ellos han acaparado nuestras tierras, pero no con conciencia. Que fuera con conciencia, pero han acaparado, y eso han inmigrado adentro. Entonces nos han tomado como animales, ni siquiera animales a nosotros. Ellos sí, para sus ganados se han puesto 25 hectáreas, se han puesto. Pero nosotros vivimos aquí, la mayoría nacional, ni siquiera una hectárea vivimos en familiares. (...) Pero ellos sí. Por eso que como mayoría nacional pedimos nosotros tierra y territorio, la distribución que sea equitativa (Alberto Tapia Mamani, dirigente do CONSAQ).

Pode-se identificar aí uma das raízes de um discurso bastante conhecido, não só na própria Bolívia como também em outras regiões latino-americanas, da existência, nesses países, de uma estrutura dual: um setor moderno e outro atrasado. O desenvolvimento, nesses casos, resultaria da absorção, pelos setores atrasados, de valores da modernidade ocidental, representada pela elite. Mas, como já foi dito alguns parágrafos acima, os indígenas são refratários ao desenvolvimento. Não é verdade⁷⁰?

Duas Bolívias. Uma moderna/modernizante, coincidentemente europeia e branca, centralizada no departamento de Santa Cruz. Outra, retrógrada e conturbada, coincidentemente indígena, centralizada no altiplano andino. Concepções herdadas de um Estado colonial, mas que ainda ecoam insistentemente por esses dias. Mas refutada por aqueles que buscam exercer uma compreensão mais aprofundada das origens desse processo:

Además de que son bastante, han sido muy maquiavélicos esos señores oligarcas, en que han pues dividido de tal manera a los movimientos sociales, hasta logramos a enfrentar, entre oriente y occidente, principalmente. Se ha polarizado Bolivia, por eso se hablaba de dos Bolivias, pero nunca ha habido dos Bolivias. Es que han pensado para ellos que había dos Bolivias. Nosotros jamás hemos estado en contra del desarrollo, de las empresas, desarrollo de las industrias, nunca hemos estado en contra. Lo que hemos estado en contra es la falta de equidad con que se destruyan los recursos, cuando unos pocos gozaban de todo respaldo, y incluso sus deudas eran incluidas con fondos del Estado, y otros que apenas se habían prestado una ínfima cantidad, que ni siquiera llega al 0,1% de lo que se prestara a los otros, eran enviados a la cárcel. Entonces, eso queda resentimiento, eso queda resistencia,

⁷⁰ Tive de ouvir, certa vez: “Não sei por que os indígenas lutam pela água, se nem banho tomam!”. Creio adequado preservar a fonte.

inconformidad. Es por eso que la gente decía: “bueno, quienes son los que se llevan esto?” (Genaro Flores, dirigente da FSUTCLP – Tupaj Katari).

A estratégia de buscar dividir aquilo que não se quer reunir é fundamental para a compreensão desse legado de conflitos vividos pela sociedade boliviana. A incapacidade daqueles que estiveram à frente da institucionalidade vigente de construir um projeto incluyente, mostra-se, na realidade, acima de tudo, mais como a ausência de um projeto do que especificamente o seu fracasso. Foi relação a estes aspectos que o sociólogo boliviano René Zavaleta elaborou o conceito de sociedade abigarrada, apresentado no próximo tópico⁷¹.

IV - A formação social *abigarrada*⁷²

A ausência de um projeto incluyente, a insistência na manutenção da visão de um país não só dividido como impossibilitado de unir-se, a recusa na aceitação do outro, recusa esta que se manifesta através da depreciação e do desprezo, são elementos recorrentes ao longo da trajetória boliviana. Os defensores das teorias da multiculturalidade, como Álvaro Garcia, definem o problema como sendo o de uma sociedade que é, de fato, multicultural/multiétnica, mas que resiste em aceitar-se como tal. É frente a este contexto que o sociólogo boliviano René Zavaleta Mercado propôs o conceito de sociedade *abigarrada*, apresentado por Tapia (2002b) nas seguintes palavras:

A formação social abigarrada se caracteriza (...) por conter tempos históricos diversos, do qual uma expressão mais particularizada é a coexistência de vários modos de produção; a existência de várias formas políticas de matriz diversa e heterogênea, que se expressa na existência de um conjunto de estruturas locais de autoridade diversas entre si, e um Estado mais ou menos moderno e nacional, mas que não mantém relações de organicidade com as anteriores e, em conseqüência, é um Estado mais ou menos aparente (p.310).

⁷¹ Zavaleta (1939-1984) é, talvez, a maior referência das ciências sociais na Bolívia, e foi um dos principais teóricos do nacionalismo do MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionário), partido que esteve à frente da Revolução de 1952.

⁷² Não há um termo correspondente a “abigarrado” em português. Numa tradução aproximada poderíamos defini-lo como “aquilo que não se mescla”.

Podemos destacar dois pontos nesta definição, que se relacionam aos aspectos tratados neste trabalho. São eles: (1) a contradição dos tempos históricos vividos pelos diferentes estratos nos quais se divide a sociedade boliviana; e (2) a questão do Estado e sua relação com as comunidades originárias andinas antes mencionadas.

A contradição de diferentes temporalidades é uma herança da imposição colonial; uma elite *criolla* sonhando um país das maravilhas da modernidade; comunidades vivendo formas particulares tanto de produção como de relacionamento territorial; espaços de resistência em meio a um conflito de territorialidades. Ao mesmo tempo, o Estado, ao não atingir estas comunidades (por ineficiência ou desinteresse) contribui para que ali persistam estruturas de poder remanescentes de um momento histórico anterior ao período colonial, inseridas dentro do conjunto territorial ordenado pelo estado, mas sem relação orgânica com este, que tornar-se-ão embriões de mobilização e contestação social. Como afirma Tapia:

(...) existem sistemas locais de autoridade que não são parte da estrutura descendente e descentralizada do governo nacional, se não que se tratam de um sistema de autoridades localmente articulado e geralmente vivido e transmitido há séculos (2002b, p.307).

O resultado que se tem, diante desta permanência dos sistemas locais de poder, é aquilo que Tapia denomina de “Estado aparente”: as civilizações originárias, que também são bolivianos, vivem sob um sistema organizacional alheio ao Estado, e não se sentem pertencentes a ele. Como expressa o autor:

(...) por um lado, existe um Estado político nacional (ou pretensamente nacional) com traços jurídico-formais mais ou menos modernos e, por outro lado, um conjunto de estruturas locais de autoridade (diversas também) que não correspondem à representação local do governo nacional, já que tampouco são designadas por ele, se não que são a forma local endógena e mais ou menos ancestral de organização da vida social; na medida em que isso acontece, isto é, que há persistência de estruturas locais de autoridade, além do mais não correspondentes ao Estado, este Estado nacional tem menor grau de validade, eficácia e legitimidade (2002b, p.309).

Por fim, cabe destacar que um elemento crucial para o entendimento da sociedade *abigarrada* o racismo, que, ainda que não totalmente assumido, se faz presente na sociedade boliviana, e é, talvez, o principal entrave para a abertura do país às políticas de um multiculturalismo incluyente⁷³. Tapia, retomando uma afirmação de Zavaleta, afirma que: “(...) a Bolívia é uma espécie de constituição da sociedade intramuros, na qual existe aquilo que a articulação senhorial pode conter e quer reconhecer, e se concebe assediada desde fora por aquilo que ela excluiu: o indígena” (2002b, p.348).

Ao mesmo tempo, há que se estender essa compreensão para o fato de que aquele que discrimina é também aquele que detém, em última instância, o poder. Se há dois pólos, um moderno e um atrasado, o pólo moderno é, o também, o discriminador. Isto, por um longo período, terá uma influência negativa sobre a conscientização do indígena. Pois este, migrando do campo para a cidade, vê-se na obrigação de aculturar-se. Se a identidade se constrói a partir do olhar do outro, é concebível que a identidade que os indígenas migrantes passassem a fazer de si mesmos estivesse impregnada por essa visão de depreciação para consigo mesmo, para com sua cultura, para com suas origens:

desde la invasión española en Bolivia nos han domesticado, nos han doctrinado al individualismo, (...) entonces ellos han fomentado la discriminación entre urbano y campo, los campesinos hemos sido tratados indios, indígenas, personas de segunda, tercera clase, porque somos analfabetos, no sabemos leer, entonces por ahí nos trataban, con discriminación entre nosotros (Román Loayza, dirigente da CSUTCB-MAS).

Um dos entrevistados apontava como essa auto-depreciação, e a conseqüente aculturação, acometia principalmente os jovens:

⁷³ Como afirma Garcia (2003), o processo de formação da república boliviana, conduzido pela elite *criolla* perpetuou as estruturas excludentes e de espoliação mantidas pela Coroa espanhola, “que consagravam prestígio, propriedade e poder em função da cor da pele, do sobrenome, do idioma e da linhagem” (p. 173). Segundo aponta Anderson (1989), um fator determinante para a união dessas elites na luta pela independência residia no medo das mobilizações políticas protagonizadas pelas “classes inferiores” (Anderson: 1989, p. 58).

Hay jóvenes que prácticamente por falta de espacio, por falta de seguir trabajando en el campo, en el agro, se han optado venir a la ciudad, desde muy pequeños, otros, entonces ya tienen otra visión, otra mentalidad, a ratos hacen el cambio también, son mayorcitos, vuelven regenerarse, vuelven a decir que ellos son aymaras; pero a veces ese ego juvenil les lleva a decir de que, inclusive, no les gusta el aymara, nuestra misma lengua (Victor Cortes, dirigente do CONAMAQ).

E se reflète, também, na perda dos referenciais originários de sua territorialidade:

Pues que yo le digo, un poco ha habido un poco de concientización negativa contra uno mismo, perdida de colectividad, perdida de identidad de los mismos que vivían en la parte urbana de la ciudad, que se han puesto solamente en lo que comerá hoy día, pero no han pensado en que comerá sus hijos de aquí a 30 años (Genaro Flores, dirigente da FSUTCLP – Tupaj Katari).

V - Felipe Quispe e a conscientização aymara

A concepção *abigarrada* de sociedade reflète numa conscientização que nasce a partir da percepção de exclusão, levando-nos às identidades de resistência. A conscientização aymara, nesse sentido, é fundamental, por resgatar de forma incisiva a cultura originária do altiplano e por fazê-la ecoar junto aos aymaras migrantes das grandes cidades.

Para a concretização desse processo, é importante destacar uma figura que consideramos fundamental: a de Felipe Quispe, o *mallku*. Quispe é oriundo de uma das mais combativas regiões do altiplano andino: a municipalidade de Achacachi, província de Omasuyos, departamento de La Paz. A cidade é a principal referência das mobilizações aymaras na Bolívia⁷⁴. Distante, isolada em meio à paisagem espetacular da Cordilheira, a cidade encontra-se imersa em meio a uma sensação de isolamento. Viajar até ali é como viajar

⁷⁴ Segundo o último Censo, 95% dos habitantes de Achacachi definem-se aymaras (INE: 2002).

no tempo, rumo ao coração do *aymarismo* boliviano. Foi lá que ocorreram as manifestações do ano 2000 que colocaram Quispe definitivamente no panteão das grandes lideranças populares surgidas na Bolívia nos últimos anos, com bloqueios de estradas e mobilização de forças insurgentes aymaras, que lograram, inclusive, expulsar do município todas as autoridades vinculadas ao Estado boliviano⁷⁵.

O codinome usado por Quispe, o *mallku*, expressa as referências sobre as quais se constrói o seu discurso. Seu grande mérito é o resgate do orgulho indígena, a partir da retomada dos exemplos das lideranças míticas que combateram a Coroa espanhola:

Porque Colón se ha equivocado, dijo que estaba llegando a las Indias, y desde ese día, desde el 12 de octubre de 1492 a nosotros nos llaman indio – indio arriba, indio abajo, indio al costado, indio en todas partes. Entonces, con el tiempo, esto resulta ser una doctrina para nosotros, porque muchos de nuestros mayores decían: ‘Con el término indio nos han oprimido, nos han explotado, y con el término indio vamos a liberarnos’. Y esa era la mentalidad de nuestros mayores. Ese orgullo no es solamente de nosotros, de la nueva generación, si no es un orgullo que viene de Tupaj Katari, Tupaj Amaru, de Zarate Willka, muchos hombres que ofrendaron su vida, llegaron a ser descuartizados, despedazados (Felipe Quispe, o Mallku).

Politicamente, Quispe é herdeiro das correntes Kataristas, surgidas no altiplano no final dos anos 60 quando se esgotava o Pacto Militar-Campesino liderado pelo Gen. Barrientos para chegar à presidência em 1964. O Katarismo evoca a memória do mítico Tupaj Katari, e segundo Rivera (1984):

en él se expresan diversos horizontes históricos y temáticas ideológicas: la reivindicación de la cultura y del pasado indios, la conciencia de las nuevas condiciones de explotación que sufre el campesino, su impotencia por influir en las políticas agrarias del Estado, su rechazo ante la degradación de sus organizaciones sindicales, etc (p.154).

⁷⁵ “El ultimo episodio en esa lenta separación del Estado es la expulsión – en una secuencia progresiva que ya suma a subprefecto, policía, tránsito y juzgado – de los médicos del hospital, también funcionarios públicos. (...) Con una alcaldía ‘vigilada’, finalmente, los únicos que quedan en Achacachi son comunarios y militares em su cuartel. El duelo final está servido”. (ORDUÑA, 2001b, p. 14).

O Katarismo foi uma das correntes de manifestação da esquerda ao longo dos anos 70, representado através de partidos que assumiam a defesa dessa agenda. Posteriormente, nos anos 80, surgia o MRTK (*Movimiento Revolucionario Tupaj Katari*), no qual se destacariam, além do próprio Quispe, lideranças como Victor Hugo Cárdenas (que seria vice-presidente na primeira gestão de Gonzalo Sánchez de Lozada), e do atual vice-presidente, Álvaro García Linera⁷⁶. Consolidava uma linha de relação entre as comunidades originárias, no campo, e seus emigrados, agora em meio urbano.

Rivera (1984) sintetiza aquilo que considera as duas principais contribuições do Katarismo para a consolidação das atuais demandas políticas:

El Katarismo como simbiosis entre un orden ético perfecto, encarnado en el código moral incaico y la lucha anticolonial que busca restaurarlo, encarnado en la figura de Tupaj Katari y otros líderes indios. Aquí lo central es la percepción de la continuidad de una situación colonial que se impone opresivamente sobre una sociedad originariamente libre y autónoma;

El Katarismo como conciencia del retorno del héroe, multiplicado en miles: “Yo muero, pero mañana volveré convertido en miles de miles”. Aquí lo central es la percepción de la cualidad política del número: la noción de mayoría étnica nacional, que se asocia con el “despertar del gigante dormido” (p.178-9).

A consolidação da influência katarista se dá, para além da ação partidária dos anos 1970, a partir de sua consolidação como entidade sindical, à princípio no seio da COB, e posteriormente com vida independente. A CSUTCB – Confederación Sindical Única de los Trabajadores Campesinos de Bolívia – foi formada oficialmente em 1979, aglutinando àquela entidade os grupos indígenas e campesinos. Ao longo das décadas seguintes, porém, frente à perda de representatividade da COB, aliada à inaptidão desta em compreender o novo cenário, insistindo na primazia do operariado por sobre os crescentes movimentos indígenocampesinos, a CSUTCB partiu para um perfil de ação autônomo, e dadas as características da própria base econômica e social do país, pode ser considerada um de seus movimentos mais influentes no atual cenário (GARCÍA: 2005).

⁷⁶ García Linera e Quispe cumpriam pena de 5 anos na década de 1990, acusados de atividades insurgentes à frente do MRTK.

Sobre a importância da consolidação da CSUTCB, Rivera (1984) afirma:

la corriente sindical katarista, fundida en la CSUTCB, se constituye en la síntesis más equilibrada de los complejos contenidos, nacionales e indios, clasistas y étnicos, económicos y culturales, sindicales y políticos que ha acumulado el movimiento katarista en más de diez años de lucha; (...) a la hora de la crisis del proyecto estatal de 1952, que parece estar arrastrando a todas las opciones partidarias del criollaje urbano, el katarismo se convierte en una instancia fundamental de la autodeterminación política del movimiento popular (p.183).

A presença de Quispe, o respeito conquistado por essa figura inegavelmente polêmica, é fundamental para a consolidação da conscientização havida nos últimos sete anos.

É importante aqui que se faça uma ressalva: Quispe professa um discurso de tons extremistas, onde se sobressaem os pronunciamentos abertamente contrários ao Estado boliviano e, eventualmente, uma espécie de racismo *al revés*, contrário aos brancos. Sua figura completa a construção do personagem: dificilmente é visto sorrindo em fotografias, e está sempre disposto a polêmicas com seus interlocutores *k'haras*⁷⁷. Sua plataforma política de reconstituição do Qollasuyu (como entidade autônoma, independente da Bolívia) talvez seja demasiado radical para encontrar apoio para além das próprias comunidades aymaras, e o crescente isolamento a que foi condenado seu partido talvez seja uma prova disso⁷⁸. Mas nada disso diminui a importância de seu discurso contundente, incisivo, apontado diretamente para as feridas não cicatrizadas da sociedade boliviana.

⁷⁷ Termo aymara para designar os brancos europeus.

⁷⁸ Felipe Quispe fundou o MIP – Movimiento Indígena Pachakutik – em 14 de Novembro de 2000. Segundo ele: “*Pacha, tanto en quechua cuanto en aymara, es el tiempo y el espacio. Kutik entonces es la vuelta, puede ser la revolución, el cambio, la transformación. Entonces por eso es que hemos optado por este nombre, el Pachakutik: nosotros pensamos cambiar este país, transformar nuestro país, y que tengamos nuestro propio modelo comunitario del ayllu, donde no hayan ni los pobres ni los ricos, que vivamos en las iguales condiciones de vida como habíamos vivido desde los tiempos más remotos. Entonces por eso es que hemos fundado con este nombre a nuestro brazo político a la cual nosotros lo queremos, lo amamos, y estamos llevando así adelante*” (Felipe Quispe, o Mallku, entrevista ao autor). Nas eleições presidenciais de 2002, o partido alcançou 6,09% da votação nacional, se convertendo, assim, no quinto partido em importância no país, ainda que 92% de sua votação tenha vindo do departamento de La Paz. Como bem analisou Orduña, a fundação do MIP “*fue un ejercicio multitudinario de nacionalismo aymara; desconociendo todos los símbolos de la República, Quispe inauguró un partido para la república*” (ORDUÑA, 2003, p.12).

Era o que apontava, diante de uma aparente decadência do *Mallku*, o jornalista Victor Orduña:

De Felipe Quispe en adelante, los jóvenes de la UPEA (Universidad Pública de El Alto), por ejemplo, se reconocen con orgullo como aymaras. Aunque parezca paradójico, con todo su racismo y su malhumor, el bloqueador impotente (Quispe) puede haber hecho más por la tolerancia y la integración del “mundo índio” que muchos discursos empapados de lo “plurimulti” (ORDUÑA, 2003, p. 11).

O que é reconhecido com orgulho pelo *Mallku*, que afirmava: “(...) *estamos orgullosos porque hemos reindianizado, lo hemos reideologizado. El indígena tiene su propia ideología ahora, así llamese en las ciudades, en muchos lugares, ha cambiado*”. (Felipe Quispe, o *Mallku*).

VI - Paisagens⁷⁹

Posso me arriscar a dizer, mesmo tendo conhecido uma fração muito mínima do mundo, que devem ser raras as cidades em que o momento da chegada tenha um impacto maior do que o da chegada à cidade de La Paz. Qualquer um que chegar ali por alguma das rotas principais, seja vindo do Peru ou pelas rodovias que cruzam o país desde a fronteira com o Brasil, terá, no momento da chegada à cidade, uma visão do majestoso sítio geográfico no qual ela se encontra, numa visão surpreendente.

Para se chegar até lá se cruza pelas imensidões de um altiplano emoldurado ao fundo pelos picos nevados da cordilheira. Um imenso tapete plano de ralas pastagens, onde se

⁷⁹ Utilizamos o termo, aqui, no sentido daquilo que abarca a visão. Segundo Claval (1999) “ela constitui o quadro em relação ao qual aprendemos a nos orientar; ela fala na sociedade da qual se vive; (...) ela é também o lugar onde as atividades humanas gravam sua marca” (p.92).

vê, de quando em vez, rebanhos de lhamas e alpacas conduzidos por pastoras em trajes típicos andinos. Uma terra de imensidão, de longas distâncias, de medidas maiúsculas, que vai aos poucos se transformando, quando a estrada cruza cada vez mais próxima da cordilheira, quando os picos atingem aos nossos olhos uma dimensão mais digna de sua grandeza real, quando a vastidão deserta começa a ser preenchida por umas poucas casas, que transformam aquela paisagem de pastagens numa paisagem preenchida aqui e ali por casas de tons monocromáticos, até surgirem os primeiros prédios, as torres de Igrejas quase sempre brancas a pontilharem o horizonte quebrando sua uniformidade, e, quando se percebe, se está em meio à agitação urbana de El Alto.

A visão que predomina nessa cidade é a de prédios mal acabados, ou mesmo sem acabamento, o que dá a ela uma aparência de descuido. A poeira, típica das terras altiplânicas, cobre carros, ruas, calçadas, trazida pelos ventos que correm das montanhas em direção à cidade. O trânsito *alteño* é o mais próximo que se pode definir de caótico: filas intermináveis de vans, aparentemente sem qualquer restrição de comportamento de trânsito, acompanhadas de uma tradicional sinfonia de buzinas. O caos parece reinar naquele espaço.

Cruzando por suas ruas, seguindo os fluxos principais, vamos aos poucos nos afastando do conjunto de construções, e o horizonte se abre novamente para uma moldura de montanhas e céu aberto. E assim, de repente, como se surgisse do nada, abandonando abruptamente o caos *alteño* em sua área central, a mais conturbada, a mais movimentada, nos deparamos com *la hoyada*, o “panelão”, uma fenda incrustada em meio ao altiplano andino, em cujas encostas equilibra-se, ousadamente, a cidade de La Paz. Uma localização improvável para a sede do governo de um país, com a qual é impossível não se surpreender e, ao mesmo tempo, **impossível se cansar** da sensação de estupefação com a ousadia da urbe que ousa equilibrar-se naquelas encostas.

Descendo pela autopista que conduz até a urbe *paceña*, os contornos tornam-se mais nítidos, ganham formas e cores, a cidade mostra-se vibrante, ganha ritmo, velocidade, sons, cheiros. La Paz é demasiadamente intensa, mas de uma forma tal que, ou se aprende La

Paz, ou se cansa em La Paz. Não apenas pela altitude e por seu perfil topográfico onde os planos são raros: em suas ruas, ou se sobe, ou se desce, e o visitante do nível do mar que vibra quando encontra uma descida, sabe que, na volta, terá que subir. Ela lhe rouba o oxigênio, em todos os sentidos: daquilo que a altitude não cobra, a cidade se apropria.



Figura 12: Foto do centro de La Paz. Vista das Plazas San Francisco e de Los Heroes. Setembro 2003.
Fonte: Marcelo Curia/P2

El Alto, a cidade lá em cima, é a capital das rebeliões, ou uma das capitais das rebeliões: um título em si não existente, mas que ao mesmo tempo é pleiteado por algumas localidades bolivianas. A cidade paira sobre La Paz à distância – uma distância que na maioria das vezes é maior do que, por exemplo, aquela que separa, na cidade do Rio de Janeiro, favelas e bairros nobres. Mas a sombra de El Alto, não a física, mas a simbólica, paira sobre os *paceños* de forma inexorável. Nos últimos anos, a cidade se projetou não só em relação à própria Bolívia, mas em relação a todo o mundo. O movimento social vigoroso gerado nas ruas empoeiradas de El Alto conseguiu transmitir uma mensagem que rompeu seus limites geográficos, venceu a barreira imposta pela cordilheira, pela pobreza, pelo isolamento.

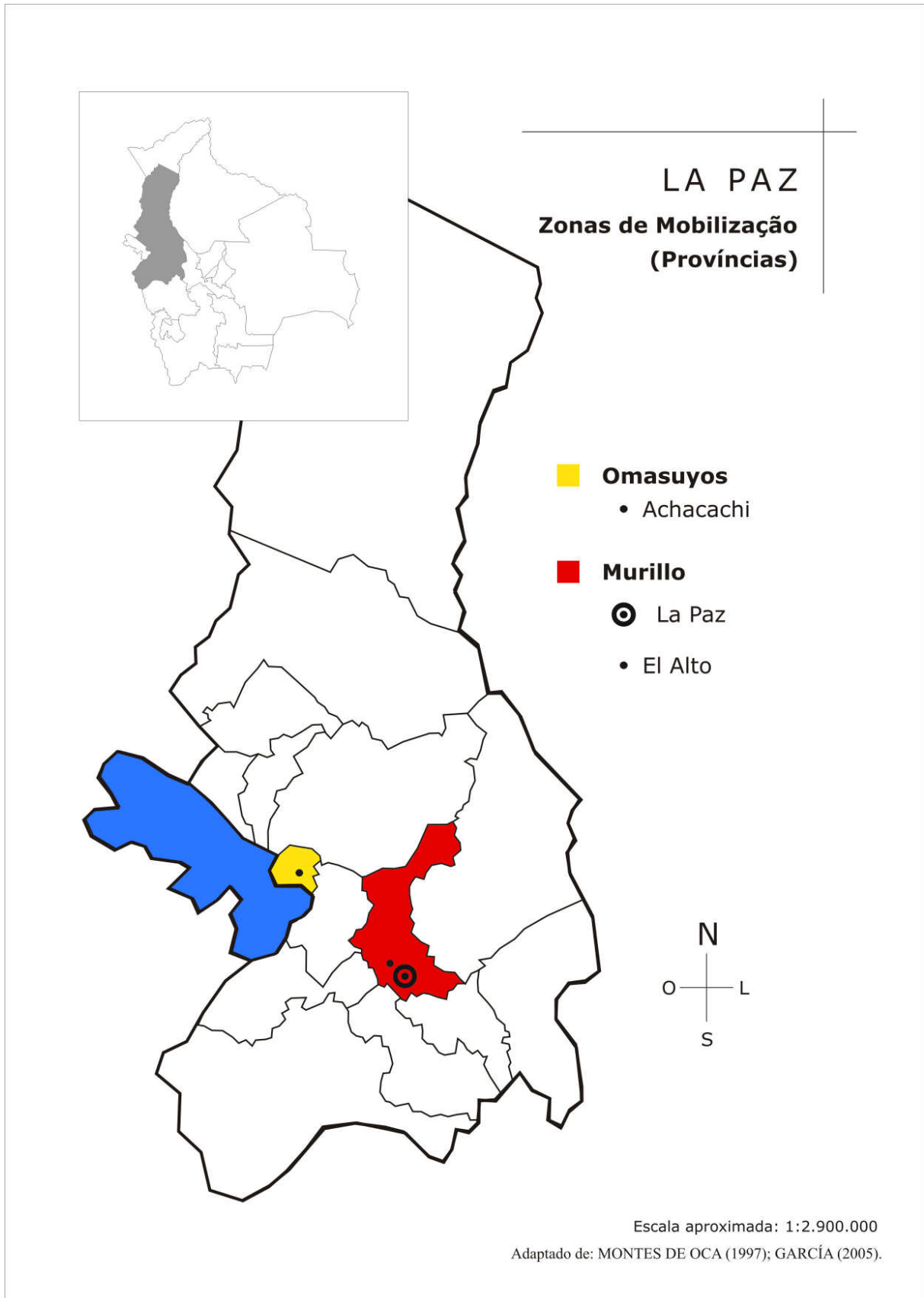


Figura 13: Mapa La Paz. Zonas mobilização.

VII – El Alto

El Alto é hoje, talvez, a síntese mais aproximada daquilo que é a Bolívia conflituosa que ganhou as páginas da imprensa mundial, e que atraiu a atenção mundial. É uma cidade com uma aparência pobre. De alguma forma, até mesmo, hostil. A aparência é de uma cidade cuja construção foi abandonada quase ao final das obras. A cor ocre do tijolo à vista é a que predomina. Veículos em mal-estado de conservação abarrotam diariamente um trânsito caótico, e, de uma lógica aparentemente incompreensível. Ela não surge como um lugar convidativo. Sempre pensei que um brasileiro, acostumado à violência urbana, não hesitaria em classificar aquele lugar como perigoso. Aparências não necessariamente confirmadas pela realidade. Ou melhor dizendo, a realidade de El Alto é mais complexa do que a uniformidade que os tons ocres parece supor.

A cidade foi formalmente emancipada em 6 de março de 1985, quando se tornou a quarta seção da província Murillo do departamento de La Paz. A formalização se fazia necessária pois El Alto já contava, à época, com 300.000 habitantes, o que demandava autonomia na administração dos problemas daquela cidade que crescia em ritmo vertiginoso. As projeções atuais indicam mais de 800 mil habitantes, número em constante alimentação em razão das migrações⁸⁰.

El Alto é, assim, a cidade migrante por excelência, a “Babel das migrações” (García:2005) que sintetiza, em seus bairros, experiências de diversos setores e regiões do país. As causas dessas migrações podem ser encontradas tanto em atos governamentais (como o DS21060), como em não-atos governamentais – a falta de ação para lidar com a pobreza extrema que se encontra nas áreas rurais do departamento de La Paz, que fazem com que El Alto acolha a estas populações migrantes que buscam ali encontrar possibilidades de reconstrução de suas vidas. O problema migracional é assim interpretado por um dirigente:

⁸⁰ Segundo o censo oficial de 2001, a cidade já contava, naquele ano, com mais de 600.000 habitantes (INE: 2002).

Si en el altiplano comen, si en el altiplano se produce, se generan ingresos económicos, ya no hay migración, ya no va haber los cinturones de pobreza que vemos en este momento, que da una mala apariencia de una Bolivia que no tiene nada. Pero el Estado y los gobiernos departamentales nunca han tenido políticas de desarrollo. (...) Así, lamentablemente, en los últimos treinta años la migración hacia la parte urbana, no solamente en el departamento de La Paz, del área rural ha sido bastante significativa, demasiado significativa. Eso debido pues al poco apoyo o respaldo de los gobiernos departamentales y del gobierno central para conseguir el desarrollo o mejorar las condiciones de vida en el área rural, o del campesinado, o de los aymaras en su caso (Genaro Flores, dirigente da FSUTCLP – Tupaj Katari).



Figura 14: Foto de área central de El Alto. Julho 2005.

Fonte: Marcelo Curia/P2

Segundo dados do último censo, enquanto a taxa de crescimento inter-censos (1992-2001) para a Bolívia foi de 2,74%, para a municipalidade de El Alto esta taxa foi de 5,10%. O município é o que possui, assim, a maior taxa migratória de todo o departamento, (em todo o país ela só é comparável à do departamento de Santa Cruz, o mais rico). Formou-se assim uma cidade aymara: 50,68% da população afirma falar o idioma, e 74,25% define-se como aymara (INE: 2002). É, uma cidade jovem, como nas palavras de um dirigente: “*Yo creo que parte de esto, la ciudad de El Alto acoge a todas las personas que anteriormente vivían en minas, vivían en pueblos, en provincias, que es gente humilde, que se ha marcado,*

la ciudad de El Alto es una ciudad joven, acoge este tipo de gente". (Néstor Salinas, representante da *Asociación de Familiares de los Caídos por la Defensa del Gás*)⁸¹.

Os indicadores de pobreza da cidade, afora serem visualmente evidentes, mostram o resultado desse processo de formação. De sua população total, 66,45% são considerados abaixo da linha de pobreza, e destes, 17,45% abaixo da linha de indigência. Dos índices de saneamento básico, destacam-se 36,66% da população sem acesso à coleta de esgotos, e mais de 50% daqueles com acesso à água encanada o tem fora do espaço residencial (terreno ou fontes coletivas)⁸².

Mesmo existindo formalmente há pouco tempo, El Alto orgulha-se de ostentar uma história que remonta aos primeiros anos de ocupação colonial espanhola, e junto a ela, uma larga memória histórica de lutas sociais indígenas (Mamani: 2005). Sua origem se relaciona ao povoamento da *hoyada* de La Paz, que por sua vez se origina da tentativa de estabelecimento de uma ligação das minas de Potosí com o centro administrativo de Cuzco.

⁸¹ Existe um parêntese importante a ser aberto aqui em relação ao problema das migrações. Elas são intensas tanto dentro do país como para fora do país. A busca de uma solução contra as dificuldades econômicas faz com que grandes contingentes de bolivianos busquem refúgio no exterior. Entre os principais destinos estão a Espanha e, na América do Sul, a Argentina (Buenos Aires) e o Brasil (São Paulo). Buenos Aires abriga a maior comunidade boliviana fora do país: "*El flujo migratorio de bolivianos hacia la República Argentina es tradicional desde hace más de 40 años, con cifras alarmantes que estiman que 1,2 millones de bolivianos viven en esse país, si se incluye a indocumentados y a los dependientes (hijos de bolivianos)*" (MORALES: 2001, p.15). O preconceito sofrido por esta comunidade de expatriados foi atestado por uma comissão de deputados em visita ao país platino: "Los diputados bolivianos que estuvieron en Buenos Aires afirman que las tradicionales denominaciones porteñas de "bolitas" y "cabecitas negras" que se usan para referirse a los bolivianos ahora tienen connotación despectiva y peyorativa. La propia mención de la nacionalidad "boliviano" se ha convertido en insulto" (MORALES: 2001, p. 15). Enquanto em São Paulo é crescente o número de imigrantes ilegais trabalhando nas confecções do bairro do Bom Retiro. Segundo Athayde "de toda a migração recente para o Brasil, o grupo mais volumoso é, sem dúvida, o dos bolivianos. A estimativa de entidades que lidam com o tema é de 60 mil em São Paulo, embora autoridades bolivianas mencionem 200 mil" (2007: p.17). Lá, aos domingos, esses imigrantes recriam seus espaços na Feira da Kantuta, no bairro do Pari, onde em meio a salteñas, cumbias e futebol, fazem com que haja um pouco de Bolívia em meio à agitação paulistana.

⁸² "*Así pues varias migraciones se han constituido aquí en El Alto, y por eso, la forma de vida, el estado de vida económico que tiene cada familia es muy pobre, y por eso nace la necesidad, y por eso también hay la unidad aquí en El Alto, casi no somos burgueses, será en un 3% los que tienen posibilidades, pero casi el 97% no tiene posibilidades económicas, y hay situaciones muy críticas después de que ha habido esa superpoblación que viene trabajar en las ciudades*". (Carlos Rojas, dirigente da Fejuve/El Alto, entrevista ao autor).

Foi a posição geográfica do sítio de El Alto em relação à cidade de La Paz que justificaram sua ocupação (e o perfil dessa ocupação), e que deu à população da cidade o recurso estratégico por ela apreendido e largamente utilizado. A região conhecida como *la Ceja*, (numa tradução aproximada, algo como a franja de El Alto) é a borda por onde a cidade vigia La Paz: a sede do poder estatal boliviano projeta-se no horizonte numa visão espetacular, observada de cima pela cidade que fica *en el alto*. Essa posição estratégica privilegiada permitiu que, em 1781, o mítico Tupaj Katari e sua esposa Bartolina Sisa, os dois maiores ícones das lutas aymaras na Bolívia compusessem ali seus quartéis indígenas num cerco de mais de quatro meses à cidade de La Paz; em 1899, na chamada Guerra Federal, sob a liderança do aymara Pablo Zarate Wilka, impediram o avanço das tropas federalistas; e em 1952, foi ali que se consolidou a revolução (MAMANI: 2005).



Figura 15: Foto de La Paz, vista desde *la Ceja* de El Alto. Agosto 2005.
Fonte: Marcelo Curia/P2

A *ceja* é hoje, na prática, um entroncamento viário para onde confluem as linhas de transportes públicos, onde se localizam as sedes dos organismos institucionais da municipalidade, de onde se bifurcam as rodovias que conduzem às demais regiões do país. Sua aparência de praça pública atrai centenas de comerciantes informais e suas barracas de

vendas⁸³. Milhares de pessoas rodam por ali diariamente. Algumas ficam por ali por horas, esperando que alguma coisa venha a acontecer. É ali que fica, também, a sede de um dos mais importantes movimentos sociais bolivianos dos últimos anos: a *Federación de Juntas Vecinales de El Alto – Fejuve-El Alto*.

VIII – A Fejuve de El Alto

A Fejuve é assim definida por uma de suas lideranças:

La Fejuve es una organización que agrupa a más de 575 juntas vecinales o bases. Son organizaciones que se encuentran en distintos lugares, y esos barrios prácticamente son representados por presidentes de zona, y el conjunto de esos presidentes de zona hacen una deliberación aquí en Fejuve para hacer decisiones muy concretas o planteamientos directos. Y también esta Fejuve, la deliberación viene de la siguiente forma: primero es el planteamiento de las bases sobre una petición, o una demanda, a su presidente; su presidente lleva al nivel de un ampliado distrital, o sea, aquí también todo El Alto está en dividido en ocho distritos, ahora ya van a ser creados dos más, van a ser diez distritos municipales. Dentro de esos distritos se delibera esas demandas, y una vez deliberada los mismos distritos vienen a un ampliado en su conjunto de toda la ciudad de El Alto para plantear a esa demanda. Y ahí esa decisión ampliada tiene que ser consensuada con todos los distritos, y si es que hay que hacer un accionar, primero lo que hacemos es: trae esa demanda, a nosotros, como comité ejecutivo, plantéalas a las instancias correspondientes, al gobierno o a cualquier autoridad que corresponda. Al no ser escuchados directamente tenemos que bajar nuevamente al ampliado de presidentes, decirles: “mira, hasta el momento hemos hecho esa demanda, no hemos sido escuchados, ¿ahora cual el paso a seguir?”. Y ahí, directamente los presidentes toman la decisión de hacer mecanismos de protesta, salir por la fuerza (Carlos Rojas, dirigente da Fejuve/El Alto).

La Fejuve juega un rol importante porque acoge a todas las juntas vecinales de la ciudad de El Alto, es que juntas vecinales se refiere a los pobladores, y todas estas personas que viven de vecino al lado de su vecino, acoge, aglomera gente, y esa gente mismo esta representada ente, y la Fejuve escucha todas a sus demandas, entonces solamente se marcan un solo pedido, a eso lo enmarca o lo engrandece la Fejuve, porque ahí en El Alto todos somos vecinos, todos son vecinos, la única manera de se hacer escuchar es de vecino a vecino que es lo que necesitamos, y esa

⁸³ “Había gente que ya no tenía nada en El Alto, pero esa gente no tiene nada siempre, todos los días vive con un boliviano al día. El alcalde gana 15 mil bolivianos de sueldo. Y esa gente que sufre, y esa gente que viene aquí a la Ceja venderse una cosita, esa gente vive para comer, vende para comer. Ni siquiera vende para su vestimenta, o para vivir como un obrero. Esa gente es mas explotada que el obrero mismo”. (Daniel Chinche, líder estudantil, El Alto, entrevista ao autor).

es la representatividad en la cual juega la Fejuve, porque acoge también las demandas de cada uno de los vecinos y de las organizaciones sociales, a través de esas demandas (Nestor Salinas, representante da Asociación de Familiares de los Caídos por la Defensa del Gás).

Na prática a Fejuve atua como um micro-governo de bairro. Ela existe oficialmente desde 1979, herdeira das primeiras organizações de juntas de vizinhos surgidas em El Alto, desde a década de 1950 (García: 2004). Ali, diretamente são expostas as necessidades de cada junta de vizinhos, especialmente em relação a problemas de desenvolvimento urbano, e se busca, através da unidade e da ação direta, encontrar os mecanismos que possibilitem a solução desses problemas. Reunindo práticas herdadas das tradições das quais se originam os moradores da cidade, El Alto as reterritorializa: a cidade é um mosaico construído a partir de experiências mineiro-sindicais e campesino-aymaras, tradições estas que se manifestam claramente à época das mobilizações nas quais a Fejuve, como entidade máxima de representação dessas comunidades, atua como aglutinador das lutas.

O papel da entidade acabou ultrapassando, em muito, a função original de administração dos problemas urbanos. Como caldeirão que é, onde se misturam as memórias coletivas das diferentes experiências que a constroem, a Fejuve logra alcançar uma projeção que toca diretamente no cotidiano, no espaço vivido de seus comunários. Retomando experiências como a dos ayllus, as juntas de vizinhos são responsáveis pela harmonização da vida em comum, momentos nos quais pode, até mesmo, atuar como uma espécie de consultoria psicológica, ou tribunal de pequenas causas.

Afora isso, por seu papel de extrema importância dentro dessas comunidades, possui um poder de convocatória invejado por todo e qualquer partido político boliviano ainda que a entidade tenha como padrão a não adesão oficial a qualquer programa de partido, mantendo assim sua autonomia decisória. Seu papel, por exemplo, na criação da Universidade Pública de El Alto (UPEA), foi fundamental, o que demonstra o alcance de suas ações em relação à municipalidade.

De eso a conformar un partido político, creo que no es necesario, se ha demostrado que la Fejuve moviliza mas que un partido de izquierda boliviano, inclusive mas que el MAS, se viene el evo morales, muy oscuro, nacionalista, ellos planteaban el 50% de la nacionalización (Marco Llanos, El Alto).

IX - Cotidiano

Pensar e viver *El Alto* é, de alguma forma, se aproximar daquilo que se encontra por trás das várias mobilizações vividas na Bolívia dos últimos anos. El Alto e La Paz não são meras cidades, são experiências. Profundas, intensas, por vezes difíceis.

É muito simples pensar sobre La Paz do ponto de vista, por exemplo, de um bom hotel, de uma rua de colorido intenso, dos múltiplos idiomas falados pelos turistas, dos preços atraentes – a cidade cosmopolita. É realmente agradável pensar La Paz do ponto de vista de suas atrações turísticas, das montanhas, dos cafés. Mas é completamente distinto pensar La Paz do ponto de vista das ruas, dos bairros, do trânsito frenético, da aparente falta de regras.

Porque La Paz, como cidade, como experiência, (assim como qualquer grande cidade boliviana), e nesse caso especialmente por sua característica de proximidade do epicentro altiplânico aymara, é, assim como a Bolívia, uma síntese de vários mundos, de espaços e tempos diferenciados que são forçados a conviver confinados na *hoyada*. Tempos pré-modernos, modernos, pós-modernos. As rugosidades que se fazem presentes a cada quadra, a cada esquina. As ruas por onde jovens engravatados passam por indígenas com vestimentas típicas vendendo bugigangas importadas, obviamente contrabandeadas, trazidas da zona franca de Iquique para a feira da 16 de Julho, em El Alto, e de lá, para as ruas de La Paz. A senhora com vestimenta de chola vendendo máquinas fotográficas digitais, aparelhos de som MP3, roupas importadas com marcas conhecidas, mas com etiquetas que não ocultam a origem igualmente humilde dos tecidos, é talvez a síntese mais peculiar desse mundo

complexo. Vendem-se os legítimos abrigos Adidas, fabricados em algum porão obscuro de Bangladesh (não vi o porão, apenas o imagino assim após ler a etiqueta sorrateira que se esconde dentro do casaco).

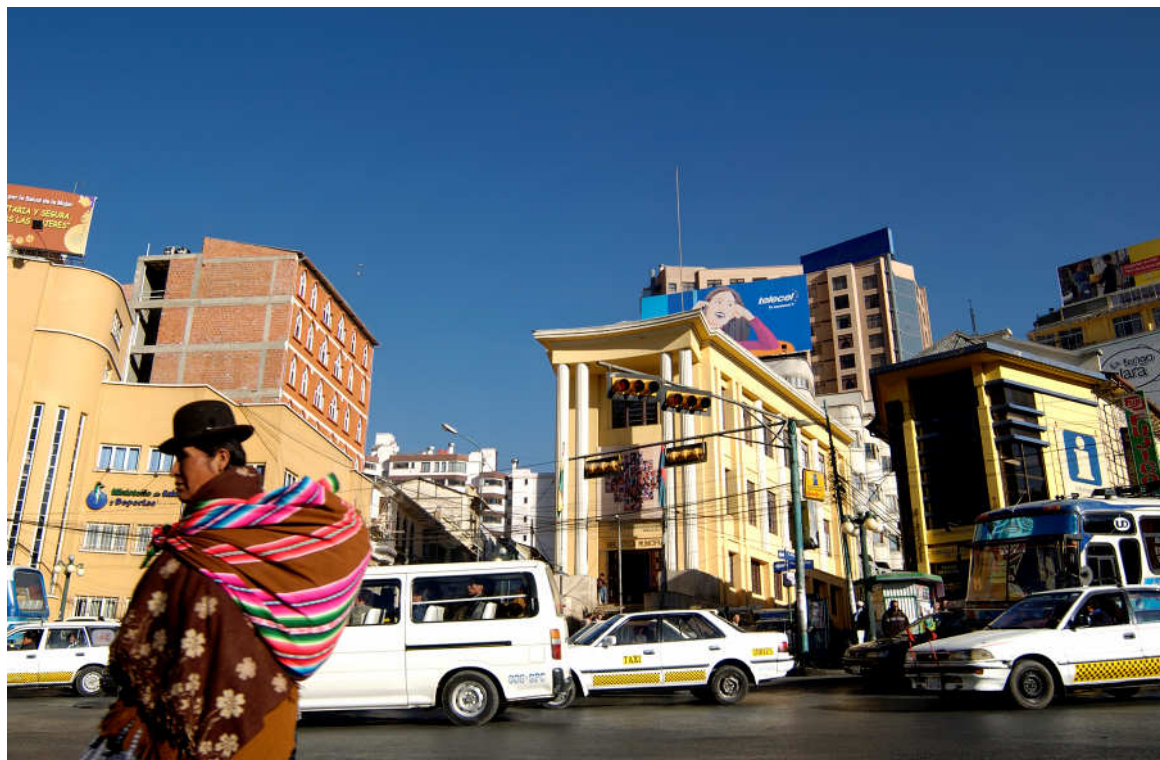


Figura 16: Foto do centro de La Paz. Julho 2005.

Fonte: Marcelo Curia/P2.

Mas abre-se a curiosidade de se baixar pelas longas avenidas desvendando uma La Paz praticamente desconhecida. Quem vai até lá em busca de alguma atração histórica, andina, limita-se ao “centro” da cidade e não necessita outras visões – está tudo ali, ao alcance dos olhos e das mãos. Mas cabe a expedição: a zona sul de La Paz não é a Bolívia que se viu até se chegar ali. O que fazem as lojas de grife, com suas vitrines generosas, mostrando uma moda que pode muito bem ser vestida nos grandes centros da cultura ocidental? O que fazem os supermercados, numa cidade onde o comércio informal é a base de abastecimento da maior parte da população? A imagem de carros último tipo estacionados em ruas de pistas largas, com jovens reunidos em seu redor, provavelmente arquitetando planos noturnos, cabe perfeitamente em qualquer balneário de moda brasileiro.

Essa não é a Bolívia das cenas mostradas na televisão em conflitos, mobilizações, comícios, bloqueios, eleições. A tez é diferente. Os matizes são diferentes. É a “outra” Bolívia.

Muitas vezes se falou (até mesmo aqui) de que a Bolívia é o país mais pobre da América do Sul. Isso talvez seja indiscutível, uma vez que os parâmetros socioeconômicos de comparação insistem em enfatizar essa colocação pouco honrosa. Mas, levando-se em conta o tamanho da população boliviana, e mesmo o perfil de sua pobreza, a partir, por exemplo, de parâmetros tais como o poder de paridade de compra, ousaria dizer que, aqui, no Brasil, temos pobres muito mais pobres do que os pobres de lá. Além do fato obvio de termos muitos pobres a mais. Digo isso porque a questão que a mim sempre chamou mais a atenção não foi exatamente o nível de pobreza do país, uma vez que reconheço o país em que vivo. Creio que o chama mais a atenção é, isso sim, o fato de que a pobreza lá é muito mais presente, é mais perceptível. As rotas de fuga, os esconderijos para aqueles que não querem vê-la são poucos, e de mais difícil acesso. Não conviver com a pobreza por lá é uma tarefa para a qual alguns poucos bolivianos da zona sul de La Paz, ou de algumas “zonas sul” de outras grandes cidades, precisam dedicar grandes esforços. E, ainda assim, creio, honestamente, é uma tarefa impossível.

São dois países. Distintos. Visivelmente distintos. Pensar nestes dois mundos como um só país, pensar em populações completamente diferentes entre si como pertencentes a um mesmo projeto, é uma dificuldade na qual ainda hoje se debate a sociedade boliviana, sociedade *abigarrada*. A presença (ou ausência) de um projeto global muitas vezes sela a sorte de projetos políticos. Não é só a dificuldade de ver-se como pertencente a um mesmo corpo social, mas também a forma em que nos percebemos pertencentes a este mesmo corpo social. Quais as características que espero que o outro possua para que possa ser reconhecido como pertencente ao mesmo corpo social ao qual eu pertença?

Assim, é compreensível que o discurso de “duas *Bolívias*”, necessário para aqueles que querem discriminar e excluir à outra Bolívia, acabe sendo aceito por setores extremistas de ambas as *Bolívias*. É o que se sobressai no discurso de Felipe Quispe:

Acá en nuestro país el indígena ciudadano, el indígena que trabaja en las fábricas, en las minas, el indígena que trabaja en algunos lugares, en otros lugares hasta venden, son gremiales, comerciantes, son chóferes, otros sirven a los patrones, están con un pié en la ciudad, otro pié en el altiplano. Entonces ellos han tomado una conciencia cuando nosotros, desde el año 2000 iniciamos a manejar un discurso de dos “bolivias”, una Bolivia puro indígena, que está oprimida, explotada, racialmente, y hay otra Bolivia, que son la Bolivia de los blancos, que siempre han sido gobernantes, han sido ministros, han sido diplomáticos, jefes, dueños de las leyes, de los poderes del estado. Sin embargo, ese indígena originario nunca hemos sido dueños del poder, de las leyes, ni de si mismo, no? (Felipe Quispe, o Mallku)



Figura 17: Foto da periferia de La Paz. Julho 2005.
Fonte: Marcelo Curia/P2.

Estas preocupações, obviamente, não são resultantes da geografia urbana de La Paz. A distribuição estamental de bairros pela insólita geografia *paceña* não é origem, é consequência, é resultado. O mundo do bairro sul não é o mesmo mundo de El Alto. O mundo

de El Alto é muito mais numeroso, mais onipresente. O mundo do bairro sul, com sua cara, com suas grifes, com seus modos, é o mundo que esteve à frente da Bolívia ao longo de toda a sua existência. O mundo de El Alto é a Bolívia. Não é a única cara da Bolívia, mas é a Bolívia majoritária, a maioria demográfica, aquela que sustenta os índices/indicadores aviltantes. Mas que foi, talvez ainda seja, mas com certeza luta insistentemente para não ser, a minoria política, o lado mais fraco, o lado perdedor.

É inegável que o aspecto mais facilmente associado ao processo colonizador imposto sobre o espaço andino na formação boliviana é o da exploração de seus recursos naturais através de vínculos com processos gerados externamente. Essa forma de inserção do país que viria a se chamar Bolívia numa territorialidade complexa, cujos fluxos, finalidades, percursos, estiveram sempre envoltos numa mentalidade exploratória, é, pode-se dizer, uma compreensão já plenamente estabelecida internamente, e que fez parte de todos os momentos de mobilização popular vividos na história do país.

Essa compreensão se dá em dois sentidos: em relação aos aspectos diretamente materiais, pela continuidade da exploração de recursos vinculada a interesses externos; e nos aspectos sociopolíticos, na manutenção de uma estrutura institucional que é parcial em suas diretivas. O Estado claramente privilegiou a uma elite estatisticamente minoritária, e nitidamente distante dos grupos sociais que sempre foram a maioria do país, entre indígenas e mestiços. Processos como os já comentados anteriormente criaram uma estrutura de divisão no país geograficamente segmentada, transferindo o poder econômico para os departamentos orientais, mantendo as estruturas do Estado nos departamentos ocidentais, e forçando a divisão e a percepção da existência de duas *Bolívias*.

É possível dizer que essa percepção de um país espoliado seja praticamente unânime, havendo diferenças apenas nas formas de interpretá-la. Mas, no campo das esquerdas, no campo das mobilizações populares, não há espaço para meias-interpretações. Externar esta percepção, explicitá-la, é uma forma de criar um processo de identificação, a

percepção de pertencimento mútuo a um mesmo processo e um mesmo destino, talvez até com ares de vitimização, porém, sempre com um chamado à luta.

É quase óbvio afirmar que isso se faz presente no discurso dos movimentos sociais (MS). Com toda a certeza, faz parte de suas estratégias o expressar discursivamente essa percepção. Porém, ao mesmo tempo, é possível dizer que é através de sua ação, de sua atuação, através de uma ocupação do espaço público em que permanentemente denotam tais compreensões, que esse pensamento ultrapassa os próprios limites dos MS, projeta-se por sobre a sociedade. Obviamente, as razões que fazem com que um ou outro se sinta mais ou menos atingido dependem de algumas questões estruturais, mas é também verdade que assim se iniciam alguns processos de construção identitária.

Sugiro aqui algumas formas presentes em meio ao espaço público urbano na Bolívia, em que esta percepção se constrói, ou se afirma, para além da atuação dos MS e de seus militantes diretos. Em primeiro lugar, o “grafite” político. Imagino que poucos são os lugares onde a presença de grafitegens com mensagens políticas sejam tão presentes, visíveis, unindo a arte de matizes andinos com mensagens contundentes em relação à vida do país. São formas importantes de essas mensagens serem transmitidas a um sem número de pessoas, permanentemente gravadas, marcando o espaço, diariamente, não se deixando cair no esquecimento. Para aqueles que presenciaram as grandes mobilizações e os grandes conflitos vividos no país nos últimos anos, são formas de se chamar permanentemente à memória⁸⁴.

Em segundo lugar, os debates em praça pública. Diariamente, grupos de pessoas reúnem-se nas principais praças públicas, ou em pontos de entroncamento viário aos quais confluem as principais linhas de transporte urbano, a discutir uma variedade sem fim de temas que, invariavelmente, terminam no político.

⁸⁴ A presença das grafitegens com motivos alusivos ao conflito social nos remete a Sack (1986), quando nos fala das inter-relações inerentes às manifestações de territorialidade. Ele aponta que a territorialidade é, também, uma forma de classificação por área, onde o espaço é o referencial para a classificação. E envolve uma forma de comunicação visível, que torna o poder, potencialidade quase sempre invisível, em algo explícito e visível. As memórias trazidas pelas mensagens dos muros de La Paz atingem um objetivo semelhante.



Figura 18: Foto do centro de La Paz. Julho 2005.

Fonte: Marcelo Curia/P2.

Minha primeira oportunidade num desses encontros aconteceu por sugestão do jornalista Gustavo Guzmán, quem me sugeriu essa jornada para que eu conhecesse um dos processos de formação das jovens intelectualidades aymaras. O que se dá ali é profundamente instigante: algum vendedor de panfletos, *folders*, ou até mesmo de fotocópias de jornais, dá início a um discurso solitário que logo atrai transeuntes e se transforma num debate público onde a palavra é aberta, e onde alguns temas acabam por ser apreendidos, levados dali em processos solitários de reflexão que podem ser apontados como uma das maneiras pelas quais uma conscientização generalizada se constrói.

Numa das oportunidades em que estive na Bolívia para a elaboração deste trabalho, desacompanhado, fazia diariamente, ao cair da tarde, uma visita à Plaza de los Heroes, no centro de La Paz, para acompanhar de perto aquele processo. Defino essa experiência utilizando uma das expressões que considero das mais precisas em sintetizá-la, ouvida em uma das inúmeras falas que tive a oportunidade de acompanhar: “estas universidades a céu aberto que são as praças na Bolívia”.

Marco Llanos, comunicador social de El Alto, me confirmava, em entrevista, esta percepção:

Es bien interesante, (...) son reuniones asambleísticas, donde tu lo vas a discutir desde religión, y acaban discutiendo los hidrocarburos; o vas a discutir la asamblea constituyente y terminas descubriendo si existe o no la serena del lago Titicaca. Porque es así, la dinámica es así. Y es gente aguerrida, porque va y mete su posición, a mí lo que me sorprende todavía es que están los de la vieja política, que tienes que ir a un partido sino no eres político. (Pero) creo que nos están mostrando de todo lo contrario; no hablamos en términos organizativos, ni ideológicos; las estructuras de que se manejan ahí adentro, son otra forma, la que tu rescatas, es bien interesante, empiezan a construir el conocimiento de manera colectiva, y eso es importante, lo que tu dices funciona, bien interesante. Uno va ir a su casa, con el conocimiento, y lo van a utilizar cuando sea oportuno (Marco Llanos, El Alto)

Estas manifestações em praças públicas nos remetem a uma das principais formas de mobilização dos MS na Bolívia, assim como um dos mecanismos mais tradicionais de debate e tomada de decisões em suas comunidades que são os *cabildos abiertos*. Segundo o CONAMAQ (2004), eles são “*la instancia máxima (suprema) de participación, deliberación y consenso comunitario; es una evento legítimo*”. Formas de retomada da tão combatida democracia direta, os cabildos não só são oportunidades claras para a livre manifestação, como também são expressões claras da existência de uma outra compreensão, de uma multipolaridade de poder. Eles expressam de forma clara a vinculação de seus participantes a um sistema abertamente discordante do Estado; e suas manifestação concreta, visível, *multitudinaria*, é uma mensagem clara da multiterritorialidade existente.⁸⁵

Por fim, cabe ressaltar a presença da *whipala*, a bandeira que representa o *Qollasuyu*, como símbolo constante em praticamente todas as manifestações dos MS. Composta pelas sete cores do arco-íris, em combinações que identificavam, pela cor predominante em sua franja central, a cada um dos quatro suyus em que se dividia a Império inca, a *whipala* foi adotada como símbolo de identificação nacional e cultural das comunidades andinas, e como emblema de uma nação coletivista e harmônica (MARCANI:

⁸⁵ Retomando a afirmativa de Sack (1986).

2004); ela se converte em um emblema de resistência: *“Los invasores como Colón, Cortez, Pizarro, Valdivia y otros, trajeron en sus manos: la espada, la cruz, la Biblia y su bandera; (...) como consecuencia se enfrentaron los dos símbolos: la whipala del Tawantinsuyu, con la bandera de España”* (p.21).

A froça da whipala, predominante mesmo sobre a bandeira boliviana nas manifestações públicas dos MS, se dá em dois sentidos: um, exposto acima, de expressar a continuidade com o passado, trazendo à memória as glórias de um tempo de suposta prosperidade ao qual se almeja retornar; porém, ao mesmo tempo, é um símbolo que se reveste de um caráter atual, expressando a contestação aberta a um Estado excludente. Vem daí, dessa renovação constante de sua interpretação, a força que a whipala adquire como expressão simbólica, visual, de uma mensagem questionadora de uma ordem desigual⁸⁶.



Figura 19: Foto de manifestação movimento cocalero. Chimoré. Setembro 2001.

Fonte: Marcelo Curia/P2.

⁸⁶ Não é a toa que uma das principais mensagens difundidas ao longo da campanha eleitoral para as eleições gerais de 2005 pelo PODEMOS (Poder Democrático e Social, partido ligado às elites, que tinha Jorge Quiroga, ex-presidente e executivo com atuação nos Estados Unidos, como candidato) era: “Não deixemos que troquem nossa bandeira. Defenda nossa bandeira!” (onde via-se, como imagem de fundo, a bandeira boliviana).

X - A “Guerra do Gás”: conflito de territorialidades

Um dos momentos mais expressivos das mobilizações populares na Bolívia nos últimos anos foi a chamada Guerra do Gás, ocorrida em Outubro de 2003. O nome faz menção ao motivo mais aparente do conflito: as divergências quanto à exportação do gás natural boliviano. Porém, este foi um conflito certamente mais profundo, que expunha uma série complexa de contradições, e que evidencia muitos dos antagonismos presentes na sociedade boliviana⁸⁷.

É difícil apontar a causa imediata do conflito, uma vez que várias estiveram presentes e confluíram para aquele momento. A primeira a ser apontada é a eleição presidencial de 2002, que elegera Gonzalo Sánchez de Lozada para um segundo mandato. Vencendo a Evo Morales por uma margem estreita de votos, Sánchez de Lozada foi obrigado a acorrer aos tradicionais arranjos políticos no congresso para garantir sua vitória. Porém, vários analistas apontam a mensagem clara dada pelas urnas em relação aquele “empate”, e pouco compreendida pela oligarquia política:

Las elecciones presidenciales de junio de 2002 constituyeron un “primer aviso” para el sistema político: Evo Morales logro una alianza electoral inédita entre los campesinos, los habitantes de los barrios pobres de las ciudades y no depreciables círculos de la clase media intelectual que le dieron un sorpresivo segundo lugar, pisándole los talones a Gonzalo Sánchez de Lozada, que obtendría una victoria pírrica en el Parlamento que terminará pocos meses después con su huída del poder en médio de la cruenta asonada popular conocida como la “guerra del gás” (STEFANONI, 2006, p. 6).

Especificamente em relação ao gás natural, a questão que se debatia naquele momento era um projeto de exportação de gás natural para o México e a Califórnia, operacionalizada pelo consórcio Pacific LNG (formado por British Gás[BP], Repsol-YPF e Pan American), que se daria através da conexão do território boliviano (por dutos) a um porto chileno. Este fato fazia com que houvesse o resgate de diversas memórias presentes entre

⁸⁷ Para um relato aprofundado sobre a Guerra do Gás, é essencial a leitura de “El Alto de pie”, de Luis Gómez.

diversos setores da sociedade boliviana, especialmente entre os MS. Em primeiro lugar, a da expropriação de recursos naturais, fato que tornava a se repetir, agora com um novo ciclo econômico. Em segundo lugar, a questão da escolha, pelo consórcio, do Chile como plataforma para a exportação. A memória da Guerra do Pacífico e da perda da faixa litorânea, fazia com que essa opção encontra-se uma oposição ferrenha. Não obstante, e aparentemente indiferentes aos clamores populares e às pressões que estes colocavam sobre o presidente, os diretores do consórcio não retrocediam na opção chilena, baseados em projeções de custos que apontavam o Peru (a outra opção apresentada) como uma saída economicamente inviável⁸⁸.

A questão do gás se imiscuía junto à outras em meio a uma série de mobilizações populares crescentes entre os meses de agosto e setembro daquele ano. Em El Alto, a Fejuve coordenava uma mobilização de massas contra os formulários Maya e Paya (“um” e “dois”, em aymara), formulários para cadastramento dos títulos de propriedade urbana e de planos arquitetônicos dessas propriedades, acusados pelos moradores de serem pretextos para o incremento na cobrança de impostos⁸⁹:

Realmente eran digamos un material que iba totalmente en contra del pueblo, porque todo así lo cargaba a los vecinos; por ejemplo el pago hasta de los baños, de las cocinas, tenían que pagar impuestos al municipio, porque el municipio estaba, por ejemplo, como lo puedo decir, tenía déficit económico y no sabía de donde sacar el dinero, todo lo quería dar al pueblo. Los vecinos, entonces de esa manera nos hemos organizado, hecho seminarios, y también ahí influyó la parte política, (...) entonces el tema del maya y del paya ha ido influenciando a todos los sectores, (...) nosotros hemos empezado a introducir también este tema, como cuestión general de todos, que esto resulte como un movimiento, de los movimientos de decir ‘no tenemos’, que no había dinero, no quería nada con El Alto. Entonces esa concentración de fuerzas de las bases a empezado a emerger, y hacer respetar por ejemplo que esos formularios se anulen, dentro del Alto, y se ha anulado (Daniel Chinche, líder estudiantil, El Alto).

⁸⁸ “Hace un par de semanas, uno de los ejecutivos de Pacific LNG le enrostró a Sánchez de Lozada una verdad – la verdad económica, la del negocio, no la de la historia -: se acaba el tiempo, señor Presidente, o hacemos el negocio ya o esto se acaba, y usted sabe, señor Presidente, el gas va por Chile o no va a ninguna parte”. (Pulso Semanario, 29 Agosto 2003, p. 11).

⁸⁹ Ver anexo I.

Ao mesmo tempo, na região da província de Omasuyos, o movimento aymara coordenava uma série de bloqueios de estradas, com um conjunto de demandas que unia os temas expostos acima a uma questão local de pressão pela libertação de um líder preso. Um destes bloqueios se dava entre as localidades de Warisata, próxima a Achacachi, e Sorata, ponto turístico bastante procurado por estrangeiros, num dos mais espetaculares vales andinos da região.

Com um grupo de aproximadamente 100 turistas estrangeiros “presos” em Sorata, o governo ordenou uma operação militar para o resgate. Como é típico da estratégia indígena, o comboio passou pelas localidades de Achacachi e Warisata em seu percurso a Sorata, mas no retorno encontrou o caminho novamente bloqueado. O resultado foi um confronto armado, no qual o exército buscou, literalmente, abrir caminho à força, o que resultou em três mortos e dezenas de feridos⁹⁰.

Foi a partir daí que componentes diversos se juntaram num conjunto único de demandas. Cremos que aí se tornam perceptíveis os laços de identidade que permitem a realização da ação mesma. O ocorrido em Warisata repercute nas demais regiões de um país que se percebe assolado, e desperta uma solidariedade que implicará numa mobilização de impacto profundo:

⁹⁰ “Lo que ha ocurrido en Warisata ha ocurrido más antes, eso pasó en el 20 de septiembre, el 20 de septiembre, una mañana de esas, ya aparecieron los helicópteros, llegan al cuartel Achacachi, regimiento Ayacucho, y nosotros le vemos, y pensábamos que estaban tomando contacto con la gente, trayendo algunos víveres para los soldados, porque ya no salían los soldados, lo tenían miedo, estaban encuartelados ahí adentro, y no entraba comida, no entraba pan, no entraba nada, entonces tenían que hacer llegar a través de helicópteros por vía aérea, al cuartel, sino no llegaba, tenían que morir de hambre los soldados, es por eso que ellos han llegado los helicópteros siempre, pero esa vez había sido ya para reprimir a la gente, o sea que, para hacer pasar los que estaban bloqueados en Warisata, algunos turistas, alguna gente que estaba por Sorata, porque Sorata es una zona turística, es bonito el clima, es valle, entonces siempre llegan a Sorata, entonces han venido seguramente a esa gente, entonces por eso que ellos iban a liberar a esa gente y luego para hacer pasar el cuarto el ejército, la policía, ya han habido enfrentamientos, o sea, la policía, el ejército, todo eso, mucha gente ha subido para liberar esa gente, porque estaban detenidos en Warisata. Hasta Warisata salieron tranquilos, pero igual, (...) ya no podían pasar, entonces ahí es donde bloquearon, y han sido detenidos, y el ejército obligatoriamente tenía que intervenir, reprimiendo a la gente, a los bloqueadores, con las armas, o sea que han disparado directamente, ha habido muertos, como un estudiante de la normal, y una niña de ocho años, una señora, y varios heridos. Varios heridos que se han quedado inválidos, o sea que hasta el momento no pueden trabajar en sus chacaras, están totalmente mal en su familia, preocupados. Entonces esas cosas el gobierno no ha podido solucionar, ese problemas”. (Rufo Yanaricuchura, líder campesino, Achacachi, entrevista ao autor)

El 20 de septiembre hubo enfrentamiento en Warisata, y resulta que estas balas de Warisata han tenido que perforar el corazón de piedra que tenían nuestros hermanos que viven en las ciudades. Yo me refiero a los indígenas de las ciudades, quienes también al escuchar el enfrentamiento en la provincia Omasuyos tomaron conciencia y se levantaron en El Alto de La Paz, se levantaron en muchos lugares (Felipe Quispe, o Mallku).

Ahora, el papel más protagónico que se ha dado aquí desde la Fejuve de El Alto ha sido a partir del 2003. Bueno, en primera instancia había una solidaridad con compañeros de las distintas provincias del sector del altiplano: estaban en un bloqueo de caminos y posteriormente han sido masacrados, muchos muertos, y la indignación de El Alto. No podíamos estar al margen porque muchos de nosotros venimos de esos lugares, hemos migrados de esos lugares, entonces eran nuestros propios hermanos, teníamos que estar con ellos (Carlos Rojas, dirigente da Fejuve/El Alto)

As demandas unificaram-se a partir deste momento, e El Alto tomou a frente das mobilizações. A pressão pela questão do Gás e a não exportação através do Chile foi a principal bandeira defendida pela entidade, o que permite uma associação importante: El Alto, como resultado de migrações, como síntese de uma Bolívia que se re-territorializa naquele espaço, projeta suas demandas não apenas em relação ao local, mas questiona o regional, o nacional e o global:

Porque tampoco estamos con una lucha para El Alto. Acaso en El Alto está el gas, o el petróleo? Está en Tarija y Santa Cruz, los lugares más reaccionarios! Que han sido los que ... Pero aquí en El Alto ya se daba esa visión, y más que todo por el neoliberalismo se han dado cuenta (Daniel Chinche, líder estudantil, El Alto)

A Fejuve, à frente das mobilizações, convocou um *paro cívico* de 24 horas, exigindo um posicionamento governamental a respeito das questões do gás e da repressão havida no altiplano. A falta de qualquer acordo levou a que esta paralisação se transformasse num *paro cívico indefinido*, que acabaria selando a sorte do processo. A partir dali, a Fejuve desfilaria uma série de repertórios de mobilização e de ação direta que paralisariam a cidade de La Paz.

Desfrutando da posição estratégica ocupada, os *alteños* bloquearam todo o acesso à La Paz, repetindo, assim, as manobras históricas de Tupaj Katari. Estes bloqueios impediam a entrada e saída de pessoas, o que pela presença do aeroporto local em El Alto, tornava mais grave a situação. Porém, o mais sentido pela população *paceña* era o bloqueio em relação à entrada de alimentos e de combustíveis, o que após quase duas semanas de paralisação, atingiu proporções preocupantes.

A população *alteña* também sentia os efeitos da paralisação, uma vez que, em razão da possibilidade de conflitos e/ou saques, e da própria imposição do movimento, o comércio não abria suas portas. Foi aí que a solidariedade do movimento, visando a continuidade das mobilizações, resgatou as práticas andinas de territorialidade:

Ya, el sacrificio de los vecinos ha sido muy grande porque prácticamente muchas familias no tenían alimento, no tenían que comer. Algunos también tenían, entonces dentro de eso se ha establecido una solidaridad, muy amplia. Es decir, bueno si yo no tengo alguien tal vez el vecino tenía, entonces le daba al que no tenía, y en algunos lugares se han hecho las ollas comunes, o sea, recogían todo tipo de alimentos de lo que quiere, para hacer una olla grande, o una sopa, y ahí compartir entre todos los que no, o entre los que estaban en las barricadas, los que no tenían posibilidades en la comida. Pero sin embargo muchas veces también nos hemos batido con que, en ciertas ocasiones, El Alto, como es migrante de las provincias, entonces muchas familias tienen pues sembradíos en sus comunidades, y en cada cosecha recogen algo de producto, chuño, papa, entonces se guarda. Entonces eso también ha sido un medio de subsistencia (Carlos Rojas, dirigente da Fejuve/El Alto).

Hacen pues, por ejemplo, nosotros, el chuño, la papa, el maíz, la quinua, siempre se guarda, la gente, es una tradición, más que todo en los pueblos, donde nos han enseñado. Eso, por ejemplo, nos hace que nosotros subsistamos en este proceso, no, que no dejemos, por ejemplo, siempre, al día, vivamos. Por ejemplo, la clase que vive en la extrema pobreza, es la clase que más la usa en esos aspectos, y en esa época de 2003 esa gente no sufría de hambre (Daniel Chinche, líder estudantil, El Alto).

Isso expunha as contradições entre as formas com que a paralisação *alteña* era vivida pelos deferentes setores dessas cidades. Enquanto em El Alto buscava-se resgatar mecanismos originários de solidariedade, a cidade de La Paz era acoçada diariamente com

marchas que desciam pela autopista até as praças de los Heroes e Murillo (em frente à sede do governo) e sofriam com as conseqüências dos racionamentos. A intenção era clara: não havendo a solidariedade direta dos pazeños ao movimento, obrigar-se-los-ia a pressionar o governo em razão da situação imposta pelas paralisações:

aquí en La Paz, lo vamos a poner la zona sur - como los Ángeles tienen todo en EUA, esa gente no sufre, entonces nosotros aquí en la ciudad decimos la zona sur - la zona sur no sufre, porque tiene todo, lo llega todo. Trataban, la forma de presionar es de cortar los alimentos, cortar a la gente de abajo, y aquí se trataba, entre todos se colaboraron. Íbamos a un lugar, llamado Achucaya, que era un lugar donde se tenía las chacras de lechugas, papas, cenorias, todo, y con lo poco que traían abastecían a la gente; poco a poco la misma gente se ha ido colaborando, se hacían pasar entre ellos mismo, se pasaban alimentos, cosa mismo para demostrarle de una vez, poner en clave al gobierno, cosas que se concientizen los de la ciudad: porque estaban así, y porque se estaba haciendo ese paro! No era chiste, lo que estaba pasando! (Néstor Salinas, representante da Asociación de Familiares de los Caídos por la Defensa del Gás).

Este racionamento imposto à La Paz detonou o maior momento de repressão em toda a Guerra do Gás. Comboios militares subiram a El Alto para trazer gasolina, escoltando caminhões-tanque. Encurralados pelos bloqueios, abriram caminho com uma repressão de dimensões históricas: 82 mortos em dois dias (11 e 12 de outubro de 2003).⁹¹

A partir daí, o leque difuso de demandas unificou-se num único conjunto: a Agenda de Outubro⁹², que se referia às questões de origem daquele conflito, mas que também exigia a renúncia de Gonzalo Sánchez de Lozada:

(...) entonces a esto ha habido una unión, una unificación de cada uno de ellos, no ha distinguido entre rico, pobre o mediano, entre campesino ni obrero, entonces ha habido una unificación de todas las provincias, de todo ellos, mineros, obreros, campesinos, ha habido una unificación de decir: “Alto, aquí ya no más!”, está corriendo sangre, es momento de que nos escuchen, no podemos permitir, la gente

⁹¹ “Lo llamamos masacre, y no ‘guerra del gas’. A la denominada guerra del gas, nosotros como familiares lo denominamos con esta palabra: fue una masacre. Ha sido por puro balas de guerra y por instancias del exterior. Ha sido una masacre!” (Néstor Salinas, representante da Asociación de Familiares de los Caídos por la Defensa del Gás, entrevista ao autor).

⁹² Ver anexo II.

se ha atrevido, movimiento de conciencia, desde ese entonces ha habido (Néstor Salinas, representante da Asociación de Familiares de los Caídos por la Defensa del Gás).

Mira, desde octubre nace una demanda muy fundamental: la agenda de octubre. Y ahí en muchos foros, seminarios, congresos, los ampliados apuntan a que nuestro gas no debe ser vendido, nuestros hidrocarburos ya no deben ser entregados a las multinacionales. Entonces ahí nace la nacionalización, expulsando a las multinacionales (Carlos Rojas, dirigente da FEJUVE/El Alto).

As causas do conflito são identificadas no mais profundo da construção da Bolívia, em suas contradições internas que retomam questões deixadas em aberto desde a chegada dos espanhóis. Dessa forma, o conflito atinge uma dimensão que é capaz de tocar a um leque muito amplo de grupos sociais. As mobilizações que se seguiram a partir dali, mais do que qualquer planejamento prévio, se deram de forma espontânea fazendo com que o clamor não pudesse mais passar despercebido:

al decir dignidad, o al decir soberanía, en el sentido de las luchas que ha habido aquí, ha habido resentimiento, porque nadie puede aceptar que una persona muera injustamente, y a parte, la forma de organizarse se ha basado en que nadie les ha convocado, para que alguien los convoque tenía que haber un líder, pero en ese momento ya los líderes se habían perdido, ya no había líderes, la gente estaba conciente, ya era momento de decir basta de saqueos, basta de decir transnacionales, como lo llamamos, de que otras personas vengan y saquen de lo nuestro, ya es momento de que nosotros hagamos, de nosotros, de nuestros hidrocarburos, la industrialización para nosotros (Néstor Salinas, representante da Asociación de Familiares de los Caídos por la Defensa del Gás).

Mas não só em território boliviano aconteceram as manifestações. O país cuja pobreza já expulsou milhões de habitantes, também se territorializa no exterior. As manifestações da Guerra do Gás também tiveram lugar em Buenos Aires, principal comunidade boliviana no exterior. O periódico argentino Pagina 12 noticiava, em sua edição de 16 de outubro de 2003, uma manifestação de cerca de 8.000 bolivianos, que marcharam pelas ruas, desde a embaixada do país até a Plaza de Mayo, em protesto contra os massacres ocorridos em El Alto:

Uno de los organizadores, que reveló que los miles de compatriotas habían respondido a una autoconvocatoria hecha a través de radios comunitarias, dijo que “esto es para demostrar que el más de un millón de bolivianos que viven en Argentina están con su pueblo en este momento tan difícil”. “Estamos muy dolidos por los asesinatos de nuestros hermanos y queremos que el presidente renuncie”, afirmó a los periodistas. “Tuvimos que dejar nuestro país porque hemos sido prácticamente deportados por la pobreza que genera tanta corrupción”, destacó una mujer que sólo quiso identificarse como Rosa y agregó que “lo que queremos es que el gas se industrialice en Bolivia, porque eso crea trabajo que es lo que nos hace falta” (8000 bolivianos en el centro – Un escrache en B.A. Página/12. Buenos Aires, 16 Octubre 2003).

Na noite do dia 16 para 17 de Outubro, Gonzalo Sánchez de Lozada, acuado e sem apoios, envia ao Congresso uma carta deixando nas mãos daquela instituição a tarefa de aceitar ou não sua renúncia. Naquela mesma noite, Carlos D. Mesa assumia como novo presidente da Bolívia, pouco mais de um ano e dois meses após sua posse como vice de Sánchez de Lozada.

O que acontecera ali questionava os conflitos de territorialidades existentes no país desde suas memórias mais profundas. E, ao mesmo tempo, ao recompor as formas de ação política, baseados em movimentos com um grau de conscientização que revertia todo o tradicionalmente dado da política, propunham uma reflexão que não se limitava mais às fronteiras bolivianas:

Existe una tradición, una forma inconsciente pero que está ahí presente, de lucha, de reivindicación. Entonces es despertar esa conciencia que existe en ellos, (...) porque realmente se ve y se da todas las condiciones aquí en El Alto para ese proceso, y ahora solamente es hacerlo practico de lo que se habla y de lo que se plantea también, y hacerlo de que esto funcione a nivel de todo el movimiento social (Daniel Chinche, líder estudiantil, El Alto).

Pero que resulta que otros extranjeros vienen y lo quieren nacionalizar para ellos, y nos dan las migajas, y a nosotros hacernos pagar más, entonces ese es el tipo de dignidad esto es lo tipo de vigilancia que hemos hecho un cambio en nuestra ciudad, y a través de esto se han sumado otros países. Que la conciencia, que la dignidad que ha creado El Alto, sea para conciencia de los demás pueblos, y conciencia también de los demás países, es el momento de decir basta (Néstor Salinas, representante da Asociación de Familiares de los Caídos por la Defensa del Gás).

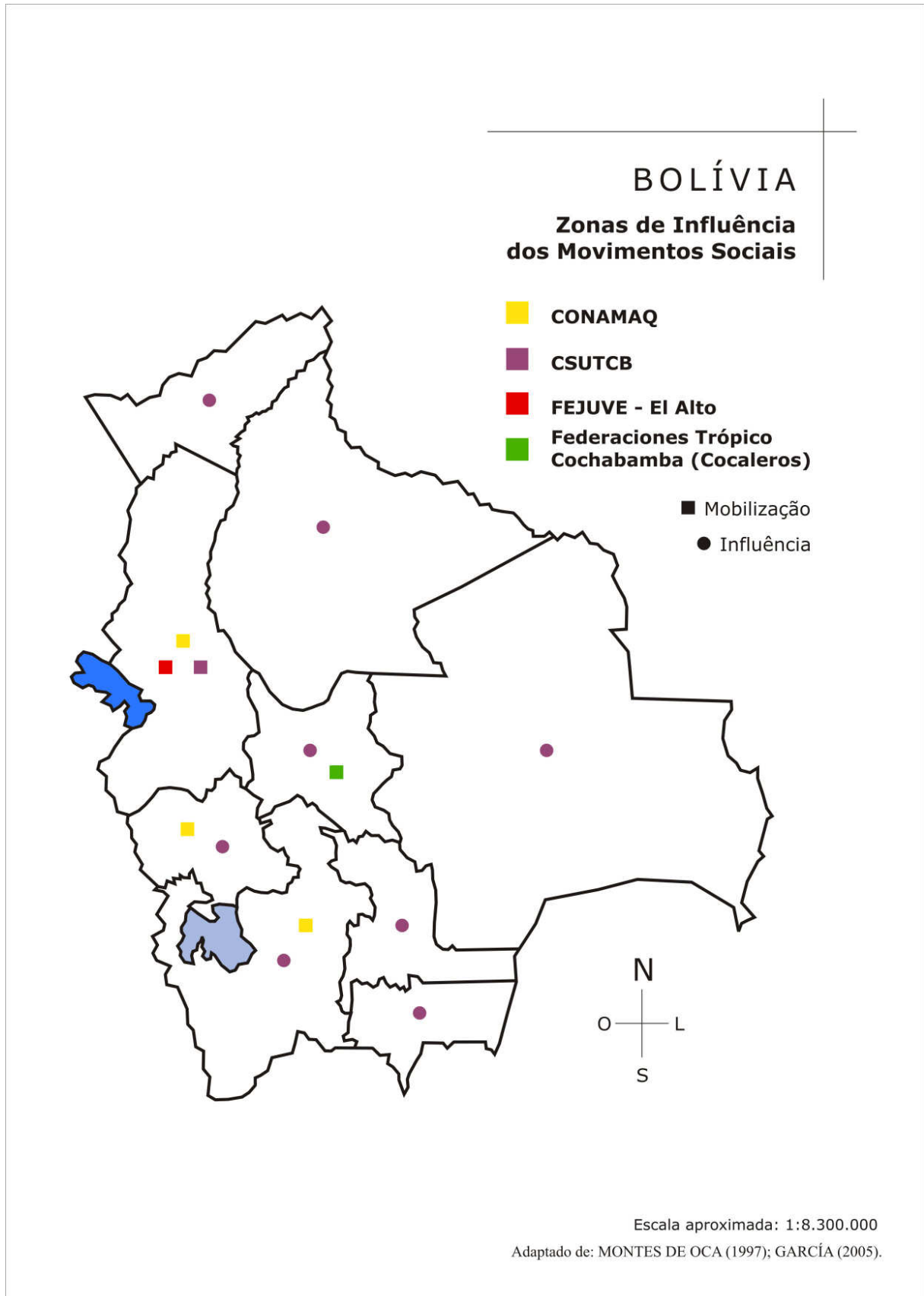


Figura 20: Mapa Bolívia. Zonas de influência dos principais Movimentos Sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“El triunfo del 18 de diciembre no es el triunfo de Evo Morales, es el triunfo de todos los bolivianos, de la democracia, de una revolución democrática y cultural en Bolivia. Pero también quiero decirles: muchos hermanos profesionales, intelectuales, clase media, se incorporaron al instrumento político de la liberación, hoy instrumento político del pueblo” (Evo Morales Ayma, presidente eleito da Bolívia, 21 de Janeiro de 2006, durante cerimônia indígena de investidura nas ruínas de Tiahuanaco).

Quando abrimos este trabalho, fizemos uma ressalva: não se tratava de um trabalho referente aos processos eleitorais bolivianos. Agora, chegando ao seu fechamento, cremos que é possível resgatar este tema sem descaracterizar nossas intenções originais e colocando-o como a conclusão dos processos os quais buscamos analisar ao longo deste documento.

Pois os resultados das eleições presidenciais bolivianas de 18 de Dezembro de 2005 são um fato histórico incontestável: eleito com 53,74% dos votos válidos (1.489.866 votos), na eleição que contou com a maior participação em toda a história eleitoral do país (84,51% dos eleitores habilitados)⁹³, Evo Morales tornou-se não só o primeiro presidente eleito em um primeiro turno desde o retorno da democracia na década de 1980⁹⁴, como, se não fosse o suficiente, tornou-se o primeiro presidente indígena nos mais de 180 anos de vida republicana do país. Num país historicamente dividido, o presidente foi ungido com um mandato popular incontestável, sinal de que a sociedade boliviana (em sua maioria) busca reconciliar-se consigo mesma.

⁹³ Informe da Corte Nacional Eleitoral, publicado no periódico La Razón. La Paz, Bolívia, 22 de janeiro de 2006.

⁹⁴ Eleito sem a necessidade da votação no Congresso, que ocorre quando não há maioria absoluta.

A importância em especial destes fatos é clara, pois os indígenas, ainda que historicamente tenham permanecido como maioria demográfica, foram, ao mesmo tempo, condenados a serem uma eterna minoria política. Modelo e instituições trazidos do referencial europeu nitidamente privilegiaram a elite européia/criolla, e, ao desterritorializar as comunidades originárias, a obrigaram a uma reterritorialização excludente. Ao inserir nas relações sócio-territoriais um capital étnico de matriz européia, levaram o indígena à perda de seus referenciais de identidade, à busca de uma *branqueização* que o condenava a mero coadjuvante na vida política do país.

Uma forma de comprovação desse tema, nos atendo aqui aos aspectos político-eleitorais, pode ser obtida analisando os dados referentes às eleições realizadas desde 1978 até 2002. Ali, pode-se observar que até o início deste século o maior percentual de votos obtidos em eleições nacionais por partidos ligados à candidatos ou à causa indígena (a soma dos votos obtidos pelos diferentes partidos indianistas) foi de 4,6% dos votos válidos na eleição de 1997 (eleição na qual o MAS já se fazia presente, sendo o maior responsável por este percentual de votos obtidos)(Van Cott: 2003). As eleições presidenciais de 2002 marcaram a mudança desse processo: com 27,0% dos votos, os partidos indígenas conquistaram 8 cadeiras no senado (de um total de 27) e 33 cadeiras na assembléia de deputados (de um total de 130), além de colocarem o então candidato Evo Morales como postulante à presidência no segundo turno parlamentar. Se juntarmos a esses dados os resultados das eleições de 2005, tendo sempre em mente os referenciais demográficos da população boliviana, uma conclusão se impõe: a partir de um dado momento, o indígena votou no indígena.

Mas o que levou o indígena a votar no indígena? Ao focarmos nossa observação sobre o período referido acima nos dados eleitorais (1997 a 2005) veremos que é nele que acontece o fortalecimento de um intenso processo de transformações que tem na ação dos movimentos sociais o seu principal protagonista. Podemos brevemente mencionar como principais referenciais: a ação do movimento *cocalero* (1998), a Guerra da Água (2000), a Guerra do Gás (2003) e as mobilizações de Maio e Junho (2005). Estes acontecimentos são as principais referências da transformação vivida na Bolívia neste período: eles refletem uma crescente politização, uma tomada de consciência e uma maior

reflexão, no fortalecimento de demandas, na exigência por uma “Bolívia boliviana”. Foi um processo que se iniciou longe da institucionalidade do Estado, um espaço até então restrito a uma elite minoritária. Cresceu nas pequenas comunidades, nas associações de bairro, nas ligas camponesas; politizou espaços não tradicionais, levando o debate às praças, às ruas, para, por fim, chegar ao mais alto posto da institucionalidade republicana: a presidência.

A chegada à presidência se configura num momento crucial em razão de uma constatação que nos parece clara: a necessidade de uma reforma profunda nos princípios que nortearam a construção do Estado na Bolívia. Cremos possível falar de uma reconstrução do Estado, agora sobre novas bases. Há que se destacar: uma reforma profunda na Bolívia necessita da ação do Estado. O país não possui atores autônomos com poder suficiente, ou mesmo (para os que têm poder) com vontade suficiente, para levar adiante um processo de reconstrução nacional que prescindia do Estado. Por isso a importância de se destacar a vitória eleitoral de Morales.

A eleição de Evo Morales também foi especialmente saudada nas comunidades de imigrantes. Em Buenos Aires, *“bastaba preguntarle a un boliviano para encontrarse con una frase casi perfecta en su claridad: ‘Es uno de nosotros, uno de la tierra, uno que sabe lo que sufre un proletario’; los bolivianos mostraron algo muy raro de ver en diálogos con esta comunidad tan maltratada: alegría y esperanza. Evo Morales resultó un alegrón inesperado entre conciudadanos que no pudieron votarlo y que em algunos casos no pensaron em votarlo”* (KIERNAN: 2006, p. 14). Sinais das comunidades desterritorializadas, pensando futuros renovados.

Hoje, por sobre a sociedade *abigarrada*, faz-se necessário a existência de um projeto de integração, que só pode ser concretizado se conduzido pelos setores populares. A própria oposição sofrida por Morales em seu primeiro ano de governo, oposição esta que não ficou restrita às fronteiras bolivianas mas que se projetou internacionalmente, em especial no Brasil após o episódio da nacionalização das reservas de gás natural, dá a noção da dimensão

da resistência a ser enfrentada por esse governo construído sobre bases populares para mudar aquilo que para alguns já parecia convenientemente “naturalizado” no país.

O que buscamos mostrar aqui foi a importância de fatores internos para a construção do *empoderamento* dos setores populares, e entre eles, procuramos destacar o papel do “vivido” destes setores, do qual depreende-se a importância dos fatores culturais:

Em suas lutas contínuas contra os projetos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão, os atores populares mobilizam-se coletivamente com base em conjuntos muito diferentes de significados e objetivos. Dessa forma, as identidades e estratégias coletivas de todos os movimentos sociais estão inevitavelmente ligadas à cultura; (...) as contestações culturais não são meros “subprodutos” da luta política, mas ao contrário, são constitutivas dos esforços dos movimentos sociais para redefinir o sentido e os limites do próprio sistema político (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR: 2000, p.23-4)

Esse aspecto “vivido” faz a relação a uma abordagem essencial ao território, especialmente naquilo que toca às relações de territorialização, o que denominamos como as “práticas da territorialidade”. Estar desterritorializado, excluído na própria terra, resgata dimensões de territorialidades presentes naqueles espaços desde os tempos imemoriais. Estas territorialidades estiveram ali presentes desde a chegada dos espanhóis; não desapareceram com a desterritorialização. Usando uma analogia geológica, é como se tivessem sido soterradas por 500 anos de deposições, de territorializações excludentes. Hoje, ressurgem como numa erupção e se fazem presentes nas práticas propostas pelos movimentos sociais que revolucionam a política boliviana. Herança de lutas constantemente resgatada na evocação aos exemplos de Tupaj Katari e Zarate Willka.

Hoje, mesmo os movimentos mais distantes das identidades baseadas em grupos étnicos originários ostentam, ao menos em parte de seus discursos, referências identitárias que os projetam a encontrar ressonância em outras escalas que não as de origem de sua mobilização. O questionamento ao uso do território se dá desde a escala local de uma

comunidade isolada do altiplano, até as escalas globais às quais a Fejuve de El Alto questiona diretamente sobre soberania e solidariedade.

Não desconsideramos em nenhum momento a situação de extrema pobreza vivida por boa parte da população boliviana. Mas cremos termos, ao longo deste documento, sugerido uma interpretação que considere o porquê de esta erupção ter ocorrido agora, quais os fatores que possibilitaram estas transformações. A herança colonial jamais deverá ser ignorada, mas é possível também interpretá-la como consequência de um conflito de territorialidades numa escala global, que inseriu o país chamado Bolívia num projeto, literalmente, de um outro mundo. São condições semelhantes às já observadas em outras erupções de cunho revolucionário na América Latina, continente desterritorializado por excelência.

A consideração à realidade peculiar boliviana, de sua multiterritorialidade, se destaca numa proposta de governo concebida por Álvaro Garcia Linera, vice-presidente eleito e autor de alguns dos trabalhos citados aqui, com o conceito (de sua autoria) de Capitalismo Andino-Amazônico (CAA):

a construção de um Estado forte, que regule a expansão da economia, extraia seus excedentes, e os transfira ao âmbito comunitário, para potencializar formas de auto-organização e de desenvolvimento mercantil propriamente andino e amazônico; (...) o CAA é a maneira que se adapta mais à nossa realidade, para melhorar as possibilidades das forças de emancipação operária e comunitária, a médio prazo (GARCIA: 2006).

O que há de se destacar nessa proposta, é que: (a) ela assume o compromisso do Estado em ser o agente de sua própria reconstrução, até mesmo por ser ele essencial para esse processo; e (b) a necessidade de essa reconstrução se fazer em consideração às estruturas originárias. A nação que se encontrou nas ruas, nas praças e nos bairros, é uma nação indígena e mestiça, de diferentes matrizes culturais. Por isso é necessário ousar: propor formas de inclusão e de desenvolvimento, que respeitem as estruturas auto-organizativas originárias,

sem, por isso, deixarem de ser propostas modernizantes. A inclusão social é, sim, a principal modernização que deve ser atingida.

É possível pensar em reconstrução do Estado boliviano hoje? É possível pensar na construção de uma sociedade que se sobreponha à sociedade *abigarrada*? É difícil prever. Momentos anteriores, como a Revolução de 1952, falharam em seus intentos. Porém, o que se observa atualmente, é que, acima de tudo, a chegada de Evo Morales à presidência consolida um processo de empoderamento dos movimentos sociais. Esse é um governo que se constrói sobre essa base, e sem a qual qualquer tentativa de reforma sucumbiria diante da inevitável reação conservadora (que já se observa nos departamentos da chamada “meia-lua”: Santa Cruz, Tarija, Pando e Beni).

Tilly (1978) afirma que as condições para uma situação revolucionária são (a) a aparição de contendores, avançando com demandas alternativas frente ao governo; (b) o comprometimento com essas demandas por uma parte substantiva da população; (c) incapacidade dos agentes do governo de evitar essa coalizão alternativa. A isso define como “múltipla soberania”. Cremos possível enquadrá-la dentro da interpretação proposta aqui: múltiplas territorialidades (ou condição multiterritorial).

Os que condenam as iniciativas do governo boliviano, em sua difícil trajetória de buscar reconstruir aquilo que foi mal-construído há 513 anos, por considerá-las inadequadas aos tempos atuais, parecem esquecer que todo e qualquer sistema de organização sócio-territorial é uma construção social: não é um fruto da natureza, não esteve sempre à disposição, possui erros e acertos que são frutos da experiência, muitas vezes obtidas á custa de processos custosos, até mesmo traumáticos, mas necessários.

Não há, portanto, como afirmar que uma proposta como a do CAA vá ter sucesso. Mas é fundamental destacar que ela procura ser uma proposta integradora, e com a

coragem suficiente de enfrentar questões não solucionadas na sociedade do país. A originalidade da proposta não é a garantia do seu fracasso; não ter sido tentada anteriormente não a condena. Pois, como afirma Borón, a irredutível originalidade do processo boliviano “confirma uma vez mais que as revoluções são a expressão mais genuína e inimitável dos povos” (2006: disponível em: < <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=25996>>).

Quanto à projeções do cenário boliviano para os demais países da América Latina, há que sempre se considerar o fato das várias estruturas peculiares da Bolívia, em especial no que diz respeito à imensa maioria indígena, o que torna um cenário, se não único, de poucas semelhanças. Mas, é inquestionável a importância do exemplo boliviano às práticas dos movimentos sociais nos demais países latino-americanos. A re-significação da democracia, a politização do cotidiano, politização dos não-lugares da política, à chamada a auto-gestão, são práticas que começam a percorrer os caminhos latino americanos. As mobilizações da CONAIE, no Equador, o movimento piquetero na Argentina, a autogestão dos trabalhadores na já mítica Cerâmica Zanon, em Neuquén, na Argentina, são expoentes de um cenário de transformação. A Bolívia, como afirmava Genaro Flores (em entrevista), por ser o centro do continente, faz com que seus enfrentamentos, sua instabilidade e sua polarização, se projetem aos demais países.

Lá, acreditamos, um processo revolucionário está em andamento. Não a partir de uma irrupção revolucionária, como gostariam vários “esquerdistas”, mas a partir de um processo que tem a coragem de encarar um passado de feridas não cicatrizadas. Construído sobre uma base popular, de gente simples, de sorriso amplo, de caráter firme. Gente que, com dignidade, nunca deixou de lutar por um amanhã mais justo.

Quem teve a oportunidade de presenciar a posse de Evo Morales na Presidência da Bolívia, com certeza evidenciou o otimismo que cercava até mesmo aqueles que não votaram nele. Pois parecia haver finalmente o reconhecimento de que só um projeto integrador seria capaz de trazer harmonia a essa tão sofrida Bolívia.

Em meio a uma multidão de mais de cem mil pessoas, a Plaza de los Heroes, aquela mesma praça onde todo este trabalho havia começado num já distante 2001, recendendo a pólvora e gás lacrimogêneo, era naquele dia de janeiro de 2006, um palco de alegria e de festas. Ali, onde as lágrimas de medo haviam corrido, emanava-se esperança. Pois como afirmou, diante da multidão, o escritor Eduardo Galeano: “Este é um dia de festa; porque ontem foi o último dia de medo na Bolívia!”.

Que assim seja ...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

8000 bolivianos en el centro – Un escrache en B.A. **Página/12**. Buenos Aires, 16 Octubre 2003. El Mundo. Disponível em: < <http://www.pagina12.com.ar/imprimir/diario/elmundo/4-26865-2003-10-16.html> >. Acessado em: 27/09/06.

ALBÓ, Xavier (2004). 222 anos después: la convulsionada Bolívia multiétnica. **Artículo Primero**. Ano VIII. Nº 16. Abril 2004. Octubre em Bolívia. P.39-67.

ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (2000). Introdução: O Cultural e o Político nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte: EdUFMG.

ANDERSON, Benedict (1989). **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática.

ANDOLINA, Robert; RADDCLIFFE, Sarah; LAURIE, Nina. (2005) Gobernabilidad e Identidad: Indigeneidades Transnacionales en Bolívia. In: DÁVALOS, Pablo. **Pueblos Indígenas, Estado y Democracia**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO.

ANDRADE, Manuel Correia de (Org.) (1985). **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática.

ATHAYDE, Phydia de (2007). Vidas em Trânsito. **Carta Capital**. São Paulo, 14 Março 2007, p. 14-17.

AYERBE, Luiz Fernando (2002). **Estados Unidos e América Latina – A construção da hegemonia**. São Paulo: UNESP.

BOBBIO, Norberto (2000). **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier.

BORÓN, Atílio (2006). Mensajes de Evo. **Rebelión**. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=25996>>. Acessado em: 17/10/06.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1986). **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense.

CASTELLS, Manuel (1996). **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra.

CASTRO, Iná Elias de. (2005). **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CEDIB (2005a). **Serie Informativa: “Datos sobre la gestión de los recursos naturales” N°. 1 – Recursos Renovables.** Cochabamba, Bolivia: CEDIB.

CEDIB (2005b). **Serie Informativa: “Datos sobre la gestión de los recursos naturales” N°. 2 – Recursos No Renovables.** Cochabamba, Bolivia: CEDIB.

CEDIB (2005c). **Serie Informativa: “Datos sobre la gestión de los recursos naturales” N°. 3 - Tierra y Territorio.** Cochabamba, Bolivia: CEDIB.

CEPAL (2004). **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, 2004.** Disponible em: www.eclac.org.

CHOQUE, María Eugenia; MAMANI, Carlos (2003). Reconstitución del Ayllu y Derechos de los Pueblos Indígenas: El Movimiento Indio en los Andes de Bolivia. In: TICONA Alejo, Esteban (Comp.) **Los Andes desde Los Andes.** La Paz, Bolivia: Ediciones Yachaywasi.

CHOQUE Canqui, Roberto (2003). La Historia Aimara. In: TICONA Alejo, Esteban (Comp.) **Los Andes desde Los Andes.** La Paz, Bolivia: Ediciones Yachaywasi.

CLAVAL, Paul (1999a). A Geografia Cultural: o estado da arte. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ.

CLAVAL, Paul (1999b). O Território na Transição da Pós-Modernidade. **Geographia.** Ano I, n° 2, 1999. p 8-26.

CLAVAL, Paul (2001). O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Matrizes da Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: EdUERJ.

CONAMAQ – Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu. **Rumbo a la Asamblea Constituyente.** La Paz, Año I, N° 1, Diciembre 2004.

DÁVILA, Amanda. Chapare: la perversa esperanza del éxodo. **Pulso Semanario,** La Paz, 15 a 21 Diciembre 2000, p.12-3.

ESPINOZA, Claudia (2003). Cumbre social, hacia outra democracia. **Pulso Semanario,** La Paz, 15 a 21 Agosto, 2003, p. 12-13.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção (2002). A Abordagem Sócio-Histórica como orientadora da Pesquisa Qualitativa. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, SP. N° 116. Páginas 21-39.

GARCÍA Linera, Álvaro (2003). Autonomías regionales indígenas y Estado multicultural. In: **La descentralización que se viene – Propuestas para la (re)constitución del nivel estatal intermedio.** La Paz, Bolívia: Plural Editores.

GARCÍA Linera, Álvaro (Org) (2005). **Sociología de los Movimientos Sociales en Bolívia.** La Paz, Bolívia: Plural Editores.

GARCÍA Linera, Álvaro (2006). El “capitalismo andino amazónico”. **Le Monde Diplomatique – el Dipló**. La Paz, Enero 2006. Pág. 5

GARCIA Orellana, Alberto (Org) (2003). La “guerra del agua”. La Paz, Bolívia: PIEB.

GOHN, Maria da Glória (1997). **Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo, Brasil: Edições Loyola.

GOTTMANN, Jean (1973). **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia.

GUIBERNAU, Montserrat (1997). **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

HAESBAERT da Costa, Rogério (1999). Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ.

HAESBAERT da Costa, Rogério (2004). **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HALL, Stuart (2005). **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A.

HEIDRICH, Álvaro Luiz (2000). **Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: EdUFRGS.

HOETMER, Raphael (2006). Lo visible, lo posible y lo ausente: movimientos y conflictos sociales en Peru. **Revista Osal – Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, Clacso, Maio-Agosto 2006. P. 177-185. Disponível em: <<http://www.clacso.org.ar/difusion/secciones/osal/Publicaciones/coleccion-osal/publicacion.2006-12-14.6334356131>>. Acessado em:

HOLZER, Wherter (2001). A Geografia Fenomenológica de Eric Dardel. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ.

INE/Instituto Nacional de Estadística (2002). **Indicadores Sodiodemográficos por Província y Secciones de Província 1992-2001**. Disponível em: <www.ine.gov.bo>. Acessado em: 25/10/06.

KIERNAN, Sergio (2006). Hablan los bolivianos en Argentina: Evo visto por los que se fueron. **Pulso Semanario**, La Paz, 20 a 26 Enero, p.14.

KLEIN, Herbert S. (1991). **Bolívia: do período pré-incaico à independência**. São Paulo: Editora Brasiliense.

LA RAZÓN, La Paz, 18 Abril 2001, p.Política, p. 3-A.

LA RAZÓN, La Paz, 22 Janeiro 2006. Informe da Corte Nacional Eleitoral (Separata).

LASERNA, Roberto (1996). **20 juicios y prejuicios sobre coca-cocaína**. La Paz: Clave Consultores – Plural Editores.

LE BOSSÉ, Mathias (2004). As Questões de Identidade em Geografia Cultural – Algumas Concepções Contemporâneas. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ.

LEY DEL REGIMEN DE LA COCA Y SUSTÂNCIAS CONTROLADAS – LEY 1008. Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/es/legal_library/bo/legal_library_1989-10-20_1988-25.html>. Acessado em: 14/01/07.

MAMANI, Pablo (2005). **Microgobiernos Barriales – Levantamiento de la ciudad de El Alto (Octubre 2003)**. La Paz: CADES/IDIS-UMSA.

MARCANI Quispe, Luciano (2004). **Símbolos Andinos: Whipala – Emblema Nacional del Tawantinsuyu**. Qolla-Suyu-Marka.

MELUCCI, Alberto (2001). **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MONTES DE OCA, Ismael (1997). **Geografía y Recursos Naturales de Bolivia**. La Paz, Bolivia: EDOBOL.

MORAES, Antonio Carlos Robert. (1994). A dimensão territorial nas formações sociais latinoamericanas. **Revista do Departamento de Geografia da USP**. São Paulo, SP. 1994, N°7. Páginas 81-86.

MORALES, Freddy (2001). “Boliviano”: um insulto em el Gran Buenos Aires. **Pulso Semanario**. La Paz, 29 Junio a 5 Julio, p. 14-15.

MOURIAUX, René; BEROUD, Sophie (2000). Para una definición del concepto de “movimiento social”. **Revista Osal – Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, Clacso, n° 1, Junho 2000, 119-124. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/osal/osal1/debates.pdf>>. Acessado em: 22/10/06.

ORDUÑA, Victor (2001a). A la espera de una eclosión postergada. **Pulso Semanário**. La Paz, 27 de abril al 3 de mayo 2001, p. 10-11.

ORDUÑA, Victor (2001b). Los militares toman Achacachi, o al revés. Ultimátum para quién? **Pulso Semanario**, La Paz, 13 a 19 Julio, p. 14-15.

ORDUÑA, Victor (2003). Lo aymara después del Mallku – El bloqueador impotente. **Pulso Semanario**, La Paz, 25 a 31 Julio, 2003, p. 11-12.

PATRÍCIO, Jaciro Campante (1971). A Casa da Moeda e o arquivo histórico de Potosi. **Estudos Históricas**. Marília, SP. 1971, N°10. Páginas p.159-188.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter (2003). A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América

Latina. In: SEOANE, J. (Org.). **Movimientos Sociales y Conflicto em América Latina**. Buenos Aires: CLACSO.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter (2005). A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: **Conferência Internacional Pensamento e Movimentos Sociais na América Latina e Caribe – Imperialismo e Resistências**. Disponível em: <<http://www.klam.com.br/getin/msal/>>. Acessado em: 13/10/05.

PRADA Alcoreza, Raul (2000). El retorno del ayllu en el capitalismo. **Pulso Semanario**, La Paz, 15 a 21 Diciembre, 2000, p. 7.

Pulso Semanário. La Paz, 20 a 26 Abril, 2001.

Pulso Semanário. La Paz, 27 Abril a 3 Maio, 2001.

QUIROGA, Jose Antonio (2003). Descentralización y reconfiguración territorial del Estado boliviano. In: **La descentralización que se viene – Propuestas para la (re)constitución del nivel estatal intermedio**. La Paz, Bolívia: Plural Editores.

RAFFESTIN, Claude (1993). **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A.

RIBEIRO, Darcy (1979)(3ª.Edição) **As Américas e a Civilização**. Petrópolis: Vozes.

RIBEIRO, Darcy (1986)(2ª Edição) **América Latina: A Pátria Grande**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois.

RIVERA Cusicanqui, Silvia (1984)(Ed.2003). **“oprimidos pero no vencidos”: luchas del campesinado aymara y qhechwa 1900-1980**. Aruwiyiri - Editorial del Taller de Historia Oral Andino (THOA).

SACK, Robert David (1986). **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: University Press.

SAUTU, Ruth; BONIOLO, Paula; DALLE, Pablo; ELBERT, Rodolfo (2005). **Manual de metodología. Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, Colección Campus Virtual. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/metodo/metodo.html>>. Acessado em: 23/10/06.

SLATER, David (1991). New Social Movements and old political questions: rethinking state-society relations in Latin America development”. **International Journal of Political Economy**, 21 (Spring). 32-65

SLATER, David (1994). Power and Social Movements in the Other Occident – Latin America in an International Context. **Latin American Perspectives**, Issue 81, Vol. 21 No. 2, Spring 1994, 11-37

SLATER, David (2000). Repensando as espacialidades dos movimentos sociais – Questões de fronteira, cultura e política em tempos globais. In: ALVAREZ, S., DAGNINO, E.,

ESCOBAR, A. (Orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino -Americanos – Novas Leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

SOUZA, Marcelo José Lopes de (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

De SOUZA SANTOS, Boaventura (2001). Los Nuevos Movimientos Sociales. **Revista Osal – Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, Clacso, n°5, Setembro 2001. 177-184. Disponível em: < <http://168.96.200.17/ar/libros/osal/osal5/debates.pdf>>. Acessado em: 22/10/06.

SPEDDING Pallet, Alison (2005). **Kawsachun Coca: Economía campesina cocalera en los Yungas y el Chapare**. La Paz, Bolivia: Fundación PIEB.

SPOSITO, Eliseu Savério (2004). **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP.

STEFANONI, Pablo (2006). **Pulso Semanario**, La Paz, 20 a 26 Enero, 2006. La História del MAS (separata).

SUERTEGARAY, Dirce Maria (2005). Notas sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**. N° 12. Departamento de Geociências, UFSC, CFCH, p.62.

TAPIA, Luis (2002a). Movimientos sociales, movimiento societal y los no lugares de la política. In: GUTIÉRREZ, Raquel; GARCÍA, Alvaro; PRADA, Raúl; TAPIA, Luis. **Democratizaciones Plebeyas**. La Paz: Muela del Diablo Editores.

TAPIA, Luis (2002b). **La producción del conocimiento local**. La Paz, Bolivia: Muela del Diablo.

TAPIA, Luis (2003). **La condición multisocietal: Multiculturalidad, pluralismo, modernidad**. La Paz: Muela del Diablo.

THIOLLENT, Michel (1980). **Crítica Metodológica, Investigación Social e Enquete Operária**. São Paulo: Polis.

THIOLLENT, Michel (1998). **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez.

THOA – Taller de Historia Oral Andina (2006). **Construyamos nuestra propia civilización**. Qullasuyu (Bolívia).

TICONA Alejo, Esteban (2003). El *Thakhi* entre los Aymara y los Quechua o la Democracia en los Gobiernos Comunales. In: TICONA Alejo, Esteban (Comp.) **Los Andes desde Los Andes**. La Paz, Bolivia: Ediciones Yachaywasi.

TILLY, Charles (1978). **From Mobilization to Revolution**. New York: Random House, Inc.

VAN COTT, Donna Lee (2003). From Exclusion to Inclusion: Bolivia's 2002 Elections. **Journal of Latin American Studies**. Issue 35. 2003, 751-773.

WALLERSTEIN, Immanuel (2003). Que significa hoy ser um movimiento anti-sistémico. **Revista Osal – Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, Clacso, Enero 2003, n° 9, p. 179-184. Disponível em: < <http://168.96.200.17/ar/libros/osal/osal9/wallerstein.pdf>>. Acessado em: 22/10/06.

ZIBECHI, Raul (2005). Los movimientos como poderes no estatales. In: **Conferência Internacional Pensamento e Movimentos Sociais na América Latina e Caribe – Imperialismo e Resistências**. Disponível em: < <http://www.klam.com.br/getin/msal/>>. Acessado em: 31/10/05.

ANEXOS – LISTA

ANEXO I – AMPLIADO DE EMERGENCIA DE LA FEDERACIÓN DE JUNTAS VECINALES DE EL ALTO, 15 AGOSTO 2003	190
ANEXO II – DEMANDAS DE LA CIUDAD DE EL ALTO AL GOBIERNO CENTRAL, 29 OUTUBRO 2003.....	192
ANEXO III – O GORRO E A FAIXA	198

ANEXO I - 1



"FEJUVE"

FEDERACIÓN DE JUNTAS VECINALES DE LA CIUDAD DE EL ALTO
 CON PERSONERÍA JURÍDICA RECONOCIDA R.S. N° 200097
 CIUDAD DE EL ALTO - LA PAZ
 TELF. 2823990

VOTO RESOLUTIVO N°/2003

AMPLIADO DE EMERGENCIA DE LA FEDERACIÓN DE JUNTAS VECINALES DE LA CIUDAD DE EL ALTO

CONSIDERANDO:

Que, la Federación de Juntas Vecinales de la Ciudad de El Alto, por **MANDATO DE LOS ESTATUTOS** esta en el deber y la obligación de velar por los intereses de sus afiliados.

Que, las nuevas habilidades que viene aplicando de manera ilegal el Alcalde Mirista de la Ciudad de El Alto, con la implementación de los **FORMULARIOS MAYA y PAYA**, con el pretexto mañoso de agilizar los trámites, no otra cosa significa atentar extremadamente la magra economía de la familia Alteña.

Que, esta ilegalidad y atropello significa para los Alteños, un verdadero atentado y franca provocación a los habitantes de esta Urbe, **POR LO QUE ESTA ACTITUD SALVAJE DEBE SER RESISTIDO** por todas las organizaciones Cívicas, laborales y sindicales de la Ciudad de El Alto.

Que, el Gobierno Central viene implementando nuevas Leyes, que atentan a los intereses de los Bolivianos, particularmente de los mas desposeídos, privándonos de nuestros **DERECHOS FUNDAMENTALES QUE ESTÁN CONSAGRADAS EN LA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO.**

Que, el Gobierno de Sánchez de Lozada no conforme con la venta a precio de gallina muerta de nuestras empresas estratégicas y rentables (Capitalización), de la manera mas **DEFACHATADA PRETENDE REGALAR EL ULTIMO RECURSO NATURAL (GAS).**

Que, el Gobierno de Sánchez de Lozada y sus cómplices sanguinarios ratificando una ves mas ser sirviente de los **YANQUIS Y LAS TRANSNACIONALES** proyecta implementar una nueva política económica con el ingreso de Bolivia al **ALCA.**

POR LO TANTO EL AMPLIADO DE EMERGENCIA DE LA FEDERACIÓN DE JUNTAS VECINALES DE LA CIUDAD DE EL ALTO.

RESUELVE:

PRIMERO: Rechazar de manera enfática y contundente la implementación de los formularios **MAYA y PAYA**, por ser ilegal siendo los mismos una simple habilidad mañoso del Alcalde mirista José Luis Paredes y sus secuaces, con el único objetivo de seguir succionando los últimos centavos del Pueblo Alteño; Por consiguiente se instruye a todo los vecinos no realizar este tramite criminal, en tanto se anule y quede sin efecto.

SEGUNDO: Rechazar y exigir al Gobierno de Sánchez de Lozada la inmediata **ABROGACIÓN DE LA LEYES DE SEGURIDAD CIUDADANA (N°2494) Y DEL NUEVO CODIGO TRIBUTARIO (N°2493)**, por ser atentatorio a los intereses del Pueblo Boliviano y los trabajadores.

EL ALTO DE PIE NUNCA DE RODILLAS....!

ANEXO I - 2



"FEJUVE"

FEDERACIÓN DE JUNTAS VECINAS DE LA CIUDAD DE EL ALTO
CON PERSONERÍA JURÍDICA RECONOCIDA R.S. N° 200097
CIUDAD DE EL ALTO - LA PAZ
TELF. 2823990

TERCERO: Rechazar la intención maliciosa del Gobierno de la mega coalición de pretender EXPORTAR EL GAS BOLIVIANO por un puerto Chileno, exigiéndole a Sánchez de Lozada y sus cómplices que el gas debe ser industrializado en Bolivia y para los Bolivianos.

CUARTO: Rechazar y resistir la tan ansiada y apetecida del Gobierno y sus lacayos de ingresar al ALCA, siendo una simple política impuesta por los Estados Unidos, que a futuro significará la explotación de los Bolivianos y la entrega de todos los recursos naturales.

QUINTO: Finalmente, el ampliado de emergencia decidió realizar UNA MARCHA DE MOVILIZACIÓN PARA EL DÍA LUNES PRIMERO DE SEPTIEMBRE, además de no ser escuchados a nuestros planteamientos ampliaremos las acciones con un paro cívico y la huelga general de hambre, por lo que nos declaramos en ESTADO DE EMERGENCIA a partir de la fecha.

ES DADO EN LA CIUDAD DE EL ALTO A LOS 15 DÍAS DEL MES DE AGOSTO DEL AÑO 2003.
LEVANTASE LA CIUDAD DONDE JAMAS SE

POR EL COMITÉ EJECUTIVO DE LA FEDERACIÓN DE JUNTAS VECINALES DE LA CIUDAD DE EL ALTO

[Signature]
Manuel Luis Franco
PRESIDENTE
FEJUVE - EL ALTO

[Signature]
Clavero Torres Ato
STRIO. PRENSA PROPAGANDA
"FEJUVE" - EL ALTO

[Signature]
Augusta Flores de Franco
PORTA ESTANDARTE
FEJUVE EL ALTO



[Signature]
Carlos Barrios Bianco
1er. VICE PRESIDENTE
FEJUVE

[Signature]
Marina Escobar C.
2da VICE PRESIDENTA
FEJUVE - EL ATO

[Signature]
Alicia Nolas Caluaya C.
STRIO. DE ORGANIZACION
FEJUVE EL ALTO

[Signature]
Crisana Cruz A.
FISCAL GENERAL
FEJUVE EL ALTO

[Signature]
Valentín Millones C.
STRIO. DE CULTURA
FEJUVE - EL ALTO

EL ALTO DE PIE NUNCA DE RODILLAS...!

ANEXO II - 1



"FEJUVE"

FEDERACION DE JUNTAS VECINAS DE LA CIUDAD DE EL ALTO
 CON PERSONERIA JURIDICA RECONOCIDA R.S. N° 200097
 CIUDAD DE EL ALTO - LA PAZ
 TELF. 2823990

DEMANDAS DE LA CIUDAD DE EL ALTO AL GOBIERNO CENTRAL

LA FEDERACION DE JUNTAS VECINALES DE LA CIUDAD DE EL ALTO, en apego estricto a lo encomendado por el estatuto Orgánico y en uso de las prerrogativas emanadas en el XII CONGRESO ORDINARIO de fecha 18 de agosto de 2002 y considerando que las peticiones de parte de las juntas vecinales nunca fueron atendidas por el gobierno central, manejadas a su turno por el MNR, ADN, MIR, UCS y NFR haciendo uso tergiversado y antojadizo de la esencia propia de la democracia representativa, sumiendo al país en una depresión permanente y profunda crisis moral, social y principalmente económica, que reflejó con mucha fuerza en nuestra ciudad, debido a que la composición social de origen AYMARA - QUECHUA de la que somos parte, no permitió doblegarnos a lo largo de la historia y cultura milenaria nuestra, menos ante los descendientes de españoles, criollos y "cruditos" mal llamados PADRES DE LA PATRIA que se encuentran mimetizados en los Partidos tradicionales antes mencionados.

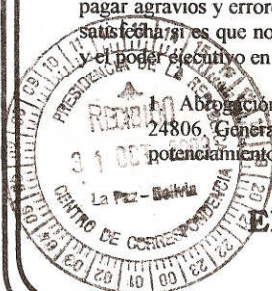
La BOLIVIA PROFUNDA conformada esencialmente por mineros, campesinos, clase media, estudiantes y profesionales descendientes de AYMARAS y QUECHUAS habitantes de esta ciudad han demostrado, que no existe política económica alguna de ajuste estructural, interesada en atender nuestras necesidades básicas principalmente por falta de voluntad política, sus efectos devastadores de las recetas fondomonetaristas aplicadas rigurosamente a partir de Agosto de 1985 con el D. S. 21060, que descargo todo el peso del pago de la deuda externa sobre las espaldas de los asalariados urbanos, pequeños propietarios, trabajadores agrícolas y relocalizados, que engrosaron el comercio informal; no hay nada en el país que no se encuentre en descomposición y crisis donde los gestos de austeridad flotan sobre un mar de negociados, al servicio de intereses financieros y las transnacionales, convirtiéndonos en marginados e impedidos de solicitar o reclamar lo que en justicia nos corresponde y pertenece, obligándonos e induciéndonos a demostrar con la fuerza lo que no se puede con la razón y el diálogo; el pueblo alteño al presente ha madurado y capitalizado su sufrimiento, volcando a las calles su impotencia, hemos aprendido que solo con una activa y militante participación como la demostrada en las luctuosas jornadas de octubre del presente año, revertirá la injusticia social de más de dieciocho décadas de vida republicana.

Las amargas experiencias vividas producto de la indiscriminada explotación de LA PLATA, EL ORO, EL GUANO, EL COBRE, EL SALITRE, EL CAUCHO, LA CASTAÑA, EL ESTAÑO Y OTROS MINERALES que han producido nuevos ricos en el país sin beneficio para nuestra nación, sobre la base de miles y miles de muertos, habiendo llegado en su oportunidad también a nuestros HIDROCARBUROS, comenzando por la guerra del Chaco y la defensa del Petróleo con la sangre de AYMARAS - QUECHUAS y TUPI GUARANIES culminando con la defensa del GAS, cuyo costo ocasiono el sacrificio de vidas humanas y el derramamiento de sangre del pueblo oprimido y sojuzgado, siendo que en esta oportunidad la ciudad de El Alto demostró valentía, coraje y heroísmo muy a pesar de haber sido brutal y criminalmente masacrada por el ejército y la policía; convirtiéndose de esta forma en el despertar de la nueva conciencia nacional; logrando la renuncia del dictador asesino, y su cobarde fuga junto a sus secuaces, a quienes se les debe iniciar un juicio de responsabilidades por crímenes de lesa humanidad, corrupción agravada, y su condena ejemplarizadora a ser cumplida en el penal de máxima seguridad de Chonchocoro, debiendo el parlamento nacional por responsabilidad encomendada por el pueblo boliviano, proceder a realizar el juicio de responsabilidades y gestionar los tramites de extradición correspondiente, en el curso de la presente gestión parlamentaria.

Nunca la historia de Bolivia toca tan desmesuradamente los extremos de la lógica y el absurdo, al extremo de pagar agravios y errores de la antipatria; por eso, la lucha ineludible del pueblo alteño y boliviano no quedará satisfecha, si es que no se logra la atención inmediata a las siguientes demandas a través del parlamento nacional y el poder ejecutivo en forma directa, vía dispensación de trámite:

Abrogación de la Ley de Hidrocarburos y abrogación inmediata del Decreto Supremo No. 24806. Generando de esta manera la necesidad de renacionalización de Hidrocarburos, y el consiguiente fortalecimiento inmediato de Y.P.F.B.

EL ALTO DE PIE NUNCA DE RODILLAS....!



ANEXO II -

2



“FEJUVE”

FEDERACION DE JUNTAS VECINAS DE LA CIUDAD DE EL ALTO
 CON PERSONERIA JURIDICA RECONOCIDA R.S. N° 200097
 CIUDAD DE EL ALTO - LA PAZ
 TELF. 2823990

- 1.1. Creación de Industrias Petroquímicas e Hidroeléctricas para el Desarrollo y crecimiento económico de la región y nación, lo que establecerá la apertura de nuevas y permanentes fuentes de trabajo.
2. Abrogación de la Ley 2494 de Seguridad Ciudadana.
3. Abrogación de la Ley 2492 Nuevo Código Tributario en actual vigencia
4. Derogación del Decreto Supremo 21060. Queremos desarrollar, industrializar y potenciar el país, mediante un cambio drástico del modelo económico neoliberal, por otro alternativo que permita la industrialización del gas en Bolivia y su correspondiente exportación con valor agregado bajo el dominio del estado. Hablamos de una decisión soberana del estado boliviano, demandamos transformaciones profundas, priorización de políticas sociales que beneficien y atiendan a los desposeídos.
5. Creación de un complejo siderúrgico para la fabricación de acero en el Mutín, sobre la base del consumo del gas como energético.
6. No a la suscripción al ALCA (Acuerdo de Libre Comercio de las Américas) que nos subordinará al poder económico y hegemónico de las transnacionales.
- 6.1. No a la suscripción del tratado de libre comercio con Chile
- 6.2. Políticas de fomento y expansión de la pequeña industria y micro-empresa.
7. Exigimos la Asamblea Constituyente, a objeto de actualizar la Carta Magna y refundar el país de acuerdo a las necesidades, condiciones y realidad actual.
8. Revisión de la Ley de Capitalización e inmediata supresión de las SUPERINTENDENCIAS SECTORIALES creadas para proteger a las TRANSNACIONALES en contra de los intereses del pueblo boliviano.
9. Exigimos la descentralización administrativa de ministerios con la creación de reparticiones regionales en El Alto, para que se atiendan las necesidades y demandas de la población.
10. ABROGACIÓN DE LA LEY INRA
 La concepción de esta Ley no se adecua a las expectativas de los grupos humanos necesitados de tierras para trabajar y producir, ya que la entrega de predios rurales no va acompañados del correspondiente estudio de factibilidad y menos de un proyecto Agrícola - Ganadero sobre el cual puedan desarrollar sus actividades de manera segura los "propietarios", quienes en un corto tiempo deben abandonar otras veces estas tierras en busca de reales alternativas económicas que le garanticen el futuro de su familia.
 Por lo que pedimos y demandamos que la dotación de tierras no sea meramente una salida a los reclamos de los desposeídos, sino que se convierta en una real solución, a las necesidades de estos grupos sociales y del estado, dotándoles además de estudios de prefactibilidad y el seguro financiamiento correspondiente.
 Así mismo demandamos la inmediata reversión de concesiones de tierras baldías y de engorde otorgadas a políticos y empresarios de forma irregular y fraudulenta, para ser distribuidos a trabajadores agrícolas de nuestro país.
11. Reversión de las minas y otros bienes de propiedad de Gonzalo Sánchez de Lozada y otros oligarcas en favor del estado boliviano, por haber sido adquiridas de manera fraudulenta y ventajosa, en contra de los intereses de la nación
12. Investigación sobre los GASTOS RESERVADOS de los ministerios de Defensa y Gobierno respectivamente. Gestionando la emisión de una ley que anule definitivamente estas partidas presupuestarias.
13. Exigimos una Ley de INVESTIGACION DE FORTUNAS para identificar y sancionar a quienes lucraron y se enriquecieron indebidamente a costa del Estado. Logrando de esta manera la recuperación de estos recursos desviados ilegal e indebidamente a favor del estado.
14. Juicio de Responsabilidades a Sánchez de Lozada y su gabinete ministerial en pleno, por genocidio y negación de las libertades y conculcación de sus derechos constitucionales al pueblo boliviano.
15. Erradicar la corrupción en todo el sistema estatal y municipal a través de una lucha frontal contra este flagelo social, con políticas, instrumentos legales e instancias a ser discutidas y aprobadas en forma conjunta entre gobernantes y gobernados.

EL ALTO DE PIE NUNCA DE RODILLAS....!

ANEXO II - 3



“FEJUVE”

FEDERACION DE JUNTAS VECINAS DE LA CIUDAD DE EL ALTO
 CON PERSONERIA JURIDICA RECONOCIDA R.S. N° 200097
 CIUDAD DE EL ALTO - LA PAZ
 TELF. 2823990

SERVICIOS BASICOS.

3

16. La conexión y provisión gratuita, total e inmediata de GAS domiciliario en toda la ciudad de El Alto.
17. Revisión de Contratos entre el estado y las transnacionales sobre servicios básicos, particularmente en cuanto a tarifas y facturaciones mensuales por consumo de agua potable, Servicios de alcantarillado y electricidad los mismos que no deben estar sujetos ni indexados al dólar, en cumplimiento a la ley 2434 del 21 de diciembre de 2002 y D.S. 26390 del 8 de Noviembre de 2001, cuya actualización y mantenimiento de valor deben ser realizados a través de la UFV (Unidad de Fomento a la Vivienda). Determinada por el Banco Central de Bolivia, sobre la base del índice de precios al consumidos, calculado por el Instituto Nacional de Estadística.
18. La inmediata creación de una oficina descentralizada que se haga cargo del ALUMBRADO PUBLICO con la participación y tuición directa de FEJUVE, para garantizar de alguna forma la seguridad ciudadana.
19. Exigimos la creación de la OFICINA DE DEFENSA DEL CONSUMIDOR ALTEÑO, que se haga cargo de los reclamos sobre los servicios básicos que se brinda a la sociedad alteña.
20. Exigimos el financiamiento inmediato para la construcción con carácter prioritario de redes de alcantarillado pluvial en nuestra ciudad, de tal manera que se evite a futuro inundaciones que se producen por efectos de las precipitaciones pluviales, ya que muchas zonas se ven anegadas corriendo el riesgo de ser arrasadas por las aguas.
21. Exigimos la inmediata apertura de agencias de Aguas del Illimani y Electropaz, en cada Distrito Urbano.

EDUCACION.

22. Modificación del Art. 177 de la Constitución Política del Estado, ampliando la obligatoriedad gratuita de instrucción escolar hasta el cuarto año de secundaria.
23. Modificación de la Ley 2115, para permitir que la Universidad Pública de El Alto se convierta en AUTONOMA con CONTROL SOCIAL.
24. Selección y formación académica de estudiantes sobresalientes a favor de las políticas de estado mediante el sistema sostenido de BECAS DE ESTUDIO y MANUTENCION hasta lograr su máxima capacitación profesional.
25. Exigimos la creación y asignación de Items nuevos debiendo ser distribuidos en forma democrática y equitativa en función a los requerimientos de cada unidad educativa.
26. Exigimos que en el nivel secundario, previa evaluación psico técnica y vocacional, se clasifique a los estudiantes para su acceso y formación técnica- humanístico superior universitario.
27. Exigimos la revisión de la ley 1565 de Reforma Educativa y demandamos la supresión del artículo pertinente a la creación de juntas escolares, por efectuar cobros indebidos abusivos e injustificados por concepto de inscripción de alumno (nuevos) y sanciones arbitrarias por concepto de movilizaciones y respaldos a gobiernos de turno.
28. Exigimos una reglamentación sobre cobros indebidos, abusivos e injustificados de las juntas escolares por concepto de inscripción de alumnos y otras sanciones.

SALUD.

29. Construcción de dos Complejos Hospitalarios de tercer nivel con equipamiento completo y tecnología de punta, en función de la densidad demográfica actual.
30. Construcción de un Hospital Obrero de tercer nivel, por la Caja Nacional de Salud, aprobado mediante Ley 2331 y la desconcentración de policlínicas familiares distritales, según lo formulado en su programa de fortalecimiento institucional.
31. Ampliación del Seguro Universal Materno Infantil (SUMI) en el área estudiantil hasta el bachillerato.

EL ALTO DE PIE NUNCA DE RODILLAS....!

ANEXO II - 4



“FEJUVE”

FEDERACION DE JUNTAS VECINAS DE LA CIUDAD DE EL ALTO
 CON PERSONERIA JURIDICA RECONOCIDA R.S. N° 200097
 CIUDAD DE EL ALTO - LA PAZ
 TEL.F. 2823990

VIVIENDA.

32. Exigimos la continuidad del Subsidio a la vivienda y la construcción de nuevas viviendas de interés social para familias de escasos recursos en El Alto.

ADMINISTRACION DE JUSTICIA.

33. Demandamos la reforma de la Ley 1970, (nuevo Procedimiento Penal, por ser protectora del delito y los delinquentes, ya que la misma no ofrece la garantía necesaria para la población que es la que sufre la aplicación impune de la misma, reprochamos la actitud perniciososa del Poder Judicial por la retardación de justicia en los tribunales y cobros injustificados e ilegales que se realiza, en perjuicio de la clase deposedida y desprotegida.

34. Exigimos una Ley que procese y sancione a los Parlamentarios, Funcionarios Públicos y administradores de justicia prevaricadores que atentan contra el interés de la sociedad y estado así como el Erario Nacional, para garantizar un procedimiento legal y transparente en el ejercicio de sus funciones.

35. Generar la inmediata institucionalización de las Fiscalías de Distrito, nombrando Fiscales Titulares conforme a ley y así erradicar la parcialización y encubrimiento interesado y tendencioso que actualmente se realiza a delinquentes comunes y de cuello blanco.

IMPUESTOS NACIONALES Y MUNICIPALES.

36. Demandamos la inmediata revisión del impuesto a los bienes inmuebles, los mismos que deben ser congelados y no ser indexados al dólar sobretexto de mantenimiento de valor ya que el sueldo de los contribuyentes y otros ingresos por cuenta propia son en bolivianos y no tienen indexación de ninguna naturaleza.

37. El cobro de peajes en las trancas de Senkata, San Roque, ingreso al aeropuerto y peaje de la autopista deben constituir un soporte financiero y presupuestario para que la prefectura pague a través de su representación en esta ciudad y en coordinación con el municipio alteño y la FEJUVE sean los responsables del mantenimiento y construcción de nuevas vías de acceso, dentro del límite jurisdiccional territorial de nuestro municipio.

MODERNIZACION.

38. La ciudad de El Alto no puede quedar a merced de una avenida troncal, la misma que al margen de perjudicar en el transporte y la comunicación entre Distritos, requiere la modernización de su infraestructura, por lo que y considerando el crecimiento vegetativo de la población con un índice de crecimiento demográfico superior al 10% anual, el crecimiento de la mancha urbana alrededor del aeropuerto amerita el urgente e inmediato traslado de esta infraestructura aeroportuaria, de tal modo que no solamente se logre una mejor planificación urbana de la ciudad, sino se permita la expansión, construcción y equipamiento de áreas administrativas y comerciales. Por lo que exigimos el traslado del AEROPUERTO INTERNACIONAL EL ALTO en cumplimiento a la Ley 2060

39. Estamos cansados de habitar en una ciudad dormitorio y de paso tal como ocurre a la fecha, por tanto exigimos la creación de una ciudad industrial y que cuente con todos los servicios básicos y de seguridad industrial modernos.

40. Demandamos el financiamiento y ejecución de obras, pavimento rígido de la avenida periférica en toda su extensión.

40.1. Demandamos la construcción del camino y asfaltado de La Cumbre - Alto Lima

VARIOS.

41. Demandamos la emisión de una disposición legal, que permita la inmediata devolución a los usuarios, de los cobros indebidos y excedentes realizados por ELECTROPAZ por concepto de alumbrado público.

42. Modificación de la Ley de Pensiones, permitiendo que los trabajadores que hubiesen cumplido con las 180 cotizaciones independientes de su edad, sean admitidos en calidad de JUBILADOS. Para aquellos, que no hubiesen cumplido con las 180 cotizaciones, disponer la devolución de aportes efectuados, con mantenimiento de valor actualizado.

EL ALTO DE PIE NUNCA DE RODILLAS....!

ANEXO II - 5



“FEJUVE”

FEDERACION DE JUNTAS VECINAS DE LA CIUDAD DE EL ALTO
 CON PERSONERIA JURIDICA RECONOCIDA R.S. N° 200097
 CIUDAD DE EL ALTO - LA PAZ
 TELF. 2823990

43. Crear una Ley y reglamentación que ampare a las viudas(os) y huérfanos producto de Conmociones Sociales que se sucedieron en el mes de octubre de 2003 en defensa del GAS boliviano y Represión por parte del estado. De tal modo que se garantice la continuidad del entorno familiar mediante una PENSION VITALICIA. Para el caso de los heridos discapacitados se garantice una PENSION VITALICIA, y para los heridos una indemnización acorde a la lesión sufrida.

Es dado en el comité ejecutivo de la federación de Juntas Vecinales de la ciudad de El Alto a los 29 días del mes de octubre de 2003.

Mauricio Cori Alvarca
 PRESIDENTE
 FEJUVE - EL ALTO

Carlos Barrera Blanco
 1er. VICE PRESIDENTE
 FEJUVE

Romana Rojas
 FISCAL GENERAL
 FEJUVE EL ALTO

Nicolas Samo Paye
 Sr. Nicolas Samo Paye
 STRIO. DE RELACIONES
 FEJUVE - CIUDAD EL ALTO

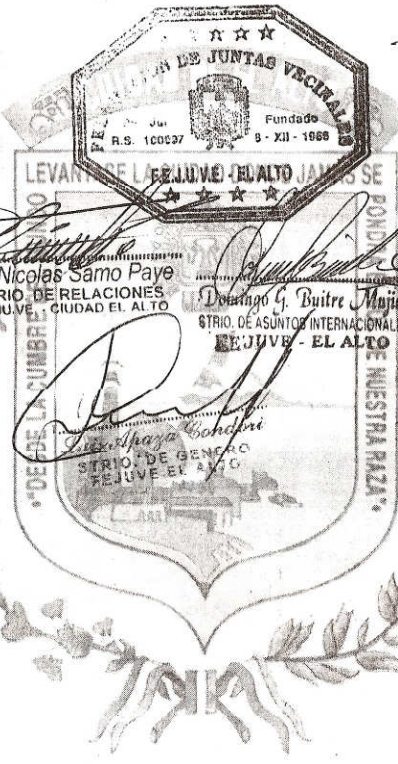
Domingo G. Buitre Mujica
 STRIO. DE ASUNTOS INTERNACIONALES
 FEJUVE - EL ALTO

Edgar Condova Luna
 SECRETARIO DE ORGANIZACION
 FEJUVE EL ALTO

Luisa Ceasa de C.
 STRIA. COOP. MICRO E.
 FEJUVE

Storencio Velazco Velazco
 STRIO. DE TRANSPORTES
 Y COMUNICACIONES
 FEJUVE EL ALTO

Vicente Fernández Flores
 STRIO. PART. POPULAR
 FEJUVE EL ALTO



E.C.L.

EL ALTO DE PIE NUNCA DE RODILLAS....!

ANEXO III

O Gorro e a Faixa

Por Marcelo Câmara

(Texto publicado na revista Carta Capital, Ano XII, nº 378, 01 Fevereiro 2006)

Domingo, 22 de janeiro, as ruas no entorno das praças San Francisco e de Los Heroes, no centro de La Paz, amanhecem fechadas ao trânsito e nem os tradicionais vendedores de rua, com suas barracas, podem ser vistos. Ao contrário, a praça começa a ser tomada lentamente por grupos armados de bandeiras e faixas. Mineiros, sem-terra, desempregados, associações de moradores, surgem de todos os lados e ocupam todos os espaços disponíveis.

Fosse há alguns meses, e esse cenário recenderia ao odor inconfundível de gás lacrimogêneo, e a população da cidade estaria fechada em suas casas, com medo. Afinal, esse foi o palco de algumas das mais violentas manifestações (e repressões) ocorridas na Bolívia nos últimos cinco anos. Diante de uma atenta multidão de mais de 100 mil pessoas, o uruguaio Eduardo Galeano, descreveu o novo momento: “Este é um dia de festa, porque ontem foi o último dia de medo na Bolívia”.

A posse de Evo Morales Ayma como presidente, o primeiro indígena em 180 anos de vida republicana do mais indígena dos países sul-americanos, envolveu a Bolívia num raro clima de confiança e otimismo. Respalhado por um inquestionável mandato popular (obteve surpreendentes 53,7% dos votos já no primeiro turno da eleição) e por importantes sinais de apoio vindos do exterior após seu primeiro giro internacional já como presidente eleito, Morales assumiu o governo prometendo uma era de prosperidade para a Bolívia.

Grandiosas, as festas de posse procuraram estar à altura do ineditismo da eleição de Morales. Organizada em dois atos, a posse envolveu a transmissão de mando por parte das autoridades indígenas originárias, nas ruínas de Tiahuanaco, a mais importante civilização pré-incaica a habitar o altiplano boliviano, um dia antes da posse

constitucional no Parlamento. Os olhos do mundo se voltaram a esse país encravado na cordilheira, e os bolivianos se encheram de orgulho pátrio.

Primeiro Ato: Tiahuanaco

Os transportes para Tiahuanaco partem em frente ao cemitério de La Paz. A expectativa entre os motoristas é grande, prevêem saídas constantes de *vans* a partir das 4 horas da manhã.

Segundina Ribero aguarda a hora de partir. Ela veio de Santa Cruz de la Sierra especialmente para vender bandeiras durante as festividades. Espera vender 200 bandeiras, a Bs. 10,00 (10 bolivianos = R\$ 3,33). A oferta básica é de bandeiras da Bolívia e da *whipala*, a multicolorida bandeira que representa os povos originários do altiplano, certamente a mais procurada. A *whipala* foi, provavelmente, a bandeira mais utilizada durante a campanha de Evo Morales, o que lhe valeu acusações por parte de grupos de direita: “Não deixem que mudem a bandeira de nosso país” afirmavam.

Lídia conta: “Trouxe também bandeiras de Santa Cruz, mas assim que cheguei aqui fui ofendida por alguns manifestantes, e as retirei”. O departamento (estado) de Santa Cruz liderou os mais ferozes ataques à candidatura de Evo Morales, protagonizados por entidades empresariais que difundiam um clima de hostilidade e nítido racismo. Uma das propagandas que se tornou popular parodiava uma conhecida campanha de cartões de crédito, comparando as vantagens dos custos de migrar para Miami com a satisfação de viver num país sem Evo Morales. Impossível não recordar de uma certa elite brasileira temerosa de um candidato sindicalista e barbudo, nas já longínquas eleições de 1989.

O pequeno povoado de Tiahuanaco, a pouco mais de 1 km das ruínas arqueológicas da qual herdou o nome, é pura festa. Entusiasmados com a previsão de 40 mil visitantes para a posse, os moradores se prepararam. As famílias oferecem suas casas como hospedagem, e as barracas de comidas estão posicionadas nas ruas. As delegações chegam de todas as partes do país, e de países vizinhos, e nem mesmo o frio da noite andina a quase 4.000 metros diminui os ânimos. O entusiasmo, talvez, só não é maior por causa da proibição da venda de bebidas alcoólicas, resultado da preocupação das autoridades com a imagem que se levaria do país. Apenas alguns bares, talvez por

estarem fora do perímetro central, burlam a proibição. Ali é possível encontrar jornalistas e arqueólogos numa animada confraternização eliti(etili)zada.

Oswaldo Tinajeros, um dos arqueólogos que trabalham naquele sítio, não esconde o orgulho pela posse ocorrer no seu “local de trabalho”. Explicando a cerimônia que se realizaria no dia seguinte, ele fala da energia do lugar. “As pessoas mais sensíveis não conseguem ficar aqui, sentem dor de cabeça. Além disso, o báculo que o presidente irá receber é feito com ouro, prata e basalto, compreende?”, diz, sugerindo as possíveis propriedades energéticas de rochas e minerais. “Essa é uma cerimônia que não se repete há mais de três séculos. Você consegue compreender a importância que isso tem para a Bolívia e para a América Latina?”.

Pela manhã, a grande concentração se dirige às ruínas. Biografias de Evo Morales, com “sua história e geografia”, são vendidas a Bs. 1,00 (R\$ 0,33). Seguindo à risca o protocolo de uma cerimônia indígena, a segurança pessoal e da grande multidão é realizada pelos *jilakatas* e pelas *mama t'allas*, os seguranças originários, que exibem orgulhosos ponchos vermelhos e negros, respectivamente, e *chicotinhos* de couro amarrados à cintura. Mais de uma vez, quando a multidão ameaça romper os limites demarcados para a audiência, é possível escutar o zumbido dos *chicotinhos* girando no ar para retomar o controle.

Morales recebeu o mando originário na pirâmide (ainda em escavações) de *Akapana*. Ali foi designado como o *Apu Mallku*, a máxima autoridade originária, vestindo o gorro de quatro pontas que lhe confere o poder sobre os quatro pontos cardeais, e segurando o báculo da autoridade conferida pelo deus sol. Curiosamente, o tempo, que permanecia nublado e com ameaças de chuva durante toda a manhã, se abriu, e o sol brilhou no momento em que Morales era investido no poder às portas do templo de *Kalasadaya* (templo do tempo e do espaço).

Encerrada a posse, todos se dirigem ao povoado onde se anuncia a presença de Evo Morales para partir uma torta gigante de *quinua* feita em sua homenagem. Quando os alto falantes anunciaram que o futuro presidente não mais viria, um bem humorado vendedor de biografias anuncia à multidão que se dispersava sob pesadas gotas de chuva: “Leia a biografia de Evo Morales, e saiba porque ele não compareceu à praça!”.

Segundo Ato: Praça San Francisco

A multidão presente à praça, estimada em mais de 100 mil pessoas, não deixa dúvidas sobre a base de apoio do novo presidente. São representantes dos movimentos dos “sem”, que vem em Morales a esperança de um futuro digno para a grande massa que vive abaixo da linha de pobreza (cerca de 60% da população). Jaime Vicayo, representante dos mineiros de Caracoles, uma pequena localidade de pouco mais de 5.000 habitantes no departamento de La Paz, e claro: “A vitória de Evo Morales é a conclusão de uma luta que iniciamos nesta mesma praça, em outubro de 2003” (*quando houve a renúncia do presidente Gonzalo Sanchez de Lozada, na chamada “Guerra do Gás”*). E conclui: “Evo Morales já foi pobre, por isso saberá governar para os pobres”.

Quando Morales, já empossado presidente, comparece à praça, a multidão explode em alegria. São aqueles mesmos rostos morenos, queimados pelo sol inclemente do altiplano, com as mesmas vestimentas simples que o novo presidente havia sido tão criticado por vestir diante de reis e presidentes. Certamente, pessoas que não teriam qualquer condição de migrar para Miami, mesmo que assim o quisessem.

Em meio a uma massa de jornalistas e fotógrafos de todas as partes do mundo, o cinegrafista boliviano Sergio Loayza, se emociona: “Está difícil trabalhar e segurar as lágrimas. Ver toda essa gente aqui, e jornalistas de outros países, me dá um orgulho enorme de ser boliviano”.

Em tempo: as companhias aéreas não registraram nenhum aumento no fluxo de passageiros para Miami.